

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

**CARACTERIZAÇÃO
SOCIOECONÓMICA E
ANÁLISE DO IMPACTO
ECONÓMICO DO IPLEIRIA**

ANO 2012

PEDRO OLIVEIRA e JORGE CUNHA (COORD.)

JOSÉ MANUEL SILVA · EUGÉNIO PEREIRA LUCAS · ANA NICOLAU

FICHA TÉCNICA

Título

Caracterização socioeconómica e análise do impacto económico do ano 2012,
do Instituto Politécnico de Leiria

Autores

Pedro Oliveira e Jorge Cunha (Coord.)

José Manuel Silva

Eugénio Pereira Lucas

Ana Nicolau

Design gráfico e paginação

Joana Mineiro

ISBN

978-972-8793-58-6

Depósito Legal n.º

362622/13

CIPSE - Ipleiria

Centro de Investigação em Políticas e Sistemas Educativos

Instituto Politécnico de Leiria

Rua General Norton de Matos / 2410-191 Leiria

www.ipleiria.pt

APOIO



 Caixa Geral de Depósitos

ÍNDICE

Preâmbulo	11
1. Introdução e objetivos	13
2. Caracterização da instituição e da região	
2.1. O Instituto Politécnico de Leiria	15
2.2. A região de Leiria	17
3. Material e Métodos	
3.1. Elaboração dos questionários	19
3.2. Seleção da amostra e recolha de dados	19
3.3. Tratamento dos dados	19
4. Docentes	
4.1. Comparação da amostra com a população	21
4.2. Caracterização da amostra	23
4.3. Caracterização socioeconómica (condições de vida)	25
4.4. Síntese da análise aos docentes	35
5. Funcionários IPL	
5.1. Comparação da amostra com a população	37
5.2. Caracterização da amostra	39
5.3. Caracterização Económica (condições de vida)	41
5.4. Síntese da análise aos funcionários	51
5.5. Aspetos diferenciais entre docentes e funcionários	52
6. Alunos IPL	
6.1. Comparação da amostra com a população	53
6.2. Caracterização pessoal	54
6.3. Percurso escolar e situação escolar atual	61
6.4. Caracterização familiar	65
6.5. Condições de vida	69
6.6. Padrões de consumo e práticas sociais	74
6.7. Mobilidade internacional	83
6.8. Síntese da análise aos alunos	84
7. O impacto económico do IPL na região	
7.1. Modelo simplificado	87
7.2. Estimação do impacto do IPL	88
7.2.1. Gastos dos docentes	89
7.2.2. Gastos dos funcionários	90
7.2.3. Gastos dos alunos	91
7.2.4. Gastos da instituição	93
7.2.5. Resumo dos valores	93
7.3. Síntese dos resultados obtidos	94
8. Considerações finais	95
9. Referências bibliográficas	97
Anexo I – Inquérito aos docentes	101
Anexo II – Inquérito aos funcionários	107
Anexo III – Inquéritos aos estudantes	113

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Total de alunos por ano letivo	16
Figura 2	Total de docentes por ano	16
Figura 3	Total de funcionários por ano	16
Figura 4	Distribuição dos docentes da amostra por idade	22
Figura 5	Distribuição dos docentes da amostra por habilitação acadêmica	23
Figura 6	Porcentagem de docentes da amostra que mudaram ou não de residência	23
Figura 7	Número de pessoas que constitui o agregado familiar dos docentes da amostra	24
Figura 8	Total de filhos dos docentes da amostra	24
Figura 9	Tipo de alojamento durante o período letivo dos docentes	25
Figura 10	Rendimento líquido mensal do agregado familiar dos docentes da amostra	25
Figura 11	Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com o alojamento	26
Figura 12	Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com a educação dos filhos	26
Figura 13	Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com a alimentação	27
Figura 14	Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em material escolar	27
Figura 15	Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em bens pessoais	27
Figura 16	Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em material informático	28
Figura 17	Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em saúde	28
Figura 18	Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com lazer	28
Figura 19	Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com despesas correntes	29
Figura 20	Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com outras despesas	29
Figura 21	Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com o transporte próprio	30
Figura 22	Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com outros transportes	30
Figura 23	Gastos médios mensais totais do agregado familiar dos docentes da amostra	31
Figura 24	Frequência anual das visitas aos docentes da amostra que mudaram de residência	33
Figura 25	Duração das visitas aos docentes da amostra que mudaram de residência	33

Figura 26	Gasto médio diário das visitas recebidas pelos docentes da amostra que mudaram de residência	34
Figura 27	Poupança média mensal dos docentes da amostra que é depositada numa conta do concelho onde trabalham	34
Figura 28	Montante inicial dos empréstimos contraídos pelos docentes da amostra	35
Figura 29	Distribuição dos funcionários por anos de serviço no IPL	39
Figura 30	Distribuição dos funcionários da amostra por habilitação académica	39
Figura 31	Número de funcionários da amostra que mudaram ou não de residência	39
Figura 32	Número de pessoas que constituem o agregado familiar dos funcionários inquiridos	40
Figura 33	Tipo de alojamento durante o período letivo dos funcionários da amostra	41
Figura 34	Rendimento ilíquido mensal do agregado familiar dos funcionários da amostra	42
Figura 35	Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com o alojamento	42
Figura 36	Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com a educação dos filhos	43
Figura 37	Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com a alimentação	43
Figura 38	Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com material escolar	43
Figura 39	Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com bens pessoais	44
Figura 40	Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com material informático	44
Figura 41	Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra em saúde	44
Figura 42	Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra em lazer	44
Figura 43	Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com despesas correntes mensais	45
Figura 44	Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com outras despesas	45
Figura 45	Gastos médios mensais com os transportes próprios dos funcionários	45
Figura 46	Gastos mensais com outros transportes dos funcionários	46
Figura 47	Gastos médios mensais totais do agregado familiar dos funcionários	47
Figura 48	Número de visitas recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de residência	48
Figura 49	Duração média das visitas recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de residência	48
Figura 50	Gasto médio diário das visitas recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de residência	49

Figura 51	Poupança média mensal depositada pelos funcionários numa conta do concelho onde trabalham	49
Figura 52	Montante inicial dos empréstimos obtidos pelos funcionários da amostra através de uma conta do concelho onde trabalham	50
Figura 53	Distribuição de idades dos alunos inquiridos em classes	55
Figura 54	Distribuição dos alunos inquiridos por classe de idades e por sexo	55
Figura 55	Distribuição dos alunos da amostra pelo número total de anos de matrícula	56
Figura 56	Distribuição dos alunos da amostra pelo ano em que estão matriculados	56
Figura 57	Distribuição dos alunos da amostra por escola e por tipo de aluno	57
Figura 58	Distribuição dos alunos da amostra por distrito de residência, antes de entrar no IPL	58
Figura 59	Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e as escolas de Leiria (ESECS, ESSLei e ESTG)	59
Figura 60	Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e a escola de Caldas da Rainha (ESAD)	59
Figura 61	Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e a escola de Peniche (ESTM)	59
Figura 62	Número de alunos da amostra que mudou de residência para frequentar o atual curso	60
Figura 63	Identificação dos principais motivos pelos quais os alunos mudaram de concelho de residência	61
Figura 64	Via de acesso ao ensino superior dos alunos da amostra que frequentam a licenciatura	61
Figura 65	Situação profissional dos alunos que têm uma ocupação profissional	62
Figura 66	Número de horas de trabalho semanal dos alunos trabalhadores-estudantes	63
Figura 67	Relação entre a profissão e o atual curso	63
Figura 68	Comparação entre o número de horas de contacto frequentadas semanalmente pelos alunos ordinários e pelos trabalhadores-estudantes	64
Figura 69	Comparação entre o número de horas de estudo semanal dos alunos ordinários e dos trabalhadores-estudantes	64
Figura 70	Situação profissional da mãe dos alunos inquiridos	65
Figura 71	Situação profissional do pai dos alunos inquiridos	65
Figura 72	Escolaridade máxima do agregado familiar dos alunos inquiridos	68
Figura 73	Caracterização do rendimento médio mensal do agregado familiar dos alunos	69
Figura 74	Distribuição do valor médio mensal disponibilizado pela família aos alunos	70
Figura 75	Distribuição do subsídio estatal não reembolsável atribuído mensalmente aos alunos	70

Figura 76	Caracterização da bolsa de estudo não reembolsável atribuída mensalmente aos alunos	71
Figura 77	Caracterização do montante mensal disponível fruto do próprio trabalho dos alunos	71
Figura 78	Condições de alojamento	73
Figura 79	Valor médio mensal gasto com alojamento pelos alunos inquiridos	74
Figura 80	Valor médio mensal gasto com alimentação pelos alunos inquiridos	75
Figura 81	Valor médio mensal gasto com material escolar pelos alunos inquiridos	75
Figura 82	Valor médio mensal gasto com saúde pelos alunos inquiridos	76
Figura 83	Valor médio mensal gasto com lazer pelos alunos inquiridos	76
Figura 84	Valor médio mensal gasto com bens pessoais pelos alunos inquiridos	76
Figura 85	Valor médio mensal gasto em bens intangíveis pela família dos alunos	77
Figura 86	Gastos em deslocações entre a residência e a casa de família pelos alunos inquiridos que não possuem transporte próprio	78
Figura 87	Gastos com a utilização do seu meio de transporte pelos alunos inquiridos que possuem transporte próprio	79
Figura 88	Gastos com a utilização de outros meios de transporte pelos alunos inquiridos que possuem transporte próprio	79
Figura 89	Avaliação da situação financeira pelos alunos inquiridos	81
Figura 90	Frequência das visitas recebidas pelos alunos inquiridos que mudaram de residência	82
Figura 91	Duração das visitas recebidas pelos alunos inquiridos que mudaram de residência	82
Figura 92	Gasto médio diário das visitas recebidas pelos alunos inquiridos que mudaram de residência	83
Figura 93	Modelo simplificado para a estimação dos impactos económicos das IES	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Resumo dos indicadores da população portuguesa	17
Tabela 2	População ativa do Centro de Portugal por nível de escolaridade obtido	18
Tabela 3	Número de alunos matriculados por nível de ensino	18
Tabela 4	Comparação entre a população e a amostra de docentes por sexo	21
Tabela 5	Comparação entre a população e a amostra de docentes por classes de idades	21
Tabela 6	Comparação entre a população e a amostra de docentes por categoria profissional	22
Tabela 7	Comparação entre a população e a amostra de docentes por local de trabalho	22
Tabela 8	Distribuição dos filhos dos docentes da amostra por ciclo de ensino e tipo de instituição	24
Tabela 9	Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra (em euros)	31
Tabela 10	Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos docentes e das famílias portuguesas	32
Tabela 11	Distribuição dos docentes por local de trabalho e por dias presenciais	32
Tabela 12	Empréstimos bancários contraídos pelos docentes, por categoria (em euros)	35
Tabela 13	Comparação entre a população e a amostra de docentes por sexo	37
Tabela 14	Comparação entre a população e a amostra de funcionários por escalão de idades	37
Tabela 15	Comparação entre a população e a amostra de funcionários por categoria profissional	38
Tabela 16	Comparação entre a população e a amostra de funcionários por local de trabalho	38
Tabela 17	Distribuição dos filhos dos funcionários da amostra por ciclo de ensino e tipo de instituição	40
Tabela 18	Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra (em euros)	46
Tabela 19	Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos funcionários e das famílias portuguesas	47
Tabela 20	Associação entre a poupança média mensal e o rendimento médio mensal	50
Tabela 21	Resumo dos valores dos empréstimos obtidos pelos funcionários (em euros)	51
Tabela 22	Comparação entre docentes e funcionários	52
Tabela 23	Comparação entre a população e a amostra de alunos por sexo	53
Tabela 24	Comparação entre a população e a amostra de alunos por escalão de idades	53

Tabela 25	Comparação da população e da amostra dos alunos por unidade orgânica que frequentam	53
Tabela 26	Comparação entre a população e a amostra dos alunos nível do curso que frequentam	54
Tabela 27	Comparação entre a população e a amostra dos alunos por área de estudos	54
Tabela 28	Total de anos que os alunos da amostra frequentam o IPL	55
Tabela 29	Associação entre as áreas estudo e o total de anos a frequentar o IPL dos alunos da amostra	57
Tabela 30	Área de influência do IPL	60
Tabela 31	Associação entre a existência de experiência/formação anterior e a idade dos alunos da amostra	62
Tabela 32	Comparação entre a situação profissional da mãe dos alunos e da população feminina portuguesa empregada	66
Tabela 33	Comparação entre a situação profissional do pai dos alunos e da população masculina portuguesa empregada	67
Tabela 34	Caracterização da escolaridade dos progenitores dos alunos	67
Tabela 35	Comparação da escolaridade máxima do agregado familiar dos alunos com a escolaridade máxima da população portuguesa ativa	68
Tabela 36	Resumo do orçamento disponível dos alunos por fonte de origem (em euros)	72
Tabela 37	Cruzamento entre o orçamento disponibilizado pela família e a idade dos alunos	72
Tabela 38	Relação entre o montante disponibilizado pela família e o tipo de alojamento	73
Tabela 39	Relação entre o montante disponibilizado pela família e o tipo de alojamento	74
Tabela 40	Resumo dos gastos médios mensais dos alunos por tipo de alojamento (em euros)	77
Tabela 41	Resumo dos gastos médios mensais dos alunos por categoria (em euros e em percentagem)	80
Tabela 42	Resumo dos gastos totais médios mensais dos alunos inquiridos (em euros)	80
Tabela 43	Associação entre a situação financeira e as diferentes variáveis consideradas	81
Tabela 44	Distribuição de alunos segundo opção futura de ficar ou não região	83
Tabela 45	Caracterização da amostra dos alunos	84
Tabela 46	Gasto anual direto dos docentes do IPL na região	90
Tabela 47	Gasto anual direto dos funcionários do IPL na região	91
Tabela 48	Gasto anual direto dos alunos do IPL na região	92
Tabela 49	Impacto direto do IPL na região em 2012	93

LISTA DE SIGLAS

ACE	American Council on Education Model
CIPSE	Centro de Investigação em Políticas e Sistemas Educativos
DGES	Direcção-Geral do Ensino Superior
ESAD	Escola Superior de Artes e Design
ESECS	Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
ESSLei	Escola Superior de Saúde
ESTG	Escola Superior de Tecnologia e Gestão
ESTM	Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar
IES	Instituições de Ensino Superior
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
IPL	Instituto Politécnico de Leiria
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
PIB	Produto Interno Bruto
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences

PREÂMBULO

É comumente aceite que as instituições de ensino superior são instituições especialmente capacitadas para a promoção do desenvolvimento das regiões onde se inserem. Pela qualificação que proporcionam as suas atividades de educação e formação, pelo conhecimento e inovação que geram através da investigação e desenvolvimento, pelas dinâmicas sociais e culturais que trazem associadas às suas atividades e iniciativas.

Mas também pelo impacto económico e financeiro que as suas atividades têm naquelas regiões e em especial nos concelhos onde estão instaladas.

Os fluxos financeiros gerados pelas pessoas que constituem as comunidades académicas, os seus estudantes e os seus funcionários docentes e não docentes, assim como os consumos e investimentos inerentes ao próprio funcionamento das instituições, representam, direta e indiretamente, valores elevados, cujo impacto económico importa conhecer.

O presente estudo representa um contributo importante para a compreensão deste fenómeno e para um conhecimento mais aprofundado do impacto económico das instituições de ensino superior nos locais onde estão implantadas.

Assente numa metodologia testada a nível internacional, aplicada a diversas instituições de ensino superior portuguesas e estrangeiras, o presente trabalho disponibiliza um conjunto de informação relevante para o objetivo que se propõe atingir, possibilitando ainda um trabalho de comparação com as outras instituições de ensino superior em Portugal.

No caso concreto do Instituto Politécnico de Leiria, as características específicas da nossa instituição, implantada de forma descentralizada em três concelhos do nosso distrito, Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, o presente trabalho permite determinar o impacto económico da instituição, em particular nos concelhos onde possui escolas superiores.

A informação recolhida e os resultados obtidos dão ainda uma imagem fidedigna da realidade da nossa instituição, compilando um conjunto de dados de natureza socioeconómica importantes para a sua gestão.

Aos autores e coordenadores deste estudo agradeço a dedicação e o esforço colocados na sua realização e felicito-os pela qualidade do trabalho desenvolvido e pelo contributo que dão para o conhecimento da relevância do ensino superior na região de Leiria.

Nuno Mangas
Presidente

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Acompanhando a prática de outros países e recomendações de organizações internacionais, tem vindo a ganhar peso a preocupação por parte das instituições do ensino superior (IES) em estimar o impacto económico que resulta da sua atividade nas regiões onde se encontram inseridas e também os decisores regionais e a população em geral revelam interesse em conhecer essa realidade e avaliar a sua importância no desenvolvimento local e regional.

No presente contexto de crise económica e de constrangimentos orçamentais é exigido cada vez mais às instituições uma cultura de *accountability* (prestação de contas) que justifique o financiamento público envolvido na qualificação dos alunos e na produção e difusão do conhecimento. Assim, torna-se imperativo para as IES justificar a forma como são utilizados os meios financeiros de que dispõem e os impactos que estes originam nas regiões onde aquelas estão implantadas.

Em 2007, no âmbito de uma tese de doutoramento, (Fernandes, 2009), foi realizado o estudo do impacto do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) nesta região, estudo que inspirou um projeto conjunto, iniciado em 2012, entre sete institutos politécnicos - Bragança, Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu – visando replicar aquele estudo, utilizando metodologia e instrumentos similares, sob coordenação conjunta, com o objetivo de estimar os impactos económicos decorrentes da atividade de cada uma das instituições envolvidas, nas respetivas regiões de influência.

O estudo relativo ao Instituto Politécnico de Leiria (IPL) foi realizado por um grupo, José Manuel Silva, Eugénio Lucas e Ana Nicolau, do Centro de Investigação em Políticas e Sistemas Educativos (CIPSE), que integrou a equipa do projeto, coordenada por Pedro Oliveira (ICBAS/UPorto) e Jorge Cunha (UMinho), que incluía Joana Fernandes (IP Bragança), Sara Nunes e Luís Farinha (IP Castelo Branco), João Alves e Cristina Pereira (IP Portalegre), Luísa carvalho e Sandra Nunes (IP Setúbal), Florbela Correia (IP Viana do Castelo) e Manuela Ferreira (IP Viseu).

A metodologia seguida baseou-se na aplicação ao contexto português de um modelo simplificado baseado nos trabalhos de Caffrey & Isaacs (1971), já trabalhado por Fernandes (2009), que estima os impactos económicos das instituições de ensino superior a partir dos gastos realizados por alunos, funcionários, docentes e pelos serviços das próprias instituições, nas regiões onde se inserem.

A informação necessária foi recolhida através de um inquérito por questionário a alunos, docentes e funcionários, respondido *online* entre maio e agosto de 2012, que permitiu realizar a caracterização socioeconómica de cada um destes grupos e conhecer os gastos efetuados no período em estudo; em simultâneo, foram obtidos elementos relativos aos gastos da instituição, no mesmo período, a partir de informação prestada pelos serviços financeiros do IPL.

A partir do tratamento destes dados e da aplicação dos instrumentos metodológicos adequados, foi realizada a estimativa do impacto económico do IPL na região, tendo-se, para este efeito, considerado os concelhos de

Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, onde se situam as escolas e se concentra a população alvo.

Concluiu-se haver, no período em estudo, um impacto direto e indireto superior a 171,7 milhões de euros, o que corresponde a um retorno de 8,07 euros por cada euro investido pelo Estado no financiamento do IPL e a um peso de 5,98% no PIB dos concelhos considerados, a que se associa a criação de 6.321 empregos, que representam 6,27% da população ativa destes concelhos.

2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA REGIÃO

2.1. O INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

O IPL foi criado em 1980¹, e é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, administrativa, financeira e patrimonial.² Com sede em Leiria, escolas nas cidades de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche e uma unidade de investigação na Marinha Grande, assume como sua missão difundir o conhecimento, criar, transmitir e disseminar a cultura, a ciência, a tecnologia e as artes e a investigação.

É um dos principais agentes de desenvolvimento de uma vasta região que se estende pelo Centro e Oeste de Portugal, valoriza a cooperação com os agentes económicos, a inclusão, a responsabilidade social, a criatividade e o espírito crítico e empreendedor, acolhe alunos de todo o país e inclui a internacionalização e a mobilidade de alunos, docentes e colaboradores no seu quadro de prioridades.

Em Maio de 2012, integravam a comunidade académica do IPL 12.102 estudantes, nos diversos níveis de formação, 980 docentes e 310 funcionários técnicos e administrativos repartidos por cinco Escolas Superiores, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Artes e Design, Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e Escola Superior de Saúde, um Instituto de Investigação Desenvolvimento e Estudos Avançados (INDEA), que inclui 13 unidades de investigação, uma Unidade de Ensino a Distância (UED), um Centro de Formação para Cursos de Especialização Tecnológica (FOR.CET) e uma Unidade de Investigação autónoma, o Centro de Desenvolvimento Rápido e Sustentado do Produto (CDRSP).

A oferta do IPL é constituída por 63 cursos de licenciatura (em regime de diurno, pós-laboral e ensino a distância), 46 cursos de mestrado e 20 cursos de pós-graduação, caracterizando-se a oferta formativa por uma abrangente multidisciplinaridade, com cursos em diversas áreas do conhecimento Artes Plásticas e Design; Ciências; Ciências da Educação e Formação de Professores; Direito, Ciências Sociais e Serviços; Economia, Gestão e Contabilidade; Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo; Humanidades, Secretariado e Tradução; Saúde; Tecnologias; Turismo e Lazer.

O IPL foi a primeira instituição portuguesa do ensino superior politécnico autorizada a lecionar licenciaturas em regime de ensino a distância, oferecendo quatro cursos de licenciatura neste regime e inúmeras outras formações.

O crescimento do IPL está patente na evolução do número de alunos, docentes e funcionários, como se pode observar nos gráficos 1, 2 e 3.

¹ Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de agosto.

² De acordo com o n.º 93 do art.º 1 da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro – Lei do Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico

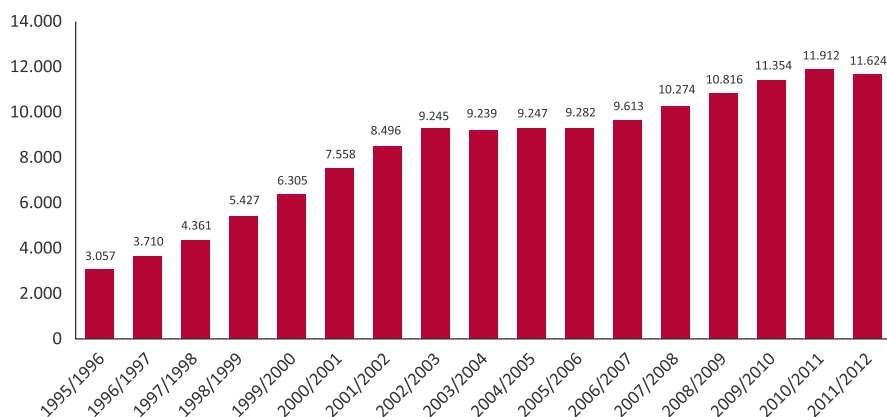


Figura 1. Total de alunos por ano letivo

Fonte: Direção de Serviços de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico do IPL

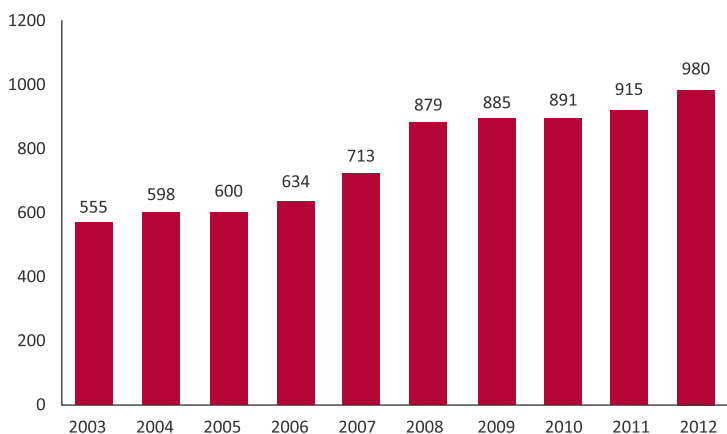


Figura 2. Total de docentes por ano

Fonte: Direção de Serviços de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico do IPL

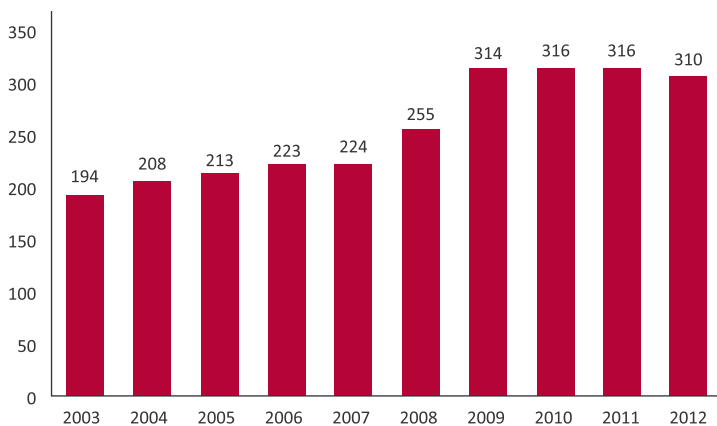


Figura 3. Total de funcionários por ano

Fonte: Direção de Serviços de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico do IPL

2.2. A REGIÃO DE LEIRIA

O IPL é uma instituição cuja área de influência institucional é o Distrito de Leiria, que se insere na NUT II/Centro, com 2.327.775 habitantes, mas para efeitos deste estudo era impossível medir os impactos em toda a região pelo que, de acordo com a metodologia de base, se decidiu medir os impactos nos concelhos onde existem escolas, ou seja, Leiria, Caldas da Rainha e Peniche. Não se tomou em consideração o concelho da Marinha Grande, por apenas lá existir uma unidade de investigação, embora os impactos resultantes da atividade do CDRSP apareçam englobados no conjunto do concelho de Leiria. O concelho de Leiria pertence à NUT III, Pinhal Litoral, com 260.942 habitantes e os concelhos de Caldas da Rainha e Peniche pertencem à NUT III Oeste, 362.540 habitantes

Tabela 1. Resumo dos indicadores da população portuguesa

	Portugal (Continente) (NUT I)	Centro (NUT II)	Pinhal Litoral (NUT III)	Oeste (NUT III)	Leiria	Caldas da Rainha	Peniche
População (2011)	10.047.621	2.327.755	260.942	362.540	126.897	51.729	27.753
0-14 anos	1.484.120	319.258	38.975	54.957	19.317	7.539	4.119
15-24 anos	1.079.493	239.248	28.419	37.400	14.558	5.493	2.867
25-64 anos	5.546.220	1.247.499	143.161	197.315	70.986	27.877	15.065
65 ou mais anos	1.937.788	521.750	50.387	72.868	22.036	10.820	5.702
Taxa de analfabetismo (2012)	5,20%	6,39%	6,03%	6,09%	4,65%	5,57%	6,05%
Taxa bruta de natalidade (2010)	9,5%	8,0%	8,7%	9,4%	8,9%	8,7%	9,9%
Taxa bruta de mortalidade (2010)	9,9%	11,4%	8,9%	11,3%	7,9%	10,2%	11,7%
Índice de envelhecimento (2012)	131	164	130	134	115	144	139
Número de hospitais (2011)	202	56	3	9	2	3	1
Médicos por habitante (2012)	4,1‰	3,6‰	2,0‰	1,5‰	3,0‰	3,0‰	1,5‰
PIB <i>per capita</i> (2011)	16.202 €	13.656€	a)	a)	a)	a)	a)
Poder de compra <i>per capita</i> (2012)	100,46	84,41	88,74	88,59	99,91	98,73	86,08
População empregada (2011)	4.150.252	940.211	113.204	152.172	57.777	21.097	10.972
Taxa de desemprego (2011)	13,19%	10,98%	9,29%	11,36%	8,97%	13,71%	14,53%
Taxa de atividade (2012)	47,58%	45,38%	47,82%	47,35%	50,02%	47,27%	46,25%

a)Valores não disponíveis

Fonte: INE (acedido em 03/03/2013, disponível em www.ine.pt)

Leiria, segundo os dados de 2011, é uma região com 126.897 habitantes, com uma densidade populacional de 224,5 habitantes/km², um índice de envelhecimento de 114,7 e um índice de poder de compra de 99,91 (o índice da média nacional é 100,00), segundo os dados de 2012, disponibilizados pelo INE.

A região de Caldas da Rainha apresenta, no ano de 2011, 51.729 habitantes, uma densidade populacional de 202,3 habitantes/km², um índice de envelhecimento de 144,4, e tem um índice de poder de compra correspondente a 98,73.

Peniche, no ano de 2011, possuía 27.753 habitantes, uma densidade populacional de 357,9 habitantes/km², um índice de envelhecimento de 139,2 e um índice de poder de compra correspondente a 86,08.

Em Caldas da Rainha e Peniche observa-se uma distribuição muito semelhante entre homens e mulheres, sendo as mulheres ligeiramente mais representadas.

Tabela 2. População ativa do Centro de Portugal por nível de escolaridade obtido

Ano 2011	Nenhuma educação	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Ensino Superior	Total
Total	79.100	377.700	222.700	271.300	221.700	160.000	1.332.500
15-24 anos	600	1.600	9.800	35.900	31.900	6.900	86.700
25-34 anos	2.400	11.300	46.500	85.000	91.800	69.500	306.500
35-44 anos	5.700	43.600	89.500	69.300	56.200	48.900	313.200
45-64 anos	21.900	230.700	75.200	78.400	41.100	33.100	480.400
65 ou mais anos	48.500	90.500	1.700	2.700	700	1.600	145.700

Fonte: INE (acedido em 03/03/2013, disponível em www.ine.pt).

Verifica-se que o 1º ciclo do ensino básico atinge o valor mais expressivo para o total populacional, seguido do 3º ciclo. Destaca-se, porém, o valor relativo à população com o ensino superior, sobretudo nos escalões entre os 25 e 44 anos de idade.

18

Tabela 3. Número de alunos matriculados por nível de ensino

Número de alunos matriculados (2011)	Pré-primária	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Ensino Superior (2011/2012)
Centro	58.441	93.777	56.944	98.352	93.488	81.319
Pinhal Litoral	7.173	11.250	6.561	12.478	11.122	7.657
Oeste	9.884	16.085	9.411	15.093	13.615	2.728
Leiria	3.520	5.464	3.109	5.917	5.201	7.480
Caldas da Rainha	1.374	2.386	1.552	2.308	2.611	1.289
Peniche	761	1.168	745	1.304	994	1.288

Fonte: INE (2012) Anuário Estatístico da Região Centro 2011.

De acordo com a tabela, do conjunto de alunos oriundos do Pinhal Litoral, 97,7% estudam em Leiria, e dos oriundos do Oeste, 94,5% em Caldas da Rainha e Peniche.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. ELABORAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Os questionários foram elaborados com base nos trabalhos de Buchanan et al. (1984), Caffrey & Isaacs (1971), Martins, Mauritti & Costa (2005), Seybert (2003) e da adaptação à realidade portuguesa realizada por Fernandes (2009), que os utilizou no trabalho de campo da sua tese de doutoramento.

No caso dos docentes e funcionários o questionário contém três secções³: caracterização profissional, caracterização sociodemográfica e familiar e condições de vida.

No caso dos alunos são seis as secções que compõem o questionário⁴: caracterização pessoal, percurso escolar, situação escolar atual, condições de vida e caracterização familiar.

3.2. SELEÇÃO DA AMOSTRA E RECOLHA DE DADOS

A partir dos dados fornecidos pela Direção de Serviços Académicos e Direção de Serviços de Recursos Humanos selecionaram-se aleatoriamente, de toda a comunidade do IPL, 500 estudantes (300 de cursos de licenciatura, 100 de cursos de mestrado ou pós-graduação e 100 de cursos de especialização tecnológica), 120 docentes e 100 funcionários não docentes.

Em Maio de 2012 os selecionados receberam, por correio eletrónico, uma mensagem do presidente que dava a conhecer a importância do estudo e o *link* através do qual deveriam aceder para proceder ao preenchimento do questionário, tendo-se posteriormente procedido ao *follow up* através do envio de vários lembretes aos que ainda não tinha respondido.

Obteve-se um total de 661 repostas válidas (463 estudantes, 102 docentes e 96 funcionários), das quais 472 estavam completas (346 estudantes, 71 docentes e 55 funcionários). Para a análise foram utilizadas apenas as repostas completas.

3.3. TRATAMENTO DOS DADOS

Para o tratamento dos dados utilizou-se o *software* SPSS⁵ 21.0, tendo-se recorrido à estatística descritiva e às técnicas de inferência estatística. Desses dados foi possível obter a caracterização socioeconómica dos docentes, funcionários e alunos, apresentada nos capítulos seguintes.

³ Anexos I e II

⁴ Anexo III

⁵ Statistical Package for the Social Sciences

4. DOCENTES

Neste ponto faz-se, primeiramente, a comparação entre a população (os 916 docentes considerados) e a amostra recolhida, nas seguintes variáveis: sexo, idade, categoria profissional, local de trabalho e tempo de serviço, depois apresenta-se a caracterização pessoal e socioeconómica dos docentes inquiridos.

4.1. COMPARAÇÃO DA AMOSTRA COM A POPULAÇÃO

A tabela 4 permite aferir a representatividade da amostra relativamente à população, no que respeita ao sexo.

Tabela 4. Comparação entre a população e a amostra de docentes por sexo

Sexo	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Masculino	520	53,1	44	62,0
Feminino	460	46,9	27	38,0
Total	980	100%	71	100%

Qui-quadrado= 2,114 (p>0,05)

Fonte: Direção de Recursos Humanos do IPL e questionário aos docentes

Verificam-se diferenças não significativas entre a população e a amostra recolhida, em relação ao sexo.

A tabela 5 permite aferir a representatividade da amostra relativamente à população, no que respeita à idade.

Tabela 5. Comparação entre a população e a amostra de docentes por classes de idades

Classes	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Até 30 anos	96	9,7	0	0
31 a 40 anos	495	50,5	25	35,2
41 a 50 anos	277	28,2	29	40,8
51 a 60 anos	95	9,6	15	21,1
Mais de 60 anos	17	1,7	2	2,8
Total	980	100%	71	100

Qui-quadrado= 22,382 (p<0,05)

Fonte: Direção de Recursos Humanos do IPL e questionário aos docentes

Na análise da tabela 5, verifica-se que existem diferenças significativas entre a população e a amostra recolhida, em relação à idade. A amostra e a população não são homogéneas nesta característica. A baixa percentagem de respostas da classe de idades “até 30 anos” apresenta um valor muito baixo proporcionalmente ao número de docentes que compõem o corpo docente do IPL situados no mesmo intervalo etário.

A figura 4 ilustra a distribuição dos docentes da amostra nas classes de idade consideradas. A idade média dos docentes que responderam ao inquérito é de 45,1 anos (mediana 45,0 anos).

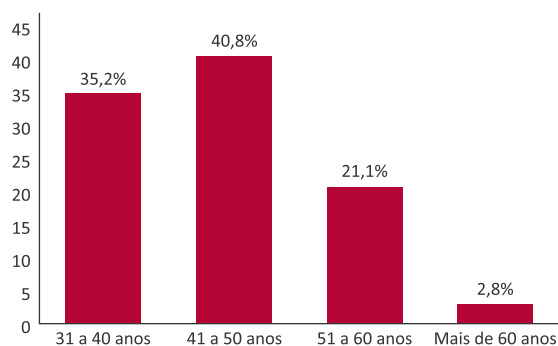


Figura 4. Distribuição dos docentes da amostra por idade

Foi também comparada a amostra recolhida com a população, em termos de categoria profissional.

Tabela 6. Comparação entre a população e a amostra de docentes por categoria profissional

Categoria profissional	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Professor-coordenador principal	1	0,1	0	0
Professor-coordenador	54	5,5	14	19,7
Professor-adjunto	287	29,3	35	49,3
Professor-adjunto convidado ou equiparado	44	4,5	7	9,9
Assistente convidado ou equiparado	589	60,1	15	21,1
Monitor	5	0,5	0	0
Total	980	100%	71	100%

Qui-quadrado= 51,176 (p<0,05)

Fonte: Direção de Recursos Humanos do IPL e questionários aos docentes.

Existem diferenças significativas entre a população e a amostra recolhida, em relação à categoria profissional. Este facto pode ser justificado pela baixa taxa de resposta da categoria Assistente convidado ou equiparado, assim como da categoria Professor-adjunto.

Tabela 7. Comparação entre a população e a amostra de docentes por local de trabalho

Local de trabalho	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
ESAD	130	13,3	8	11,3
ESECS	134	13,6	14	19,7
ESTM	108	11,0	2	2,8
ESTG	328	33,4	42	59,2
ESS	86	8,7	4	5,6
Outras unidades	194	19,8	1	1,4
Total	980	100%	71	100%

Qui-quadrado= 31,410 (p<0,05)

Fonte: Direção de Recursos Humanos do IPL e questionários aos docentes.

Existem diferenças significativas entre a população e a amostra recolhida, relativamente ao local onde exercem as suas funções. Os docentes da ESTG são os que mais estão representados na amostra.

Em conclusão, a amostra dos docentes não corresponde perfeitamente à população, mas tal não invalida a análise realizada e os resultados obtidos.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Inicia-se a caracterização da amostra dos docentes com a análise das habilitações académicas.

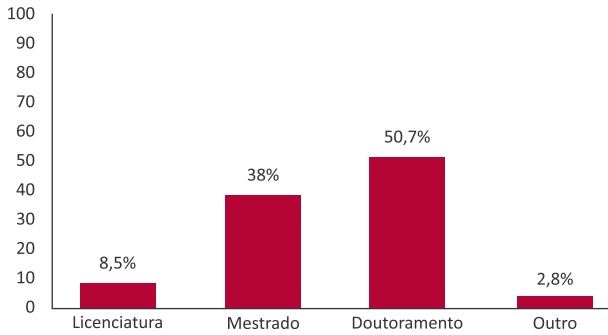


Figura 5. Distribuição dos docentes da amostra por habilitação académica

Dos docentes inquiridos, mais de metade (aproximadamente 51%) possuem o grau académico de Doutor. Este facto revela uma das características mais relevantes do corpo docente IPL, que possui 2,5 doutorados por cada 100 alunos (31% do total do corpo docente doutorado, em 2012).

Os docentes da amostra foram também questionados sobre mudança de concelho de residência para integrarem o corpo docente do IPL.

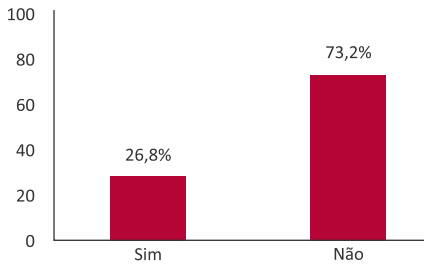


Figura 6. Percentagem de docentes da amostra que mudaram ou não de residência

A maioria dos docentes não mudou de residência para se integrar no IPL, o que pode ser entendido como um ponto forte da região a favor da capacidade de assegurar a permanência aos seus naturais ou residentes de longo termo. Simultaneamente o IPL concorre para assegurar a mobilidade interna e a fixação de novos residentes.

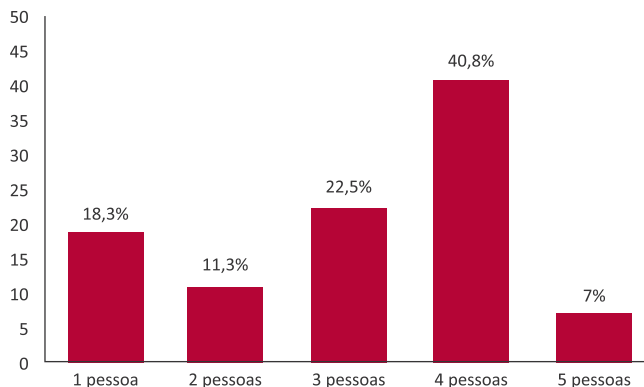


Figura 7. Número de pessoas que constitui o agregado familiar dos docentes da amostra

A constituição do agregado familiar mais representativo compreende três e quatro pessoas, que representam os núcleos em que já foi constituída família com um e dois descendentes. Dos docentes inquiridos, o número máximo de pessoas do agregado familiar são 5.

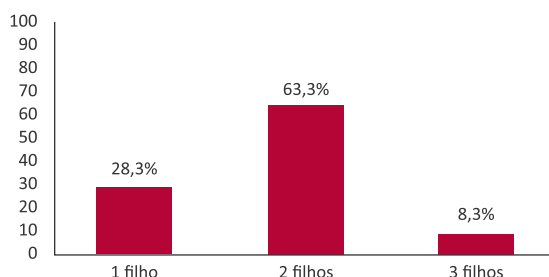


Figura 8. Total de filhos dos docentes da amostra

Tendo em conta a resposta dos 60 docentes que afirmaram ter três ou menos filhos, estes apresentam um total de 106 filhos, a média da idade do filho mais novo é de 10,7 anos mas os percentis 25, 50, e 75 encontram-se, respetivamente, nos 3, 9 e 16 anos.

Foi analisada a distribuição dos filhos dos docentes por sistema de ensino, público ou privado. Desses 106 filhos, a informação recolhida refere que 73 (67,6%) frequentam o ensino público e 35 (32,4%) frequentam o ensino privado.

Tabela 8. Distribuição dos filhos dos docentes da amostra por ciclo de ensino e tipo de instituição

Tipo de instituição	Nível de ensino							Total
	Infantário	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Superior	Outro	
Instituição pública	4	11	11	10	13	14	10	73
Instituição privada	15	7	4	4	1	1	3	35
Total	19	18	15	14	14	15	13	108

4.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA (CONDIÇÕES DE VIDA)

As condições de vida dos docentes foram caracterizadas nos seguintes aspetos: tipo de alojamento, rendimento médio mensal, gastos médios mensais e poupança média mensal do agregado familiar.

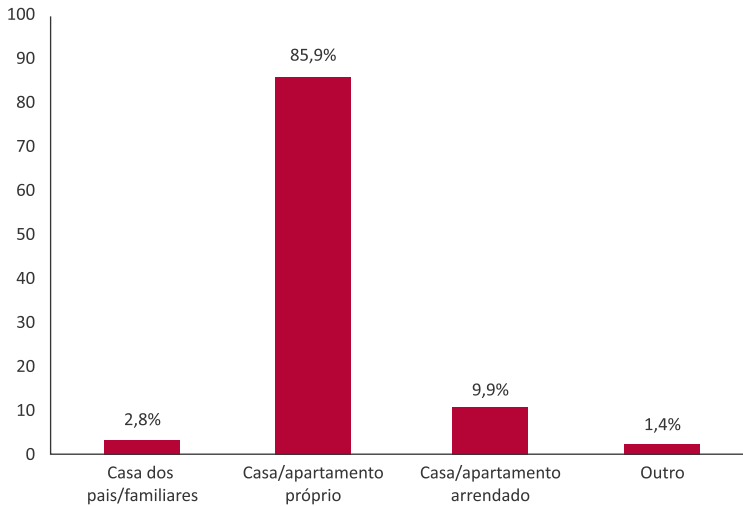


Figura 9. Tipo de alojamento durante o período letivo dos docentes

A maioria dos docentes inquiridos reside em habitação própria. Nenhum dos docentes inquiridos reside em quarto arrendado e os docentes que residem com os pais/familiares não mudaram de residência para trabalhar no IPL.

Foi pedido aos inquiridos que identificassem o rendimento líquido do seu agregado familiar, dentro das nove classes possíveis, mas só existem registos em sete. Em relação ao rendimento médio do agregado familiar dos docentes inquiridos, este foi classificado em sete categorias, cujos valores variam em intervalos de dois salários mínimos mensais, que no ano de 2012 correspondia a 485 euros⁶ (Figura 10).

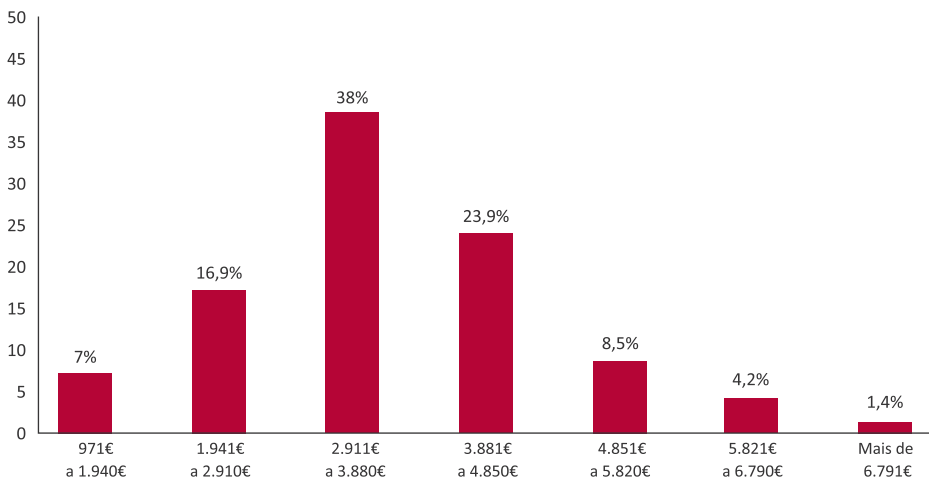


Figura 10. Rendimento líquido mensal do agregado familiar dos docentes da amostra

⁶ Decreto-Lei n.º 143/2010, de 31 de Dezembro - SÉRIE I – nº 253

Cerca de 86% do agregado familiar dos docentes auferem um valor máximo de 4.850 euros ilíquidos mensais e apenas 5,6% dos docentes pertence a um agregado que tem um rendimento ilíquido superior a 5.821 euros mensais.

O agregado familiar dos docentes tem um rendimento ilíquido médio mensal de 3.668,7 euros, e estima-se que corresponda a um rendimento líquido médio mensal de 2.274,59 euros⁷. Este valor está acima do rendimento líquido médio mensal das famílias portuguesas, situado nos 1.984 euros, e superior ao rendimento líquido médio mensal dos agregados familiares da região Centro, estimado em 1.800 euros⁸.

Pretendeu-se caracterizar também os gastos dos docentes e respetivo agregado familiar, nas seguintes categorias: alojamento, educação dos filhos, alimentação, material escolar, bens pessoais, material informático, saúde, lazer, despesas correntes e outras despesas.

As variáveis analisadas sobre os gastos médios mensais, por serem de resposta aberta, foram recodificadas, passando a apresentar os intervalos de valores. No caso do alojamento codificaram-se as respostas em “até 200 €”, “de 201 a 400 €”, “de 401 a 600 €”, “de 601 a 800 €” e “mais de 800 €”.

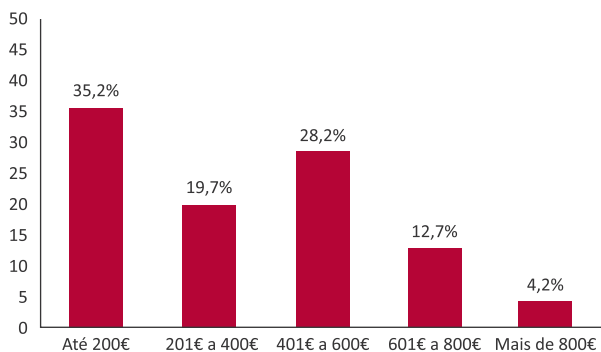


Figura 11. Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com o alojamento

Na análise dos dados obteve-se uma média de 406,8 euros e uma mediana de 400,0 euros. É de sublinhar que 45,1% dos docentes gastam com o alojamento mensal um valor próximo ou superior ao salário mínimo nacional.

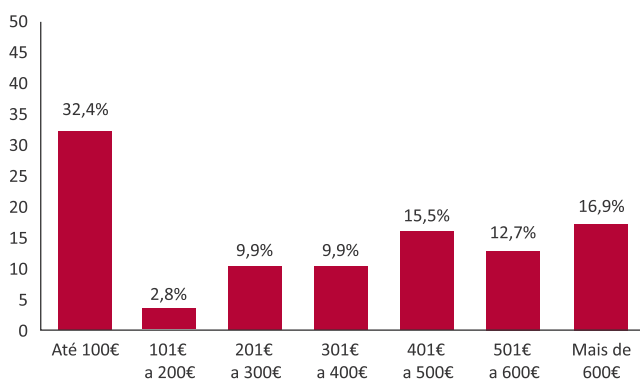


Figura 12. Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com a educação dos filhos

⁷ Este rendimento líquido foi estimado a partir dos rendimentos ilíquidos médios mensais, aos quais foram aplicadas as correspondentes taxas de retenção na fonte de IRS (tabelas para o Continente, ano 2012, trabalho dependente, casado, dois titulares, 2 dependentes) disponíveis na Direcção-Geral de Impostos (www.dgci.min-financas.pt) e considerando contribuições mensais obrigatórias de 11% para a Segurança Social.

⁸ Valores anuais estimados pelo INE (2012) para 2009, convertidos em médios mensais utilizando ponderações para uma estrutura familiar idêntica à da amostra, sem incluir a taxa de inflação

O encargo mensal em educação, por filho, é de 159,21 euros⁹.

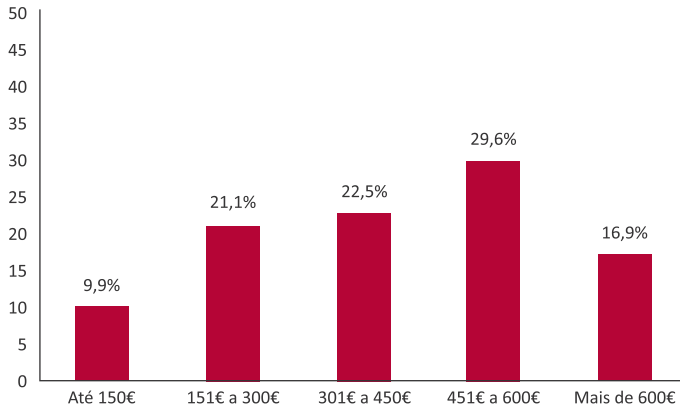


Figura 13. Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com a alimentação

O agregado familiar dos docentes apresenta um gasto médio mensal com a alimentação de 467,6 euros.

Seguidamente apresentam-se os gráficos relativos aos vários tipos de despesa apontados pelos docentes.

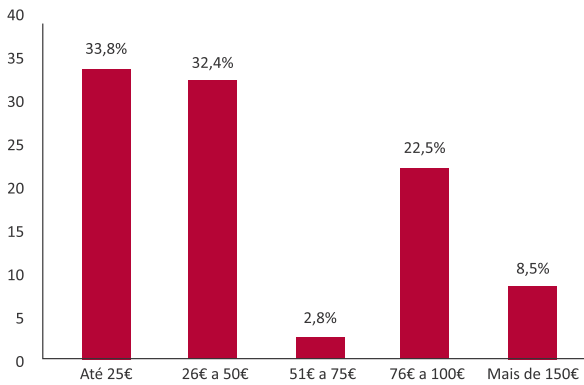


Figura 14. Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em material escolar

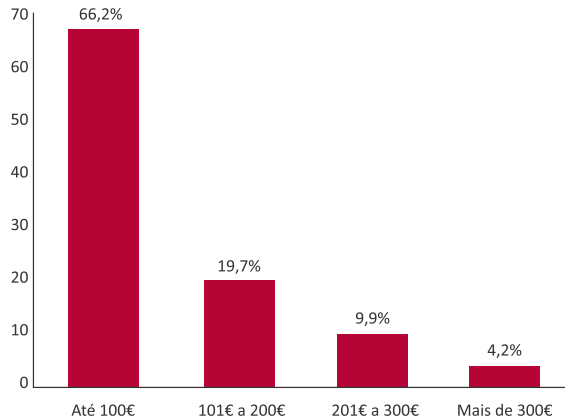


Figura 15. Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em bens pessoais

⁹ Este número é a divisão do valor médio do gasto mensal com a educação dos filhos (318,42 euros) com o número médio de filhos, por docente (2 filhos).

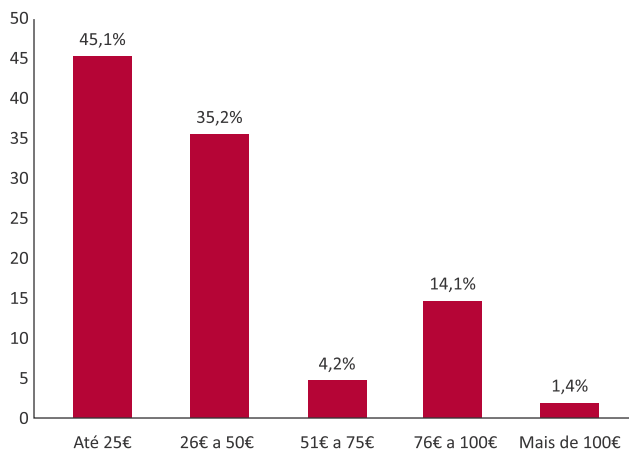


Figura 16. Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em material informático

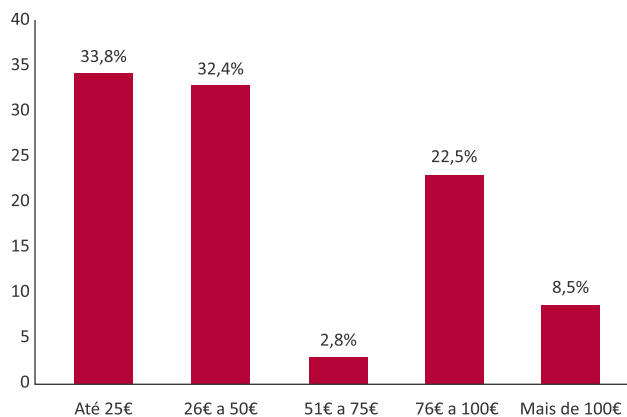


Figura 17. Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em saúde

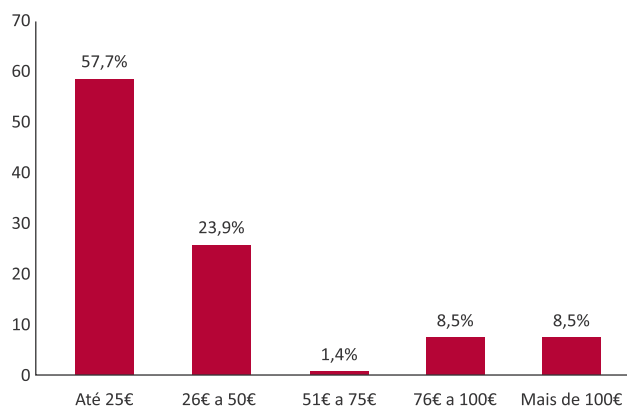


Figura 18. Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com lazer

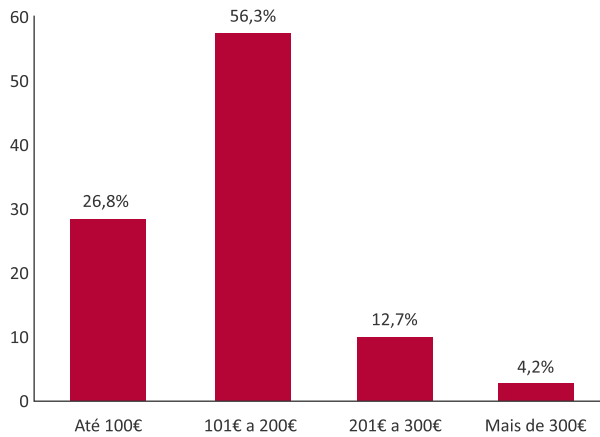


Figura 19. Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com despesas correntes

A última categoria considerada foi “outras despesas”. Nesta categoria a maioria dos inquiridos identificam como gastos prestações bancárias, o salário das empregadas domésticas, os gastos com a própria educação e com seguros.

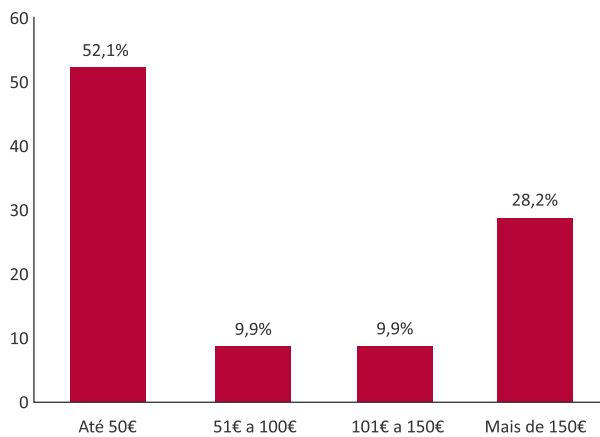


Figura 20. Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com outras despesas

Um outro gasto potencialmente relevante é relativo aos meios de transporte. Dos docentes inquiridos, 70 possuem meio de transporte próprio, todos eles possuem, pelo menos, um veículo automóvel (32,9% possuem um automóvel, 62,9% possuem dois automóveis e os restantes possuem 3 automóveis), 2 têm motorizadas e 11 possuem motos.

O gasto devido aos transportes foi dividido em duas categorias: os gastos com os transportes próprios (onde se incluía, entre outros, a gasolina, a manutenção, as reparações e o seguro) e os gastos noutros transportes (onde se incluía, entre outros, autocarro, táxi, ou passagem aérea). Os gráficos 21 e 22 apresentam os valores para cada uma dessas categorias.

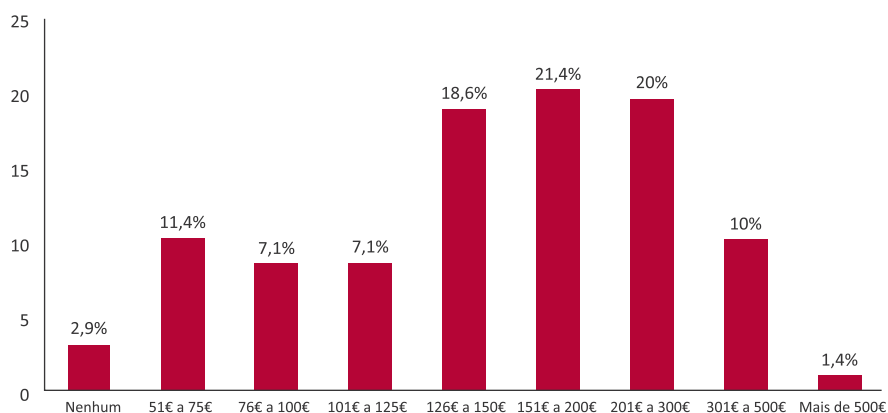


Figura 21. Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com o transporte próprio

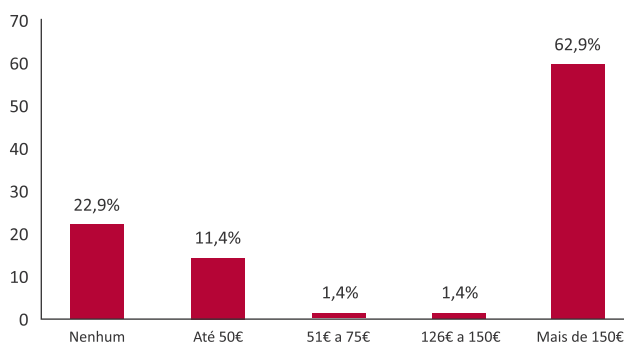


Figura 22. Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com outros transportes

Verifica-se que os inquiridos gastam muitos menos em outros transportes, comparativamente ao que gastam com o próprio transporte.

A média dos gastos é:

- No caso de possuírem transporte próprio (98,6%): 349,4 euros por mês (70 docentes) com o transporte próprio e 20,9 euros por mês (25 docentes) com outros transportes.
- No caso de não possuírem transporte próprio (1,4%): então só têm gastos com outros transportes no montante de 15,2 euros por mês (1 docente).

Das várias categorias de gastos anteriores foi construída a tabela 9 que contém um resumo das estatísticas.

Tabela 9. Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra (em euros)

	Alojamento	Alimentação	Outras despesas	Educação dos filhos ¹⁰	Bens pessoais	Despesas correntes	Material escolar	Saúde	Lazer	Material informático	Transportes
N	52	65	38	47	62	66	56	60	49	54	68
Média	503,3	510,7	243,6	474,2	133,7	174,0	78,0	109,3	62,6	50,0	360,5
Mediana	500,0	500,0	200,0	400,0	100,0	150,0	50,0	100,0	50,0	50,0	
Desvio Padrão	261,9	288,3	181,3	352,0	103,1	77,7	73,8	90,6	65,7	29,3	
Mínimo¹¹	50	50	50	50	20,0	50,0	10,0	20,0	5,00	10,0	
Máximo	1.500	1.500	940,0	2.000	500,0	400,0	500,0	500,0	300,0	120,0	
Percentil 25	325	325,0	100	300	50,0	117,5	42,5	50,0	20,0	25,0	
Percentil 75	600,0	600,0	350,0	500,0	150,0	200,0	100,0	150,0	70,0	60,0	

A maior parte dos gastos mensais é com a alimentação e o alojamento.

Somando todas as opções de gastos mensais criou-se uma nova variável chamada *Gastos_totais*, cujo valor apresentado é a soma de todos os valores das variáveis anteriores (exceto transportes¹²). O resultado está expresso na figura 23.

31

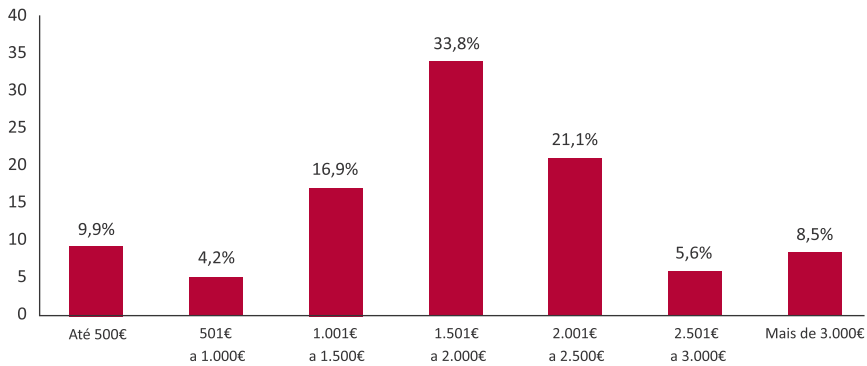


Figura 23. Gastos médios mensais totais do agregado familiar dos docentes da amostra

A maior parte dos agregados familiares dos docentes inquiridos (54,9%) gastam mensalmente até 2.000 euros, e, em média, os gastos mensais são de 1.794,3€.

Para ser possível realizar algumas comparações com o “*Inquérito às despesas das famílias 2010/2011*”, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012), estimaram-se os gastos anuais para os agregados familiares dos docentes (tabela 10).

¹⁰ Nesta categoria só foram considerados os inquiridos que na pergunta “tem filhos?” responderam sim.

¹¹ Foi considerado como mínimo o menor valor diferente de zero.

¹² A categoria “transportes” foi calculada com base em intervalos, ao contrário das outras categorias onde os inquiridos indicaram um valor exato, o que impediu a sua inclusão na variável *Gastos_totais*.

Tabela 10. Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos docentes e das famílias portuguesas

Categoria dos gastos	Amostra (em euros)	Amostra (em %)	Portugal (em %)	Centro (em %)
Alojamento e despesas correntes ¹³	6.363,6	24,6	29,2	29,4
Ensino ¹⁴	4.588,8	17,7	2,2	1,9
Alimentação	6.128,4	23,7	13,3	13,2
Bebidas alcoólicas e tabaco	--	--	1,9	1,5
Vestuário e calçado	--	--	3,7	3,7
Móveis, artigos decoração	--	--	4,2	4,3
Bens pessoais ¹⁵	1.400,4	5,4	6,3	6,7
Saúde	1.107,6	4,3	5,8	6,1
Lazer	518,4	2,0	5,3	4,7
Transportes	4.326,0	16,7	14,5	15,5
Comunicações	--	--	3,3	3,2
Outras despesas	1.564,8	6,1	--	--
Hotéis, restaurantes, cafés e similares	--	--	10,4	9,8
Despesa média anual por agregado	25.858,8€	100%	100% (20 391 €)	100% (19 183 €)
Despesa média mensal por agregado	2.154,9€	--	1.699,3 €	1.598,6 €

Fonte: Questionário aos docentes e INE (2012).

A tabela 10 permite comparar os gastos médios do agregado familiar dos docentes do IPL com os gastos médios das famílias portuguesas e da classificação NUTS II – Centro. A partir da tabela é possível concluir que os docentes apresentam um gasto anual 34,8% superior à média da região NUT II Norte e 21,1% superior à média nacional.

Para se determinar que parte do valor apurado é gasto na região de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche analisou-se a distribuição dos docentes por local de trabalho, concelho de residência e número de dias de trabalho. A tabela seguinte descreve o número de dias que os docentes da amostra, das várias escolas, permanecem no local de trabalho.

Tabela 11. Distribuição dos docentes por local de trabalho e por dias presenciais

	Dias presenciais no local de trabalho				Média de dias por escolas
	2	3	4	5	
ESECS	0	6	5	3	3,8
ESS	0	0	0	4	5,0
ESTG	1	6	14	21	4,3
ESTM	0	0	2	0	4,0
Outro	0	0	1	0	4,0
Total	1	18	23	29	

¹³ Os valores das categorias *alojamento e despesas correntes* foram, respetivamente, 368,6 e 161,7 euros. O valor indicado é a soma de ambas as categorias devido ao referido estudo apresentar estes dois valores reunidos numa só categoria “*Habituação; despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis*”.

¹⁴ Os valores apresentados são a soma das categorias *educação* dos filhos e *material escolar* (318,4 e 61,5 euros, respetivamente), dado que no estudo do INE só aparece a categoria ensino.

¹⁵ Esta categoria é identificada no estudo do INE como “*outros bens e serviços*” e os montantes que se apresentam são os que o INE identificou nessa categoria.

Em média, os docentes do IPL estão 4 dias no local de trabalho. Os docentes das escolas de Leiria estão 4,2 dias no local de trabalho, enquanto um docente da escola das Caldas da Rainha está 3,4 dias e em Peniche 4 dias. Importa referir que a permanência no local do trabalho dos docentes ser inferior a 5 dias, deve-se ao trabalho que desenvolvem em unidades de investigação ou no próprio local de residência.

É necessário ainda analisar as visitas que os docentes do IPL recebem e o montante que as mesmas gastam na região. O fluxo monetário que se pretende analisar é aquele que se deve exclusivamente ao facto dos docentes visitados trabalharem no IPL.

Desta forma, foram seleccionadas apenas as visitas aos docentes que mudaram de região para trabalhar no IPL. Considerou-se que os docentes que não mudaram de região receberiam essas visitas independentemente de trabalharem ou não no IPL e, por isso, este valor não pode ser relacionado com a existência do IPL na região. A figura 24 apresenta o número de visitas que os docentes recebem anualmente, verificando-se que a maioria recebe mais de 10 visitas por ano.

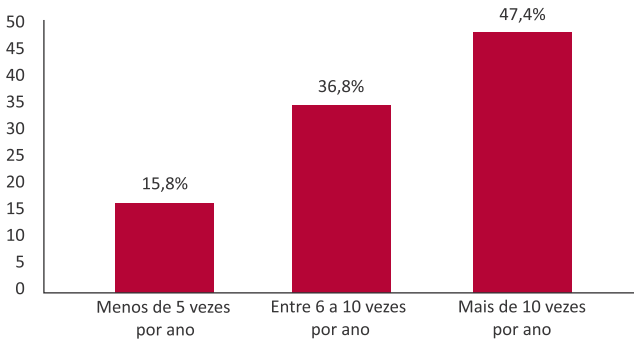


Figura 24. Frequência anual das visitas aos docentes da amostra que mudaram de residência

A figura seguinte mostra o período de permanência de cada visita.

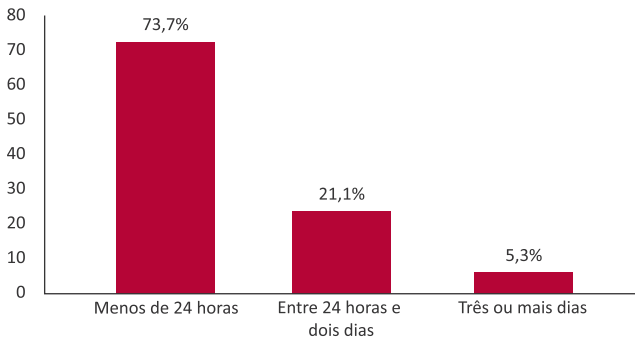


Figura 25. Duração das visitas aos docentes da amostra que mudaram de residência

A maioria das visitas permanece menos de 24 horas, o que indica que são visitas por um só dia, sem muito tempo de permanência.

Relativamente às visitas, o último aspeto a ser analisado foi sobre os gastos que as mesmas têm durante o período de visita.

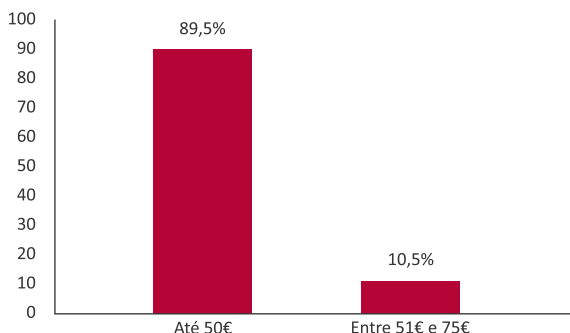


Figura 26. Gasto médio diário das visitas recebidas pelos docentes da amostra que mudaram de residência

Da análise às visitas recebidas pode-se considerar que os docentes do IPL que mudaram de residência recebem em média 9,0 visitas por ano, a maioria das visitas permanece menos de 24 horas e gasta diariamente 29,0 euros. Portanto, cada docente introduz anualmente na região, na forma dos gastos das suas visitas, 261 euros.

Para além dos gastos efetuados pelos docentes na região, também a “*movimentação bancária*” é importante para compreender o desenvolvimento da região, pois é através dela que se consegue determinar o montante poupado e o montante investido pelos docentes na região.

Foi, por isso, analisado se o salário e a poupança mensal (quando existe) eram depositados numa agência bancária do concelho onde trabalham. Verificou-se que 69,0% dos docentes recebem o salário através de uma conta numa agência bancária do concelho onde trabalha e que 60,6% têm uma poupança numa conta de uma agência bancária desse mesmo concelho.

A figura 27 ilustra o montante da poupança média dos docentes.

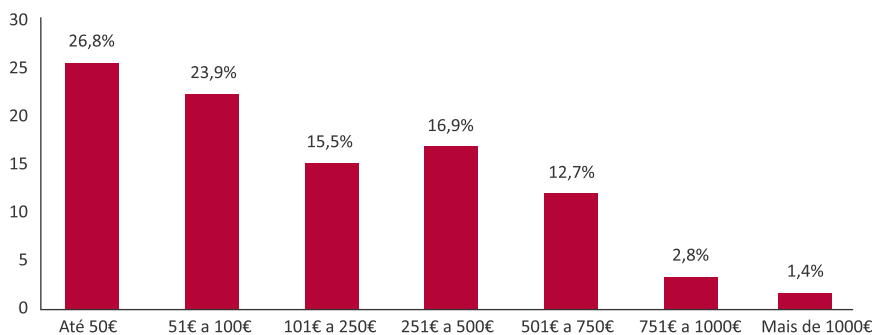


Figura 27. Poupança média mensal dos docentes da amostra que é depositada numa conta do concelho onde trabalham

Verifica-se que 66,2% dos docentes inquiridos poupa até 250 euros por mês, enquanto 33,8% pouparam mais de 250 euros. Em média, os docentes inquiridos pouparam mensalmente 235,2 euros.

Avaliou-se, também para além da domiciliação do ordenado e da aplicação da poupança mensal dos docentes, a existência de empréstimo nas agências bancárias dos concelhos de ação do IPL, especificamente através do montante inicial obtido e o destino dos mesmos.

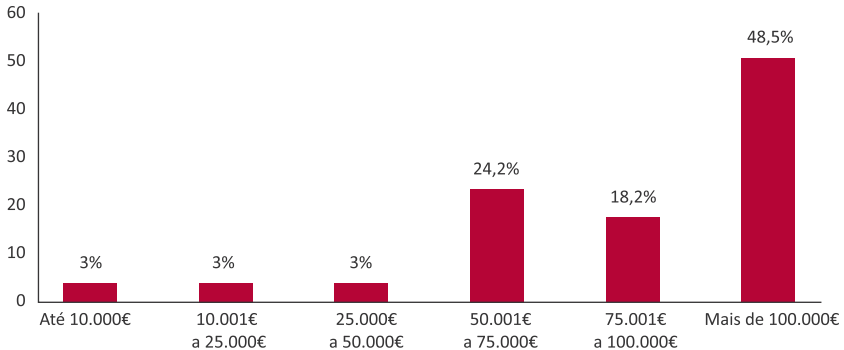


Figura 28. Montante inicial dos empréstimos contraídos pelos docentes da amostra

Dos docentes inquiridos, 46,5% contraíram empréstimo bancário numa agência do concelho onde trabalham, para 90,9% deste universo o valor do empréstimo é superior a 50.000 euros.

A finalidade dos empréstimos obtidos poderia ser para investir na aquisição de habitação própria, na aquisição de habitação como investimento imobiliário (nomeadamente para arrendar), numa empresa e na compra de automóvel.

Tabela 12. Empréstimos bancários contraídos pelos docentes, por categoria (em euros)

	Casa própria	Casa arrendar	Automóvel	Outro
N (%)	28 (39,4%)	3 (4,2%)	15 (21,1%)	1 (1,4%)
Média	109.250,8	2.591,6	22.539,3	15.000,0
Mediana	125.000,0	500,0	25.000,0	15.000,0
Mínimo	150,0	275,0	20,0	15.000,0
Máximo	200.000,0	7.000,0	45.000,0	15.000,0

A tabela 12 resume os investimentos realizados pelos docentes da amostra, onde os principais foram na aquisição de habitação própria e na aquisição de automóvel. Os valores dos empréstimos são mais elevados na aquisição de casa própria, com uma média de 109.250,8 euros. Dos docentes inquiridos que fizeram um empréstimo de aquisição automóvel investiram, em média, 22.539,3 euros.

Parece importante referir que nenhum dos docentes inquiridos respondeu que investiu dinheiro para a criação de uma empresa.

4.4 SÍNTESE DA ANÁLISE AOS DOCENTES

Os docentes são maioritariamente do sexo masculino (53%), têm uma idade média de 45,1 anos e trabalham em média há 15,2 anos para o IPL. Em termos de habilitação académica, a maioria (50,7%) possui o grau de doutor e 38% detém o grau de mestre.

A composição do agregado familiar varia na maioria dos casos (93,0%) entre 1 a 4 pessoas, e quando existem filhos na família (53,3%) são, salvo raras exceções, no máximo 1 ou 2 (91,7%). O agregado familiar dos docentes regista um rendimento ilíquido médio mensal de 3.668,7 euros e tem um gasto total médio mensal de 1.794,3 euros (considerando os gastos com transportes o valor sobe para 2.154,9 €).

As despesas principais do agregado familiar dos docentes são, por ordem decrescente dos valores médios apresentados, com a alimentação, o alojamento, os transportes, a educação dos filhos e as despesas correntes.

As três primeiras categorias concentram 55,4% dos gastos mensais dos agregados e, se consideramos a categoria habitação de acordo com o que é feito na metodologia do estudo do INE (alojamento e despesas correntes), este valor sobe para 62,9% (sendo superior ao valor do estudo que é de 58,1%). É de referir que, tal como nesse estudo, a “principal afetação das despesas familiares” é com a habitação, no entanto, os docentes do IPL apresentam um valor ligeiramente inferior ao da população portuguesa estudada, 24,6% em vez de 29,4%.

Os docentes que mudaram de residência contribuem anualmente, sob a forma dos gastos das visitas que recebem, com 261 € para a região.

Em termos de movimentações bancárias, grande parte dos docentes (46,5%) contraem empréstimos em agências bancárias do concelho onde trabalham. O destino principal desses empréstimos é, em 39,4% dos casos, para habitação própria permanente, com valor médio de 109.250,8 €, ou para aquisição de automóvel (21,1%), no montante médio de 22.539,3 €. Em ambos os casos, este investimento foi feito no concelho onde trabalham. Segundo as respostas dos docentes apurou-se que a maioria (66,2%) poupa mais de 250 euros por mês.

5. FUNCIONÁRIOS IPL

Na análise aos funcionários, tal como no caso dos docentes, fez-se inicialmente uma comparação entre a população de funcionários (310, em 2012) e a amostra recolhida, nas seguintes variáveis: sexo, idade, categoria profissional e o local de trabalho. Posteriormente, é apresentada a caracterização socioeconómica dos 55 funcionários que responderam ao questionário.

5.1 COMPARAÇÃO DA AMOSTRA COM A POPULAÇÃO

A tabela 13 permite aferir a representatividade da amostra relativamente à população, no que respeita ao sexo.

Tabela 13. Comparação entre a população e a amostra de docentes por sexo

Sexo	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Masculino	93	30,0	13	23,6
Feminino	217	70,0	42	76,4
Total	310	100%	55	100%

Qui-quadrado=0,918 (p>0,05)

Fonte: Direção de Recursos Humanos do IPL e questionário aos funcionários.

Verifica-se que não existem diferenças significativas entre a população e a amostra recolhida, na variável em análise.

Tabela 14. Comparação entre a população e a amostra de funcionários por escalão de idades

Classes	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
≤ 30	20	6,4	4	7,3
]30;40]	173	55,8	29	52,7
]40;50]	75	24,2	14	25,5
]50;60]	41	13,2	7	12,7
> 60	1	0,3	1	1,8
Total	310	100%	55	100%

Qui-quadrado=2,074 (p>0,05)

Fonte: Direção de Recursos Humanos do IPL e questionário aos funcionários.

Verifica-se que não existem diferenças significativas entre a população e a amostra recolhida, na variável idade.

Também se fez a comparação entre os funcionários da população e da amostra, nas 9 categorias profissionais consideradas, verificando-se que a amostra apresenta diferenças em relação à população (tabela 15).

Tabela 15. Comparação entre a população e a amostra de funcionários por categoria profissional

Categoria profissional	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Dirigente	12	3,8	9	16,4
Técnico Superior	148	47,7	20	36,4
Assistente Técnico	103	33,2	20	36,4
Assistente Operacional	28	9,0	3	5,5
Informático	18	5,8	3	5,5
Outra	1	0,3	0	0
Total	310	100,0	55	100,0

Qui-quadrado=15,013 (p<0,05)

Fonte: Direção de Recursos Humanos do IPL e questionário aos funcionários.

Também se pretendeu comparar se existiam diferenças relativamente ao local de trabalho. Os funcionários exercem as suas funções nas cinco escolas e também nos Serviços Centrais e campus 5, que nestes inquéritos surge na categoria “Outro”, para estar em conformidade com os dados enviados pela Direção de RH do IPL, que não distingue as cinco escolas das restantes unidades. Na variável local de trabalho, a amostra apresenta diferenças significativas relativamente à população.

Tabela 16. Comparação entre a população e a amostra de funcionários por local de trabalho

Local de trabalho	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
ESECS	19	6,1	8	14,5
ESTG	47	15,7	7	12,7
ESAD	32	10,3	12	21,8
ESTM	13	4,2	2	3,6
ESSLei	8	2,5	2	3,6
Outro	191	61,6	24	43,8
Total	310	100%	55	100%

Qui-quadrado=12,569 (p<0,05)

Fonte: Direção de Recursos Humanos do IPL e questionário aos funcionários.

Da análise da amostra recolhida verifica-se que ela é bem ajustada à população em quase todas as categorias em estudo. A exceção foram as características “categoria” e “local de trabalho”.

Em conclusão, pode-se considerar que a amostra recolhida representa adequadamente a população em estudo, pelo que os resultados obtidos nesta amostra podem ser extrapolados para a população.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Após se verificar a adequação da amostra à população, a figura 29 apresenta a distribuição dos funcionários da amostra por anos de serviço.

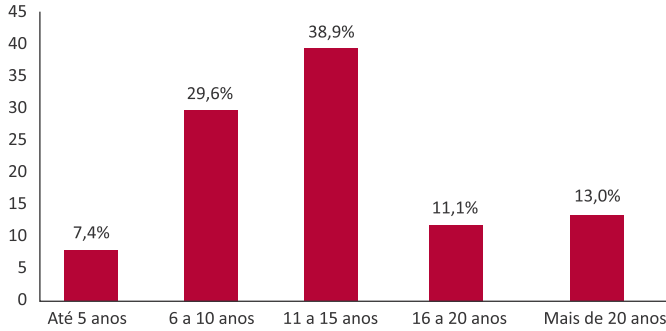


Figura 29. Distribuição dos funcionários por anos de serviço no IPL

A maior parte dos funcionários da amostra (38,9%) trabalham no IPL há cerca de 11-15 anos, a média de anos de serviço é de 12,1 anos.

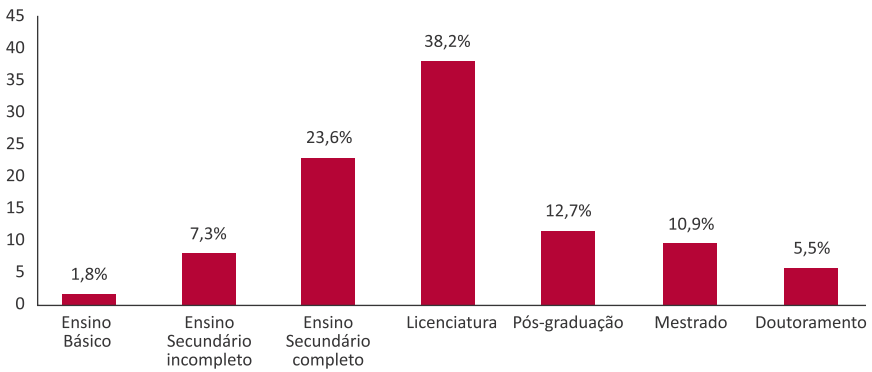


Figura 30. Distribuição dos funcionários da amostra por habilitação académica

32,7% dos funcionários do IPL possuem o ensino secundário completo, sendo de salientar que apenas cerca de 9% dos funcionários que responderam têm o ensino básico ou o secundário incompleto. Importa referir ainda que uma percentagem considerável (29,1%) tem uma habilitação superior à licenciatura.

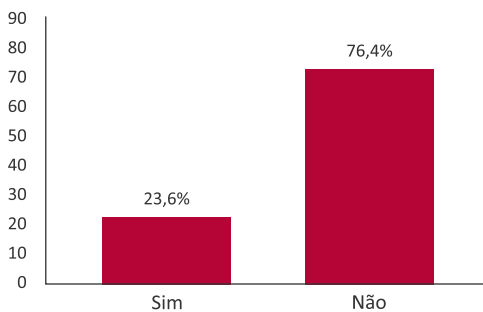


Figura 31. Número de funcionários da amostra que mudaram ou não de residência

Na análise sobre a mudança de residência para trabalhar no IPL verificou-se que só 23,6% dos inquiridos é que mudaram de residência para exercer funções no IPL.

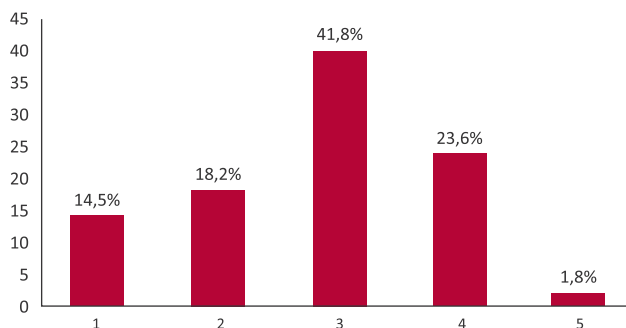


Figura 32. Número de pessoas que constituem o agregado familiar dos funcionários inquiridos

O agregado familiar é constituído em 65,4% dos casos por 3 a 4 pessoas, em 18,2% por 2 pessoas, 14,5% por 1 pessoa e em 1,8% por 5 ou mais pessoas.

Dos inquiridos, 76,4% afirmaram que têm filhos. O número de filhos dentro do agregado varia entre um filho (50,0%), dois filhos (42,9%) ou no máximo três filhos (7,1%), num total de 66 descendentes.

O número médio de filhos por funcionária em idade fértil¹⁶ é igual a 1,7 filhos e este valor é superior ao índice sintético de fecundidade de 2010, que se situava nos 1,4 filhos. A idade média do filho mais novo é 12,3 anos (mediana 11,0).

Foi analisada a distribuição dos filhos por sistema de ensino, público ou privado. Dos 66 filhos, a informação recolhida refere que 44 (78,5 %) frequentam o ensino público e 12 (21,4%) frequentam o ensino privado. A tabela seguinte mostra a distribuição entre ensino público e privado considerando os ciclos de ensino.

Tabela 17. Distribuição dos filhos dos funcionários da amostra por ciclo de ensino e tipo de instituição

Tipo de instituição	Nível de ensino							Total
	Infantário	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Superior	Outro ¹⁷	
Instituição pública	3	9	5	3	6	15	3	44
Instituição privada	12	0	0	0	0	0	0	12
Total	15	9	5	3	6	15	3	56

Como é visível, os funcionários inquiridos não deram a informação de todos os seus filhos, de um total de 66 filhos, apenas temos a distribuição de 56. Poderá dever-se ao facto destes 10 filhos já não frequentarem o ensino.

Da tabela 17 conclui-se que os funcionários optam por instituições privadas ao nível do infantário e depois colocam os filhos a estudar em instituições de ensino públicas.

¹⁶ Segundo a definição do INE a idade fértil da população feminina é dos 15 aos 49 anos.

¹⁷ Os funcionários que identificaram como "outro" os filhos que já não frequentavam o ensino.

Resumidamente, é possível caracterizar os funcionários do IPL, que responderam ao questionário, nos seguintes aspetos:

Os funcionários são maioritariamente do sexo feminino (70%), com uma idade média de 40,9 anos e estão em média há 12,1 anos ao serviço do IPL.

A maior parte dos funcionários trabalha nos serviços centrais. São muitos os funcionários naturais do concelho onde trabalham e apenas 23,6% mudaram de residência para trabalhar no IPL.

A maior parte dos funcionários possui no mínimo o ensino secundário completo e 38,2% possuem no mínimo uma licenciatura.

Os funcionários que têm filhos (76,4%) possuem no mínimo um e no máximo três filhos. Maioritariamente, optam por colocá-los durante o infantário em instituições privadas e, nos níveis de ensino seguintes, em instituições públicas.

5.3 CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA (CONDIÇÕES DE VIDA)

As condições de vida dos funcionários foram caracterizadas nos seguintes aspetos: tipo de alojamento, rendimento médio mensal, gastos médios, e poupança média mensal.

A primeira categoria – *alojamento* – está ilustrada na figura seguinte.

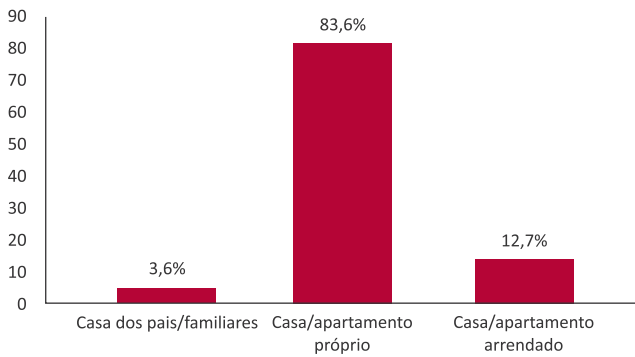


Figura 33. Tipo de alojamento durante o período letivo dos funcionários da amostra

O tipo de alojamento dos funcionários é maioritariamente (83,6%) em casa/apartamento próprio, havendo ainda 12,7% que residem em habitação arrendada. Nenhum dos funcionários inquiridos vive em quarto arrendado.

Foi pedido aos inquiridos que identificassem o rendimento líquido do seu agregado familiar (gráfico 34).

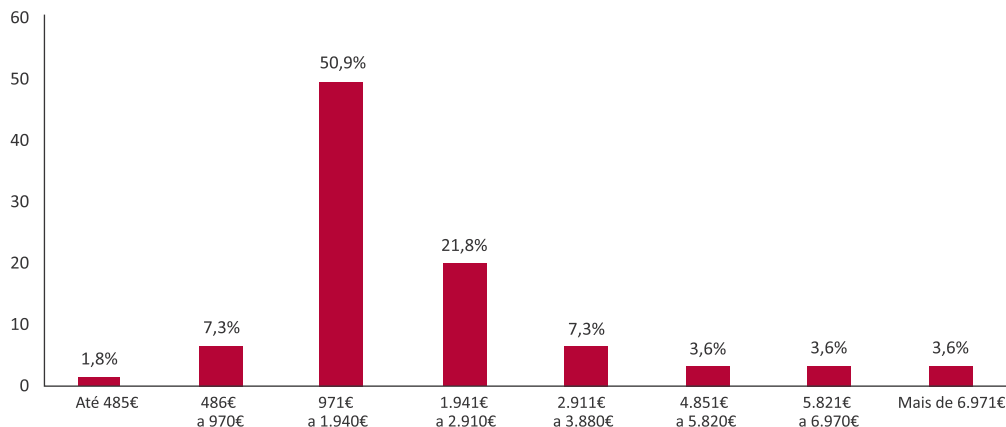


Figura 34. Rendimento líquido mensal do agregado familiar dos funcionários da amostra

Verifica-se que 39,9% dos funcionários que responderam ao questionário têm rendimentos líquidos superiores a 1.941€, correspondente a quatro salários mínimos nacionais (485€). A maior parte dos funcionários inquiridos (50,9%) têm um rendimento entre os 971 e 1.940 euros. O rendimento líquido médio mensal do agregado familiar dos funcionários é de 2.268,9 euros, em termos líquidos estima-se que corresponderá a um rendimento médio mensal de 1.474,8 euros¹⁸.

Analisam-se em seguida os gastos médios mensais dos agregados familiares dos funcionários relativamente às seguintes categorias: alojamento, educação dos filhos, alimentação, material escolar, saúde, lazer, bens pessoais, material informático, despesas correntes e outros.

As variáveis analisadas sobre os gastos médios mensais, foram de resposta aberta e, por isso, tiveram de ser recodificadas, passando a apresentar intervalos de valores. Por exemplo, no caso da primeira categoria alojamento, foram consideradas as seguintes classes: “até 200 €”, “de 201 a 400 €”, “de 401 a 600 €”, “de 601 a 800 €” e “mais de 800 €”.

A figura 35 apresenta a distribuição dos gastos com o alojamento nas cinco categorias consideradas.

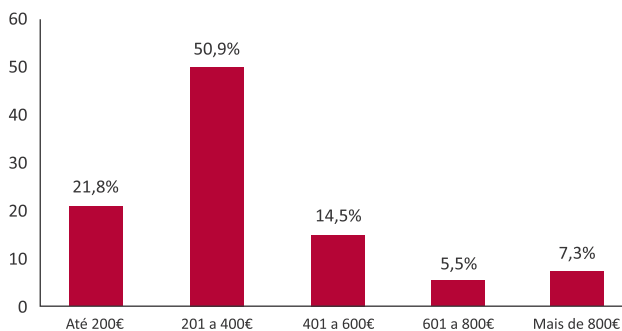


Figura 35. Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com o alojamento

¹⁸ Tal como se fez com os docentes, este rendimento líquido foi estimado a partir dos rendimentos líquidos médios mensais, aos quais foram aplicadas as correspondentes taxas de retenção na fonte de IRS (tabelas para o Continente, ano 2012, trabalho dependente, casado, dois titulares, 2 dependentes) disponíveis na Direção-Geral de Impostos (www.dgci.min-financas.pt) e considerando contribuições mensais obrigatórias de 11% para a Segurança Social.

Observa-se que a maioria dos funcionários (72,7%) gastam no máximo 400 euros por mês com o alojamento do seu agregado familiar.

Na análise dos gastos médios mensais com a educação dos filhos selecionaram-se os inquiridos que na questão “Tem filhos?” responderam sim. A figura 36 caracteriza estes gastos.

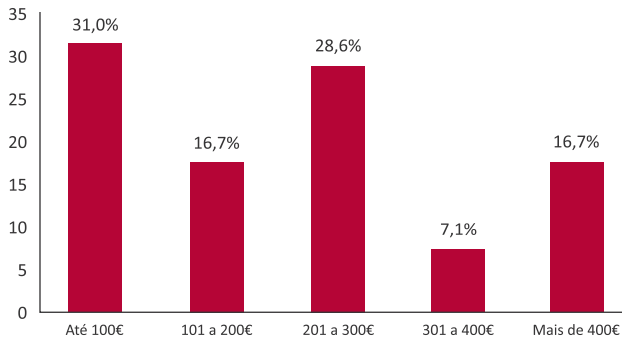


Figura 36. Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com a educação dos filhos

Os gastos mensais por filho são em média 229,5 euros (mediana 215,0€).

Seguidamente apresentam-se os gráficos relativos aos vários tipos de despesa apontados pelos funcionários.

43

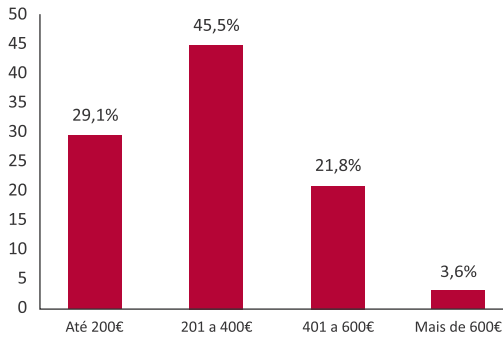


Figura 37. Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com a alimentação

Verifica-se que há uma maior frequência de gastos na categoria de “201 a 400 euros” (45,5%), no entanto, também a categoria de gastos com a alimentação “até 200 euros” apresenta uma percentagem elevada de respostas (29,1%).

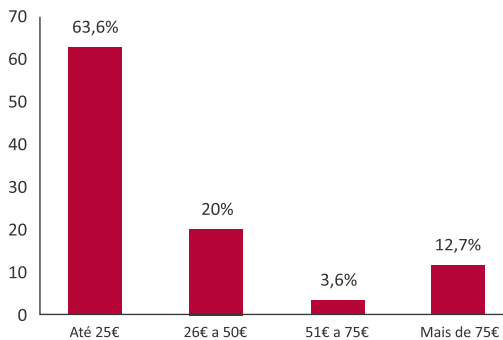


Figura 38. Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com material escolar

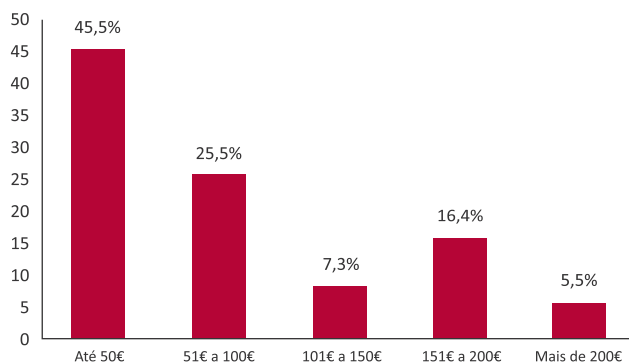


Figura 39. Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com bens pessoais

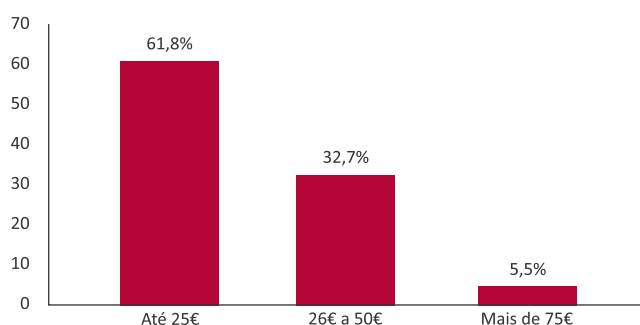


Figura 40. Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com material informático

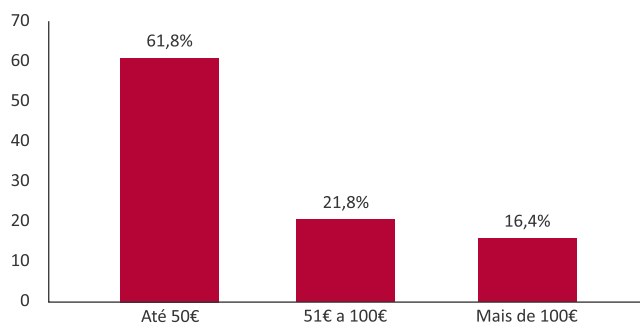


Figura 41. Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra em saúde

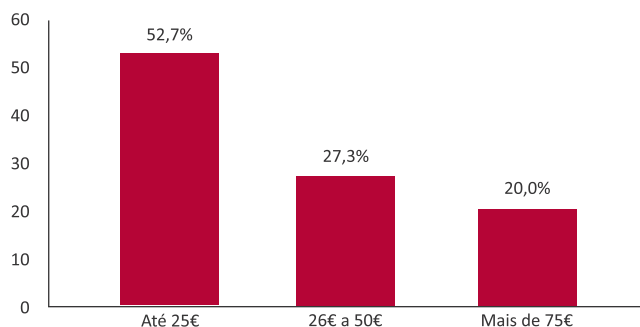


Figura 42. Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra em lazer

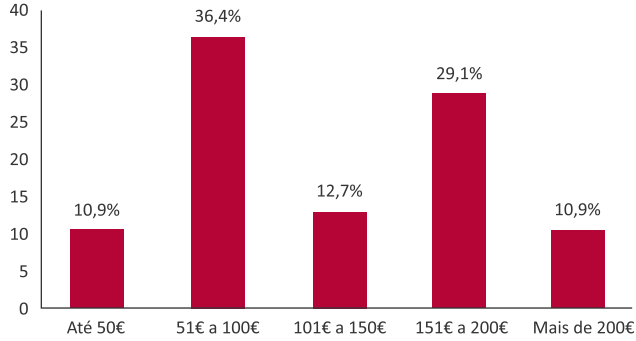


Figura 43. Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com despesas correntes mensais

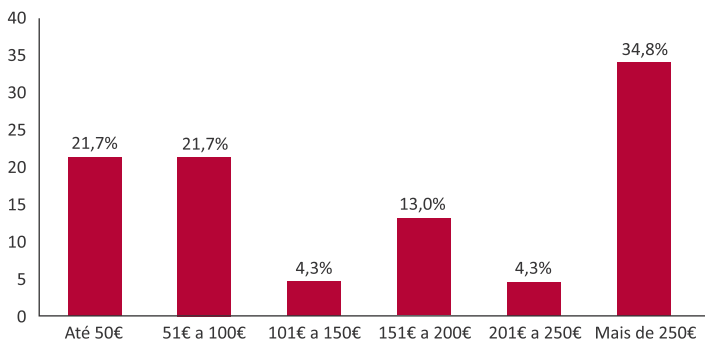


Figura 44. Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com outras despesas

Relativamente à questão se possuíam meio de transporte e qual, verificou-se que mais de 90% dos inquiridos possuem automóvel, e só cinco inquiridos possuem mota e três têm motorizada.

Foram analisados os gastos mensais com o transporte próprio e com outros transportes. Os gráficos 45 e 46 descrevem as duas situações.

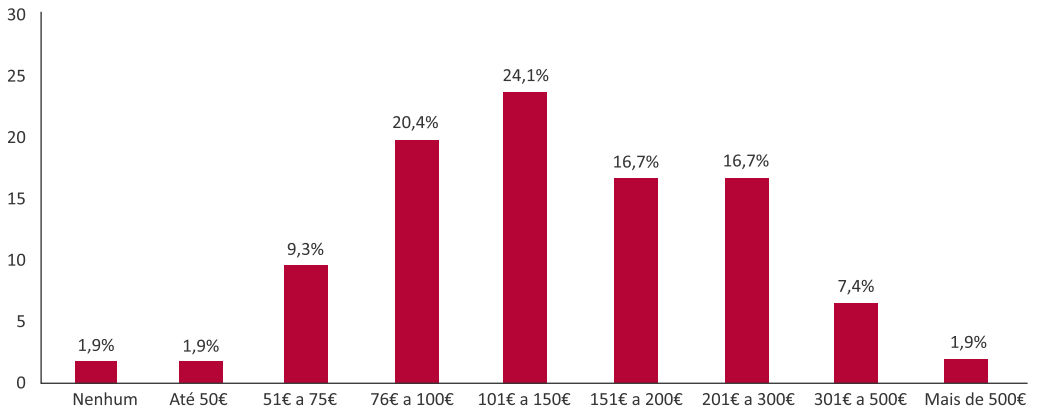


Figura 45. Gastos médios mensais com os transportes próprios dos funcionários

Nos gastos com o próprio transporte a maioria gasta no máximo 150 euros mensalmente.

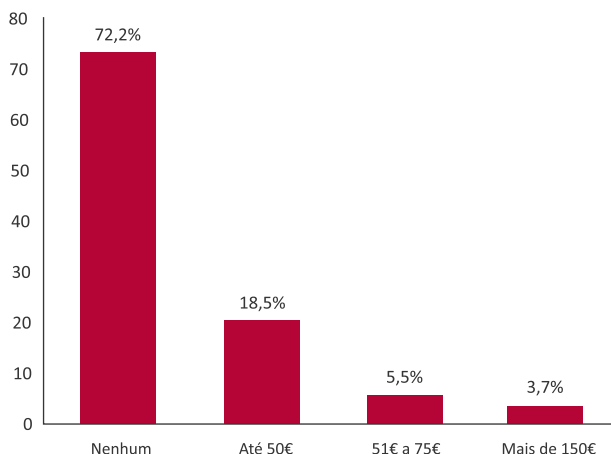


Figura 46. Gastos mensais com outros transportes dos funcionários

Os gastos dos funcionários com outros transportes são baixos, quando comparados com os gastos suportados com o meio de transporte próprio, 18,5% gastam até 50 euros por mês, a grande parte dos inquiridos (72,2%) nem sequer têm gastos com outros transportes.

A média dos gastos mensais com o transporte próprio e com outros transportes é:

- Se possuem meio de transporte próprio (98,2%), 240,3 euros por mês e 14,1 euros por mês, respetivamente (54 funcionários).
- Se não possuem transporte próprio (1,8%), só têm gastos com outros transportes no montante de 50,0 euros por mês (1 funcionário).

46

Das várias categorias de gastos anteriores foi construída a tabela 18 que contém um resumo das estatísticas.

Tabela 18. Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra (em euros)

	Alojamento	Alimentação	Outras despesas	Educação dos filhos ¹⁹	Bens pessoais	Despesas correntes	Material escolar	Saúde	Lazer	Transportes	Material informático
N	47	53	23	36	23	51	51	50	33	55	35
Média	430,42	338,1	220,0	287,2	220,0	145,5	145,5	73,9	60,4	246,4	38,4
Mediana	350,0	300,0	200,0	250,0	200,0	130,0	130,0	50,0	50,0		30,0
Desvio Padrão	259,0	167,1	186,2	164,1	186,2	67,0	67,0	55,7	40,3		28,9
Mínimo²⁰	80	80	5,00	50	5,0	50,0	50,0	15,0	5,00		10,0
Máximo	1.500	800	700,0	700	700,0	300,0	300,0	270,0	150,0		150,0
Percentil 25	290	200,0	100,0	160	100,0	95,0	95,0	30,0	30,0		20,0
Percentil 75	500,0	475,0	300,0	400,0	300,0	200,0	200,0	100,0	100,0		50,0

Fonte: Questionário *on-line* aos funcionários.

Esta tabela evidencia que os funcionários gastam a maior parte do seu rendimento em alojamento e alimentação, sendo a educação dos filhos a categoria seguinte mais representativa.

¹⁹ Nesta categoria só foram considerados os inquiridos que na pergunta "tem filhos?" responderam sim.

²⁰ Foi considerado como mínimo o menor valor diferente de zero.

Considerando uma única variável designada *Gastos_totais*, como a soma de todos os gastos mensais das diferentes rubricas, obtém-se o seguinte valor total médio mensal (Figura 47).

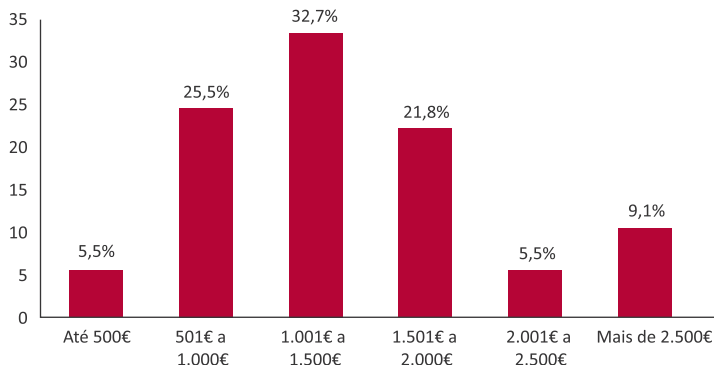


Figura 47. Gastos médios mensais totais do agregado familiar dos funcionários

Em termos médios mensais de gastos totais, dos 55 inquiridos que apresentaram valores nas diferentes rubricas, cada agregado familiar gasta em média por mês: se tiverem filhos (76,4%), 1.496,4 euros por mês (mediana 1.350,0 euros) e se não tiverem filhos (23,6%), 876,1 euros por mês (mediana 844,0 euros).

As três primeiras categorias concentram 47,9% dos gastos mensais dos agregados e, se consideramos a categoria habitação na forma apresentada pelo INE (alojamento + despesas correntes) este valor sobe para 53,2%.

Os gastos médios mensais foram estimados anualmente para os agregados familiares dos funcionários e comparadas com o “*Inquérito às despesas das famílias 2010/2011*”, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012), (tabela 19).

Tabela 19. Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos funcionários e das famílias portuguesas

Categoria dos gastos	Amostra (em euros)	Amostra (em %)	Portugal (em %)	Centro (em %)
Alojamento e despesas correntes ²¹	6.911,04	11,1%	29,2	29,4
Ensino ²²	5.566,8	8,9%	2,2	1,9
Alimentação	4.057,2	64,2%	13,3	13,2
Bebidas alcoólicas	--	--	1,9	1,5
Vestuário e calçado	--	--	3,7	3,7
Móveis, artigos decoração	--	--	4,2	4,3
Bens pessoais ²³	2.640	4,2%	6,3	6,7
Saúde	886,8	1,4%	5,8	6,1
Lazer ²⁴	724,8	1,2%	5,3	4,7
Transportes	2.956,8	4,7%	14,5	15,5
Comunicações	--	--	3,3	3,2
Outras despesas	2.640,0	4,2%	--	--
Hotéis, restaurantes, cafés e similares	--	--	10,4	9,8
Despesa média anual por agregado	26.383,4	100%	100% (20 391 €)	100% (19 183 €)
Despesa média mensal por agregado	2.198,6	--	1.699,3 €	1.598,6 €

Fonte: Questionário *on-line* aos funcionários e INE (2012).

²¹ Os valores per capita das categorias alojamento e despesas correntes foram, respetivamente, 146,0 e 40,8 euros. O valor indicado é a soma de ambas as categorias devido ao referido estudo apresentar estes dois valores reunidos numa só categoria “*Habitação; despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis*”.

²² Os valores apresentados são a soma das categorias educação dos filhos e material escolar (154,8 e 104,4 euros, respetivamente), dado que no estudo do INE só aparece a categoria ensino.

²³ Esta categoria é identificada no estudo como “*outros bens e serviços*” e os montantes que se apresentam são os que o INE identificou nessa categoria.

²⁴ Nesta categoria foi adicionada a despesa com informática, dado que no estudo do INE estão reunidas numa só categoria “*lazer, distração e cultura*”.

Através da tabela 19 pode-se comparar os gastos médios dos agregados familiares dos funcionários do IPL e os gastos médios da população portuguesa e da classificação NUTS II – Centro. As famílias dos funcionários gastam, em média, mais 37,5% do que as famílias da região NUT II Centro e menos 29,4% do que as famílias portuguesas.

Um outro elemento analisado foi o número de visitas que os funcionários recebem, o tempo de permanência dessas visitas e os respetivos gastos diários. Pode-se observar na figura 48 o número de visitas anuais recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de região para trabalhar no IPL. Considera-se que aqueles que não mudaram de região receberiam essas visitas independentemente de trabalharem ou não no IPL e, por isso, este valor não estaria relacionado diretamente com o IPL.

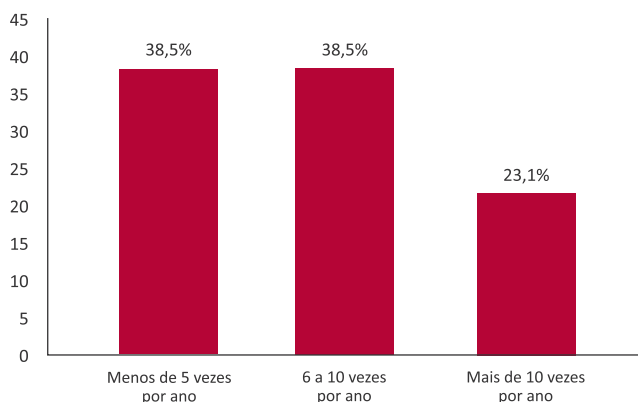


Figura 48. Número de visitas recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de residência

48

Na figura 49 surge a duração de cada visita, que em 46,2% dos casos demoram entre 24 e 48 horas, e 38,5% menos de 24 horas, o que não nos indica, com segurança, se as visitas pernoitam.

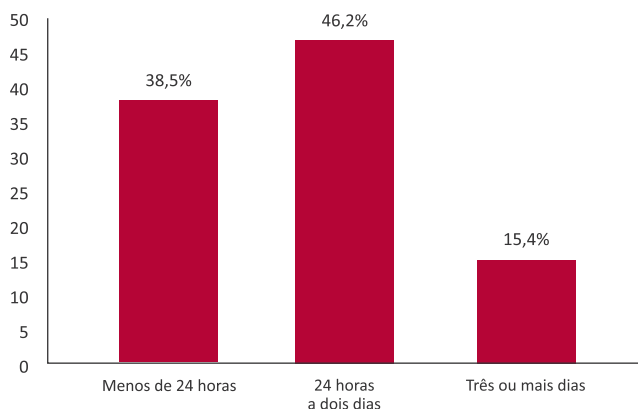


Figura 49. Duração média das visitas recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de residência

Outro aspeto relativo às visitas recebidas é saber qual o valor gasto durante a sua estadia. Este valor é descrito na figura 50.

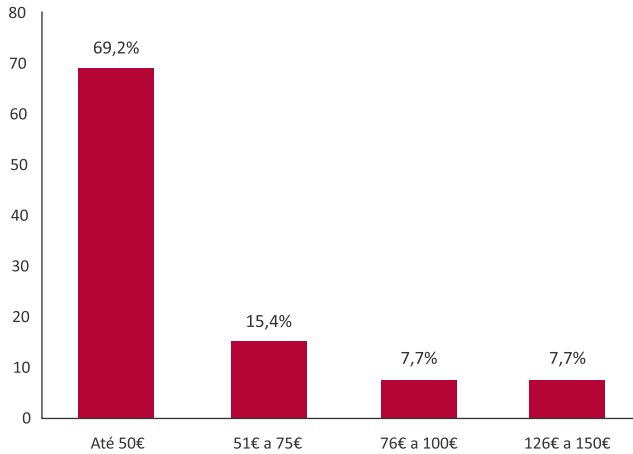


Figura 50. Gasto médio diário das visitas recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de residência

Dos gráficos anteriores sobre as visitas recebidas, pode-se considerar que os funcionários do IPL que mudaram de residência recebem em média 6,8 visitas por ano, cada visita permanece em média 34,1 horas, ou seja cerca de um dia e meio, e gasta diariamente 44,4 euros. Portanto, cada funcionário introduz anualmente na região, na forma dos gastos das suas visitas, 452,8 euros.

Também é necessário analisar os movimentos bancários nas regiões em análise, para isso, estudaram-se os depósitos salariais e as poupanças mensais.

Dos inquiridos, 89,1% recebem o seu salário através de uma transferência bancária do IPL, mas apenas 81,8% é que realizam uma poupança, numa conta bancária do concelho onde trabalham. A figura 51 traduz as poupanças dos funcionários.

49

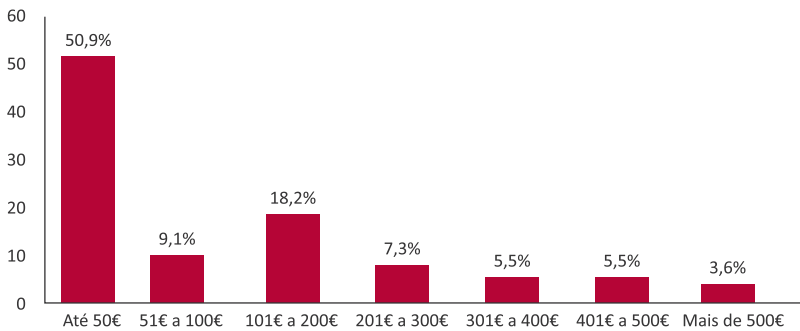


Figura 51. Poupança média mensal depositada pelos funcionários numa conta do concelho onde trabalham

O montante dessa poupança é, para a maioria dos inquiridos, até 50 euros (50,9%), sendo que 78,2% poupam no máximo 200 euros mensalmente. Na tabela seguinte percebe-se que existe uma associação entre os montantes poupados mensalmente e o rendimento mensal auferido.

Tabela 20. Associação entre a poupança média mensal e o rendimento médio mensal

Poupança média mensal	Rendimento médio mensal				Total
	Até 806 €	De 807 a 1612 €	De 1613 a 2418 €	Mais de 2419 €	
Menos de 50 €	10	24	5	3	42
Entre 51 e 100 €	1	7	9	6	23
Entre 101 e 200 €	0	5	5	1	11
Mais de 201 €	1	6	5	6	18
Total	12	42	24	16	94

Qui-quadrado=64,829 (p<0,05)

Fonte: Questionário *on-line* aos funcionários

Para além da análise ao depósito do salário e da poupança mensal, também a existência de empréstimo nas agências bancárias dos concelhos de ação do IPL é um fator importante para a região. Relativamente aos empréstimos concedidos, verifica-se que, dos inquiridos, 65,5% têm um empréstimo numa agência bancária do concelho onde trabalha.

Analisam-se de seguida as variáveis associadas à existência de empréstimos, o seu montante inicial e o destino dos mesmos. A figura 52 refere-se ao montante inicialmente obtido no empréstimo.

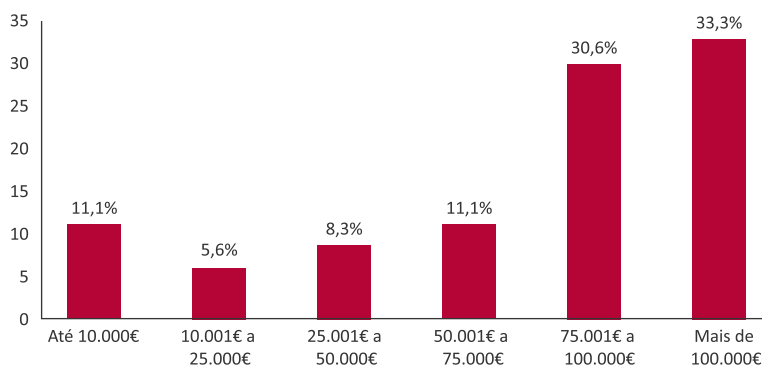


Figura 52. Montante inicial dos empréstimos obtidos pelos funcionários da amostra através de uma conta do concelho onde trabalham

Observa-se que a maioria dos funcionários obteve um empréstimo bancário superior a 75.000 euros.

Como se pode observar através da tabela 21, dos empréstimos concedidos pelas instituições bancárias a maioria (47,3%) investiu na aquisição de habitação própria.

A finalidade dos empréstimos obtidos poderia ser para investir na aquisição de habitação própria, na aquisição de habitação como investimento imobiliário (nomeadamente para arrendar), numa empresa e na compra de automóvel. Nesta análise, retiraram-se da amostra as respostas de montante zero, pois alterariam os resultados.

Tabela 21. Resumo dos valores dos empréstimos obtidos pelos funcionários (em euros)

	Casa própria	Casa arrendada	Automóvel
N (%)	26 (47,3%)	2 (3,6%)	19 (34,5%)
Média	96.896,4	295,0	25.421,0
Mediana	90.500	295	25.000,0
Mínimo	15,0	250	1.000,0
Máximo	250.000	340	100.000

Verifica-se que não existem referências a investimentos em empresas ou em “outros” porque nenhum funcionário investiu numa empresa da região. Na construção desta tabela não se consideraram as respostas que apresentavam montante zero na respetiva categoria, por se considerar que significa que não foi feito empréstimo, distorcendo os valores efetivos.

5.4 SÍNTESE DA ANÁLISE AOS FUNCIONÁRIOS

Os funcionários são maioritariamente do sexo feminino (70%), têm uma idade média de 40,9 anos e trabalham em média há 12,1 anos para o IPL. Em termos de habilitação académica, a maioria (67,3%) possuem pelo menos a licenciatura, havendo 23,6% como secundário completo.

O agregado familiar é em 65,4% dos casos composto por 3 a 4 pessoas e no máximo há famílias de 5 pessoas. Grande parte dos inquiridos tem filhos (76,4%), e na maioria dos casos (92,9%) com 1 ou 2 filhos.

O agregado familiar dos funcionários auferem um rendimento líquido médio mensal de 2.268,9 euros e tem um gasto total médio mensal de 1.349,8 euros (com os transportes este valor sobe para 1.596,2 euros).

As despesas principais do agregado familiar dos funcionários são com a alimentação, alojamento, transportes e outras despesas, por ordem decrescente de importância. As três primeiras categorias concentram 56,0% dos gastos mensais dos agregados e, se consideramos a categoria habitação de acordo com o estudo do INE (alojamento e despesas correntes), este valor sobe para 62,1% (sendo muito superior ao valor do estudo que é de 42,5%).

Salienta-se que os funcionários do IPL não têm a despesa com a habitação como a “principal afetação das despesas familiares”. A principal despesa do orçamento médio mensal do agregado familiar é a alimentação.

Os funcionários que mudaram de residência contribuem anualmente, sob a forma dos gastos das visitas que recebem, com 452,8€ para a região, mas apenas 23,6% o fizeram.

Em termos de movimentações bancárias, maioritariamente (65,5%) contraem empréstimos em agências bancárias do concelho onde trabalham. O destino principal desses empréstimos é, em 47,3% dos casos, para habitação própria permanente, com valor médio de 96.896,4€, ou para aquisição de automóvel (34,5%), no montante médio de 25.421,0€. Em ambos os casos, este investimento foi feito no concelho onde trabalham.

Em termos de poupança, os funcionários economizam em média 128,8 euros por mês.

5.5 ASPETOS DIFERENCIAIS ENTRE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS

Nesta secção faz-se a comparação entre docentes e funcionários. Para simplificar a comparação foram selecionadas exclusivamente as diferenças observadas, quer em termos de características demográficas quer em termos de gastos. Na tabela 22 apresentam-se as principais diferenças encontradas.

Tabela 22. Comparação entre docentes e funcionários

	Docentes	Funcionários
Sexo feminino	46,9%	70%
Idade média	36,6 anos	40,9 anos
Número de anos a trabalhar para o IPL	9,9 anos	12,1 anos
Têm filhos	52,8%	76,4%
Idade média do filho mais novo	7,2 anos	12,3 anos
Gasto médio mensal do agregado familiar	1.831 euros	1.596,2 euros
Rendimento ilíquido médio mensal do agregado familiar	3.668,7 euros	2.268,9 euros
Poupança média mensal	348 euros	128,8 euros
Reside em habitação própria?	72,2%	83,6%
Investimento na aquisição da habitação própria	109.250,8 euros	96.896,4 euros
Investimento na aquisição de automóvel	32.794 euros	22.539,3 euros

Fonte: Questionários aos funcionários e aos docentes.

Na tabela 22 verifica-se que, comparativamente aos docentes, há mais funcionários com filhos. Esta diferença pode ser justificada pela maior idade dos funcionários (que apresentam uma média etária de 40,9 anos comparativamente aos 36,6 anos dos docentes), pois provavelmente já constituíram família há mais tempo e também já tiveram todos os filhos desejados (dado que a idade do mais novo é 12,1 anos), enquanto os docentes ainda poderão ter mais filhos. Esta suposição é também suportada pelo facto de ainda só 52,8% dos docentes terem filhos contra 76,4% dos funcionários e também porque a idade do filho mais novo dos docentes é mais baixa (9,9 anos).

Outra diferença salientada é que 81,1% dos agregados familiares dos funcionários recebem no máximo 3.880 euros ilíquidos mensais, mas é de realçar que 60,0% só atingem os 1.940 euros. Estes valores são muito diferentes dos docentes onde só 7,0% é que auferem no máximo 1.940 euros ilíquidos mensais.

É clara a diferença de poupança entre docentes e funcionários, devendo a principal causa ser a diferença salarial, enquanto os funcionários poupam em média 128,8 euros por mês, nos docentes essa poupança chega aos 348,0 euros mensais.

Em comparação com os docentes há uma menor percentagem de funcionários a residir em habitação própria (83,6% e 72,2% respetivamente).

Em termos de investimentos, os docentes investiram montantes 22,2% superiores aos dos funcionários na aquisição de habitação própria e 19,4% superiores na aquisição de automóvel.

6. ALUNOS IPL

6.1 COMPARAÇÃO DA AMOSTRA COM A POPULAÇÃO

As tabelas seguintes permitem aferir a representatividade da amostra relativamente à população, no que respeita ao sexo, idade, escola e área de estudo.

Tabela 23. Comparação entre a população e a amostra de alunos por sexo

Sexo	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Masculino	6.285	51,9	193	55,6
Feminino	5.817	48,1	154	44,4
Total	12.102	100%	347	100%

Qui-quadrado=1,836 (p>0,05)

Fonte: Serviços Académicos do IPL e questionário aos alunos

Tabela 24. Comparação entre a população e a amostra de alunos por escalão de idades

Idade	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Até 20 anos	3.706	30,6	97	27,9
21-22 anos	2.612	21,6	84	24,2
23-24 anos	1.428	11,8	40	11,5
25-26 anos	902	7,4	24	6,9
27-30 anos	1.134	9,3	39	11,2
Mais de 30 anos	2.320	19,2	63	18,1
Total	12.102	100%	347	100%

Qui-quadrado=3,443 (p>0,05)

Fonte: Serviços Académicos do IPL e questionário aos alunos

Tabela 25. Comparação da população e da amostra dos alunos por unidade orgânica que frequentam

Unidade Orgânica	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
ESAD	1.319	10,9	23	6,6
ESECS	1.878	15,5	36	10,4
ESTG	4.010	33,1	88	25,4
ESTM	1.151	9,5	32	9,2
ESS	913	7,5	37	10,7
FOR.CET (+M23)	1.723	14,2	63	18,2
INDEA	1.108	9,7	68	19,6
Total	12.102	100%	347	100%

Qui-quadrado=3,443 (p>0,05)

Fonte: Serviços Académicos do IPL e questionário aos alunos

Tabela 26. Comparação entre a população e a amostra dos alunos nível do curso que frequentam

Nível do curso	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
1 - Curso de Especialização Tecnológica ²⁵	1.723	14,2	63	18,2
2 - Licenciatura	9.272	76,6	216	62,2
3 - Mestrado	872	7,2	65	18,7
4 - Pós-graduação/ Especialização	235	1,9	3	0,9
Total	12.102	100%	347	100%

Qui-quadrado= 74,339 (p<0,05)

Fonte: Serviços Académicos do IPL e questionário aos alunos

Tabela 27. Comparação entre a população e a amostra dos alunos por área de estudos

Área de estudos	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
1 - Serviços, Ciências Sociais e Humanísticas	4.711	38,9	119	34,4
2 - Ciências, Engenharias e Tecnologias	4.517	37,3	136	39,3
3 - Saúde	982	12,5	36	10,4
4 - Economia e Gestão	1.517	8,1	55	15,9
5 - Outros ²⁶	375	3,1	0	0
Total	12.102	100%	346	100

Qui-quadrado= 18,024 (p<0,05)

Fonte: Serviços Académicos do IPL e questionário aos alunos

Os testes de Qui-quadrado realizados revelam que a amostra e a população não são totalmente independentes, nomeadamente nas variáveis “nível do curso” e “área de estudos”. No entanto, tal não afeta a representatividade da amostra.

6.2 CARACTERIZAÇÃO PESSOAL

Os alunos que responderam ao inquérito apresentam uma média de idades de 24,9 anos e mediana de 22,0 anos. No entanto, caso se considerem só os alunos ordinários a média baixa para 21,9 anos (mediana 21,0 anos) e caso se considerem só os trabalhadores-estudantes o valor sobe para 29,1 anos (mediana 28,0 anos). A amplitude de idades é muito alargada, tendo o aluno mais novo 18 anos enquanto o mais velho tem 56 anos.

Dada a distribuição inicial de idades, que no 3º quartil corresponde a 22 anos, colocaram-se as idades em classes (“Até 20 anos”, “21 e 22 anos”, “23 e 24 anos”, “25 e 26 anos”, “27 a 30 anos”, e “mais de 30 anos”). A nova distribuição está na figura 53. Verifica-se que 64,6% têm no máximo 25 anos.

²⁵ Nesta categoria estão incluídos os alunos que frequentam o Curso Preparatório para maiores de 23 anos

²⁶ Nesta categoria estão os alunos do Curso Preparatório para maiores de 23 anos e do IPL 60+

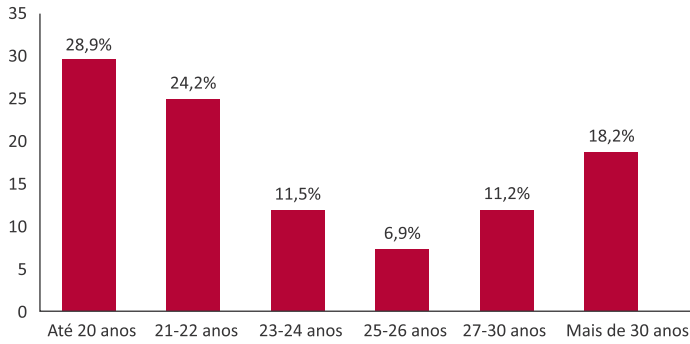


Figura 53. Distribuição de idades dos alunos inquiridos em classes

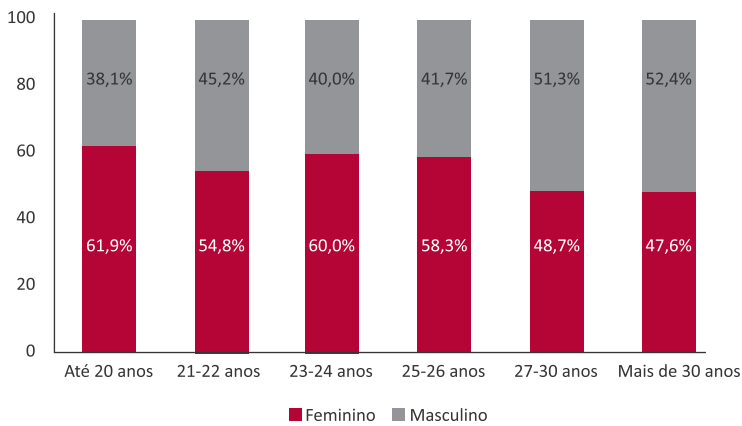


Figura 54. Distribuição dos alunos inquiridos por classe de idades e por sexo

A figura 54 mostra que os alunos mais novos são maioritariamente mulheres e que nos alunos mais velhos há um equilíbrio entre ambos os sexos, com uma tendência maior sobre o sexo masculino.

O número de anos que estes alunos estão matriculados no IPL está representado na tabela seguinte. Este valor foi obtido através da criação de uma nova variável *Anos_IPL*, que foi obtida subtraindo a 2012 (ano da realização do inquérito) o ano da 1ª matrícula.

Tabela 28. Total de anos que os alunos da amostra frequentam o IPL

Nº de Anos	Amostra	
	Frequência	%
Menos de 1 ano ²⁷	1	0,3
1 ano	172	49,6
2 anos	86	24,8
3 anos	48	13,8
4 anos	20	5,8
5 anos	12	3,5
6 anos	2	0,6
7 ou mais	6	0,18
Total	347	100

²⁷ Caso de alunos que entrem em cursos que iniciam no 2º semestre, como os de enfermagem e alguns mestrados.

Os alunos da amostra frequentam o IPL em média há 1,9 anos, mas é de realçar que no mínimo frequentam o IPL há menos de 1 ano e no máximo há 12 anos.

A figura 55 representa a distribuição dos alunos pelo total de anos em que estão matriculados no IPL.

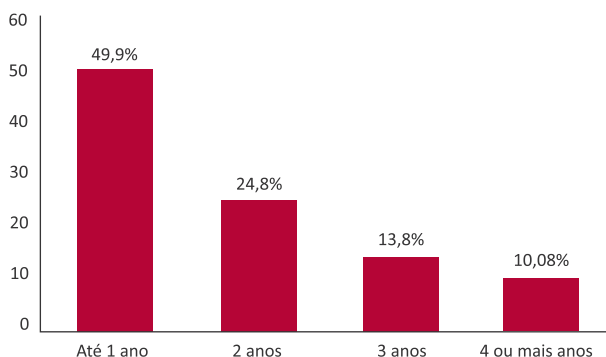


Figura 55. Distribuição dos alunos da amostra pelo número total de anos de matrícula

Observa-se que 74,7% dos alunos da amostra estão há 1 ou 2 anos a estudar no IPL, e que 88,5% dos alunos estão no máximo há 3 anos.

Na figura 56 surge a distribuição dos alunos por ano oficial de matrícula.

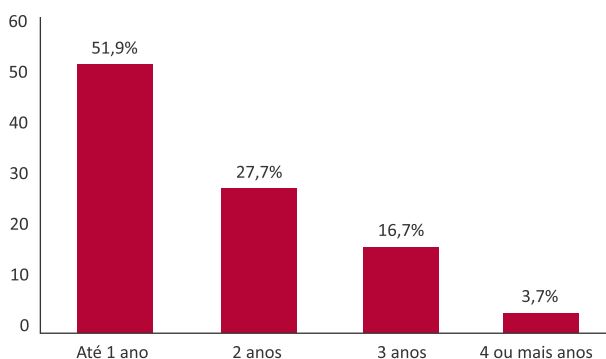


Figura 56. Distribuição dos alunos da amostra pelo ano em que estão matriculados

A figura 56 mostra que a maioria dos inquiridos frequenta oficialmente o 1º ano (51,9%), os restantes alunos estão matriculados no 2º ano (27,7%) ou no 3º ano (16,7%). Ressalva-se que os alunos matriculados no 1º ano poderiam não ser só de 1ª matrícula como também repetentes. Esta grande concentração deve-se ao facto de estarem incluídos alunos de Cursos de Especialização Tecnológica (CET), cuja duração é de 18 meses, os mestrados, de 2 anos.

A tabela 29 apresenta a associação entre o número de anos que os alunos frequentam o IPL e a área de estudos escolhida, para determinar se em alguma das áreas de estudos os alunos demoram mais tempo a concluir o plano de estudos, ou se é homogénea a distribuição pelas diferentes áreas.

Tabela 29. Associação entre as áreas estudo e o total de anos a frequentar o IPL dos alunos da amostra

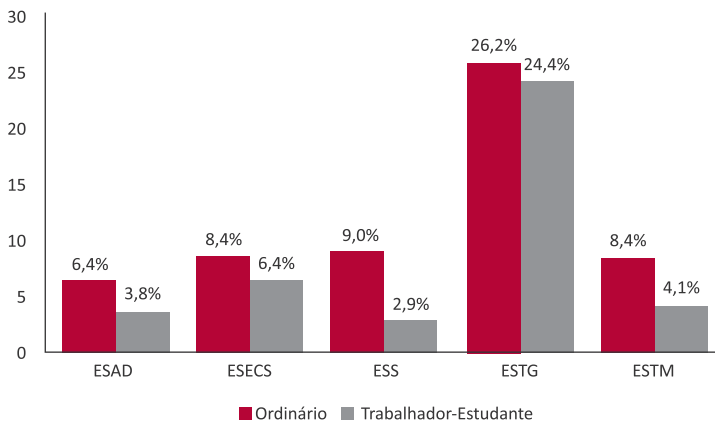
Total de anos que frequenta o IPL	Área de estudos				Total
	Serviços, Ciências Sociais e Humanísticas	Ciências, Engenharias e Tecnologias	Saúde	Economia e Gestão	
1 ano	58	71	19	24	172
2 anos	25	33	9	19	86
3 anos	17	17	8	6	48
4 anos	8	5	4	3	20
5 anos	1	5	2	4	12
6 anos	0	2	0	0	2
7 ou mais anos	2	2	1	1	6
Total	111	135	43	57	346

Qui-quadrado=17,932 (p>0,05)

A tabela 29 mostra que o número de anos que os alunos frequentam o IPL e a área de estudos são independentes.

Aos alunos inquiridos foi pedido que identificassem a sua condição perante a instituição. Determinou-se da amostra que 57,9% são alunos ordinários e 41,2% são alunos trabalhadores-estudantes, dos quais apenas 25,1% têm o estatuto de trabalhador-estudante. Foi analisado se existiria alguma diferença nas escolas relativamente ao tipo de aluno, ou seja, se alguma escola poderia atrair mais alunos trabalhadores-estudantes do que outra. A figura 57 apresenta esta análise.

57



Qui-quadrado=9,975 (p<0,05)

Figura 57. Distribuição dos alunos da amostra por escola e por tipo de aluno

Analisando a relação entre o tipo de aluno e a escola que frequentam, verifica-se que as variáveis não são independentes. Como se observa na figura 57 há uma maior percentagem de alunos trabalhadores-estudantes na ESTG comparativamente às outras escolas.

Quando se testa a distribuição dos alunos por escola e por idades, verifica-se que as variáveis não são independentes ($X^2=125,603$ e $p<0,05$), o que se justifica porque os alunos trabalhadores-estudantes têm uma idade média superior aos alunos ordinários.

Verificou-se também que a idade dos alunos inquiridos e o tipo de aluno não são independentes ($X^2=144,747$ e $p<0,05$). Como era previsto os alunos trabalhadores-estudantes têm idades mais elevadas que os alunos ordinários. A média de idades dos alunos por escola é de 23,3 anos na ESAD e na ESTM, 24,3 anos na ESS, 25,5 anos na ESECS e 25,6 anos na ESTG.

Dos alunos inquiridos 97,4% são de nacionalidade portuguesa e só 2,6% referirem como sendo de outra nacionalidade.

O estado civil dos alunos distribui-se da seguinte forma: quase 82,7% são solteiros, 11,6% são casados e todas as outras situações (separado, divorciado, união de facto e viúvo) correspondem a 5,8% dos casos. Relativamente aos filhos, verifica-se que 14,1% dos alunos têm filhos.

É também possível caracterizar os alunos inquiridos em termos regionais. Observa-se que eles são maioritariamente originários da região Centro de Portugal, nomeadamente do distrito de Leiria e dos distritos que o rodeiam, Santarém, Coimbra e Lisboa. Na figura 66, podemos observar a distribuição, pelos concelhos onde o IPL está presente, 23,1% são do concelho de Leiria, 4,3% de Peniche e 5,2% das Caldas da Rainha. Relativamente aos distritos dos alunos que responderam ao questionário, 31,1% são do distrito de Leiria, excluindo os concelhos onde o IPL está sediado, seguindo-se o distrito de Santarém (11,2%) e o de Lisboa (8,6%).

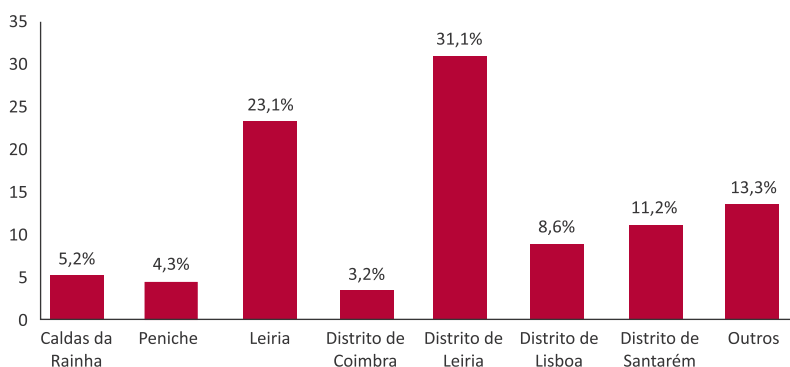


Figura 58. Distribuição dos alunos da amostra por distrito de residência, antes de entrar no IPL

Os gráficos seguintes representam a atração do IPL, através da identificação da distância da residência habitual dos alunos (antes de frequentar o IPL) até à escola onde estudam, escolas de Leiria (gráfico 59), a escola de Caldas da Rainha (gráfico 60) e a de Peniche (gráfico 61).

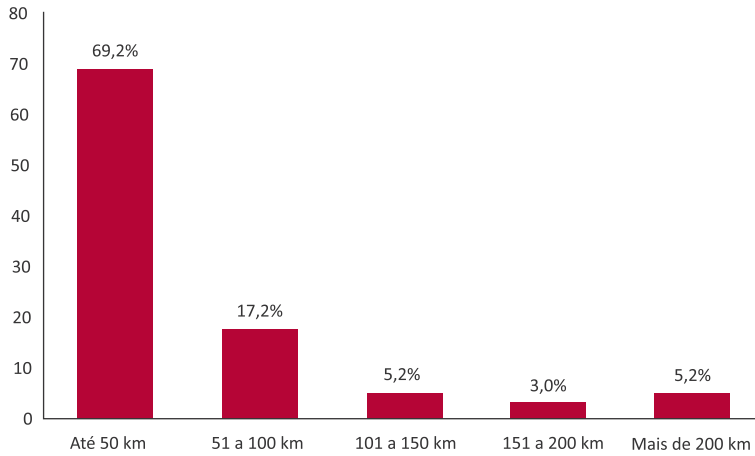


Figura 59. Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e as escolas de Leiria (ESECS, ESSLei e ESTG)

A figura 59 mostra que, no caso das três escolas de Leiria, 86,6% dos alunos da amostra provêm de um raio máximo de 100 km, demonstrando estas escolas exercem uma grande influência numa área mais próxima.

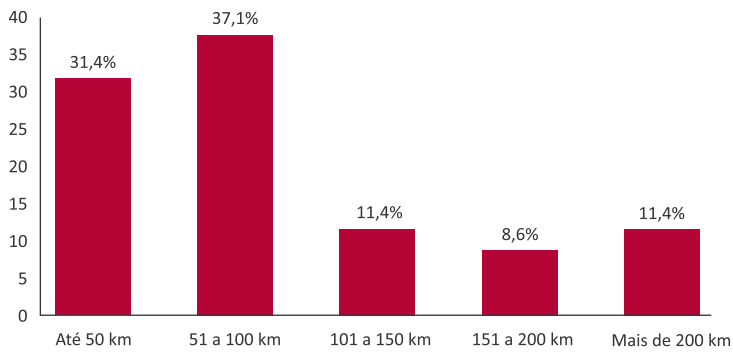


Figura 60. Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e a escola de Caldas da Rainha (ESAD)

Na figura 60 é visível que a maioria dos alunos inquiridos (68,5%) têm a sua residência habitual num raio máximo de 100 km, sendo que 11,4% residem a mais de 200 km de distância da escola onde estuda.

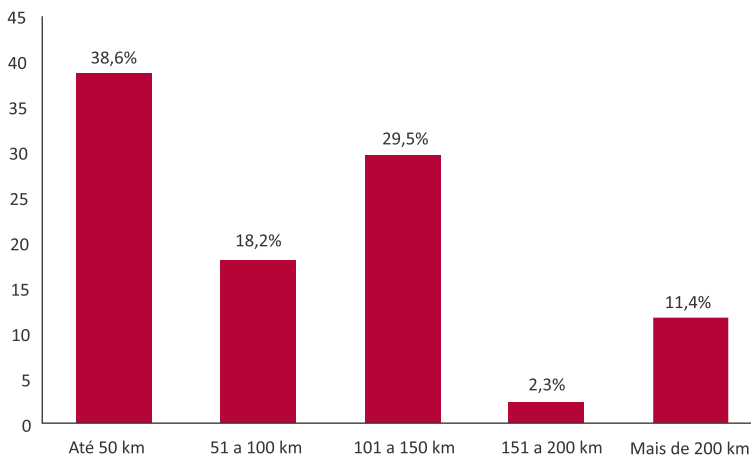


Figura 61. Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e a escola de Peniche (ESTM)

Na figura 61 verifica-se que a maioria dos alunos inquiridos na ESTM (56,8%) têm a sua residência habitual a um raio de 100 km de distância, verificando-se que 11,4% dos alunos estão a mais de 200 km de distância da sua residência.

Com esta informação pode-se analisar que as escolas de Caldas da Rainha e Peniche têm um grau de atratividade maior que as escolas de Leiria. Em média, os alunos da escola das Caldas da Rainha são provenientes de um raio de 91 km, em Peniche residem, em média, a um raio de 90 km de distância, enquanto que os alunos que estudam nas escolas em Leiria residem, em média, a 53,8 km.

A partir da informação acima, disposta de acordo com a tabela 30, é possível caracterizar a área de influência do IPL.

Tabela 30. Área de influência do IPL

	Menos de 50 km	De 50 a 200 km	Mais de 200 km
Leiria	69,4%	25,4%	5,2%
Caldas da Rainha	31,4%	57,1%	11,4%
Peniche	38,6%	50,0%	11,4%
Influência do IPL	46,5%	44,2%	28,0%

A tabela 30 mostra que a influência do IPL tem o seu alcance principal num raio que varia até aos 200 km.

Estes valores são mais significativos quando se considera que a cerca de 50km se encontra o Instituto Politécnico de Tomar, a cerca de 75 km se encontra a Universidade de Coimbra, a cerca de 80 km o Instituto Politécnico de Santarém e a cerca de 150 km se encontram as várias universidades em Lisboa e a de Aveiro.

Na figura 62 estão representadas as frequências dos alunos que mudaram de residência para frequentarem o atual curso.

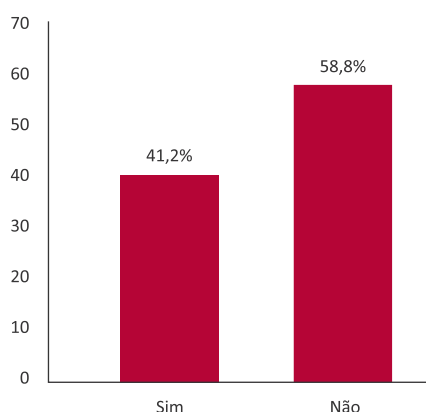


Figura 62. Número de alunos da amostra que mudou de residência para frequentar o atual curso

Há 41,2% dos alunos que mudaram de residência para frequentar o atual curso em que se encontram matriculados. Esta situação é corroborada pela figura 63 que evidencia os principais motivos apresentados pelos alunos que mudaram de concelho de residência.

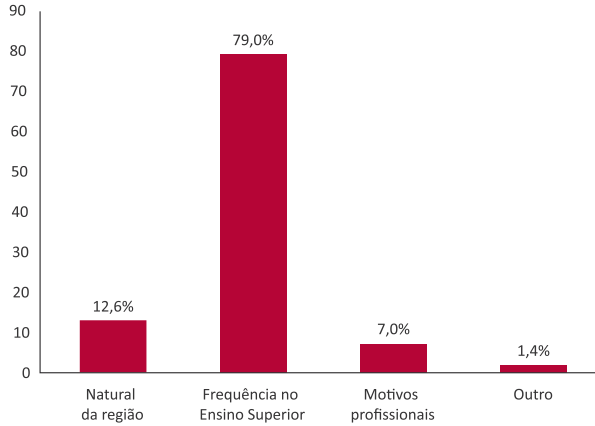


Figura 63. Identificação dos principais motivos pelos quais os alunos mudaram de concelho de residência

Na figura 63 observa-se que 79,0% dos inquiridos mudaram de concelho de residência para frequentar o ensino superior. Há uma clara associação entre mudar de residência e frequentar o ensino superior, ou seja, os alunos que mudaram de residência fizeram-no para frequentar o IPL. Esta associação é confirmada pelo teste às duas variáveis – “mudou de residência” e “qual o principal motivo pelo qual reside na região” – que determina que elas não são independentes ($X^2=213,89$ e $p<0,05$).

Acresce ainda o facto de 83,3% dos inquiridos (289 alunos) terem escolhido o atual curso como 1ª opção. Relativamente aos alunos que mudaram de residência foram 108 (75,5%) os que escolheram este curso como 1ª opção. É de realçar que a maioria dos alunos inquiridos, em todas as áreas de estudo, escolheu o atual curso como 1ª opção.

6.3 PERCURSO ESCOLAR E SITUAÇÃO ESCOLAR ATUAL

Neste ponto pretende-se analisar qual foi o percurso escolar dos alunos, nomeadamente qual foi a via de acesso e qual a sua situação atual.

Para analisar a via de acesso dos alunos, foram tidos em conta os alunos inquiridos que frequentam uma licenciatura, excluindo assim os CET, pós-graduações e mestrado. Como está apresentado na figura 64, na maioria dos casos (61,1%) os alunos ingressam pelo Contingente geral, através do concurso nacional de acesso.

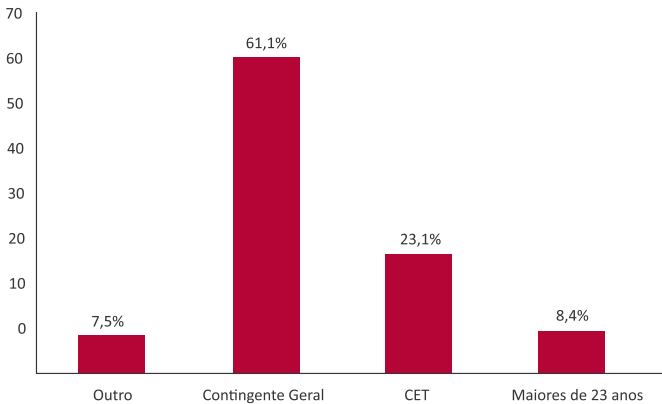


Figura 64. Via de acesso ao ensino superior dos alunos da amostra que frequentam a licenciatura

Na tabela 31 é estudada a associação entre a idade dos inquiridos e ter ou não experiência/formação profissional.

Tabela 31. Associação entre a existência de experiência/formação anterior e a idade dos alunos da amostra

Existência de formação/experiência anterior?	Idade em classes						Total
	Até 20 anos	21 ou 22 anos	23 ou 24 anos	25 ou 26 anos	27 a 30 anos	Mais de 30 anos	
Sim	42	29	19	18	30	60	198
Não	55	55	21	6	9	3	149
Total	97	84	40	24	39	63	347

Qui-quadrado=85,846 ($p<0,05$)

Quando se faz esta análise em relação à idade dos alunos, verifica-se que as duas variáveis – ter formação/experiência anterior e a idade em classes – não são independentes. O que se justifica pelo facto dos alunos mais velhos e possivelmente com estatuto trabalhador-estudante já exercerem uma atividade profissional. Dos inquiridos cerca de 57,1% frequentaram ações de formação ou exerceu uma atividade profissional antes de ingressar no ensino superior.

Dos alunos inquiridos, 57,9% consideram-se exclusivamente estudantes (alunos ordinários) e 41,2% trabalhadores-estudantes, destes, 16,1% não têm o estatuto.

A figura 65 ilustra a distribuição destes alunos pela respetiva situação profissional.

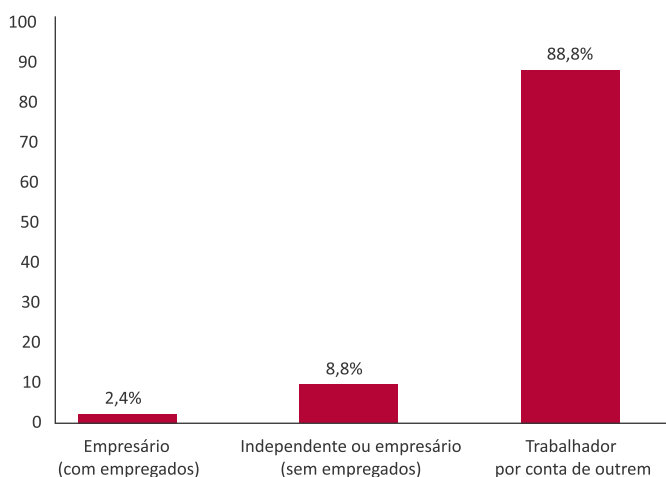


Figura 65. Situação profissional dos alunos que têm uma ocupação profissional

Dos inquiridos que consideram que possuem uma situação profissional, 88,8% trabalham por conta de outrem, enquanto os restantes 11,2% trabalham por conta própria. Na situação profissional houve alguns inquiridos que assinalaram a opção “outra”, optou-se por retirar desta análise, sendo que quem assinalou essa opção são trabalhadores em situação de desemprego.

Verifica-se que não há independência entre o tipo de aluno e a existência de uma situação profissional ($X^2=279,967$ e $p<0,05$). Porém, já seria de esperar esta associação porque só os indivíduos que comprovem a sua situação profissional, nomeadamente através da inscrição na Segurança Social, se enquadram no estatuto de trabalhador-estudante.

Os alunos que exercem uma atividade profissional são na sua maioria os que já tiveram experiência ou formação profissional anterior ao ensino superior ($X^2=68,715$ e $p<0,05$).

A figura 66 apresenta o número de horas semanal que os alunos trabalhadores-estudantes dedicam à sua atividade profissional.

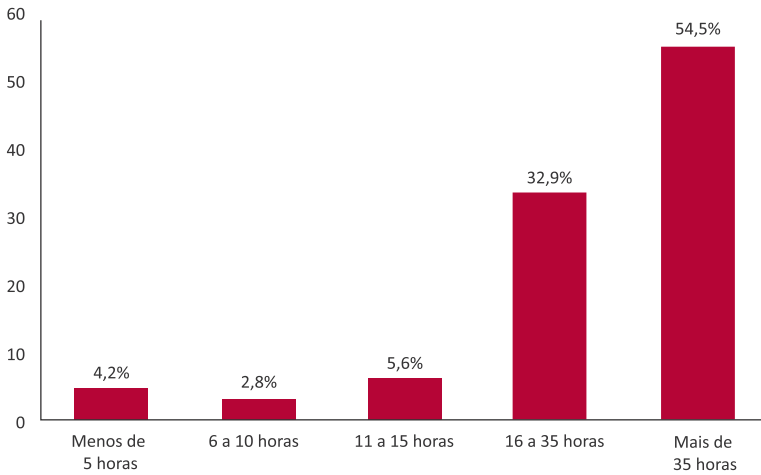


Figura 66. Número de horas de trabalho semanal dos alunos trabalhadores-estudantes

Verifica-se que os alunos trabalhadores-estudantes trabalham, maioritariamente, mais de 35 horas semanalmente. De facto, 54,5% afirmam que trabalha mais de 34 horas semanais e 32,9% mais de 16 horas semanais. Estes alunos (trabalhadores-estudantes) classificaram a relação entre a situação profissional e a adequação do curso, como é descrito na figura 67.

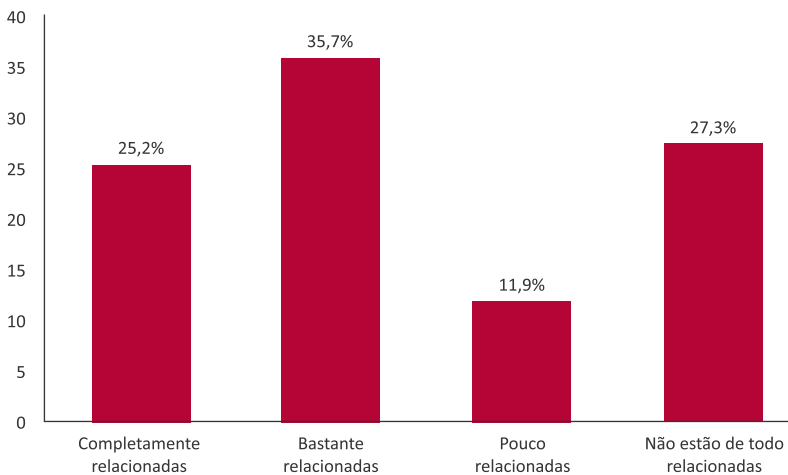


Figura 67. Relação entre a profissão e o atual curso

Da análise desta figura é claro que a maioria dos alunos que trabalham (60,9%) têm profissões com um elevado grau de relação com os cursos que frequentam, havendo ainda 27,3% dos trabalhadores-estudantes com profissões que não estão, de todo, relacionadas com o curso.

Relativamente ao número de horas frequentadas semanalmente, verifica-se que esse valor não é independente do facto de o aluno ser ordinário ou trabalhador-estudante. Como se pode ver na figura 68, estes últimos frequentam menos aulas do que os alunos ordinários.

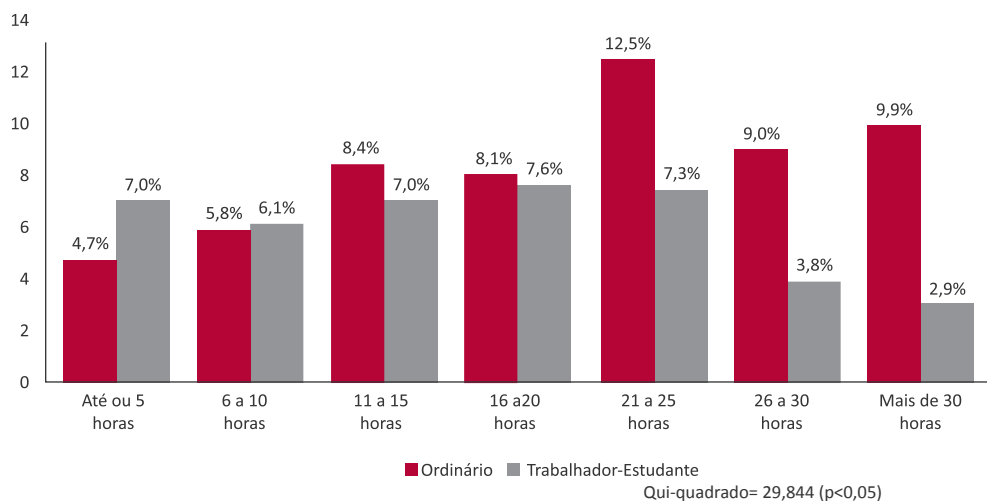


Figura 68. Comparação entre o número de horas de contacto frequentadas semanalmente pelos alunos ordinários e pelos trabalhadores-estudantes

Da análise da figura 68 podemos verificar que os alunos trabalhadores-estudantes frequentam menos horas de contacto semanalmente. No entanto, como a maioria destes alunos trabalha mais de 34 horas semanais e por conta de outrem, é razoável que não possam assistir a muitas horas de aulas. Nas duas primeiras categorias é visível que há mais trabalhadores-estudantes a frequentar aulas até 10 horas, por semana, do que os alunos ordinários, isto deve-se muito provavelmente por estes trabalhadores-estudantes estarem a frequentar os seus cursos a tempo parcial.

Analisou-se também o número de horas que semanalmente os alunos dedicavam ao estudo, fora da sala de aula. A figura 69 apresenta a distribuição do número de horas de estudo semanal por tipo de aluno.

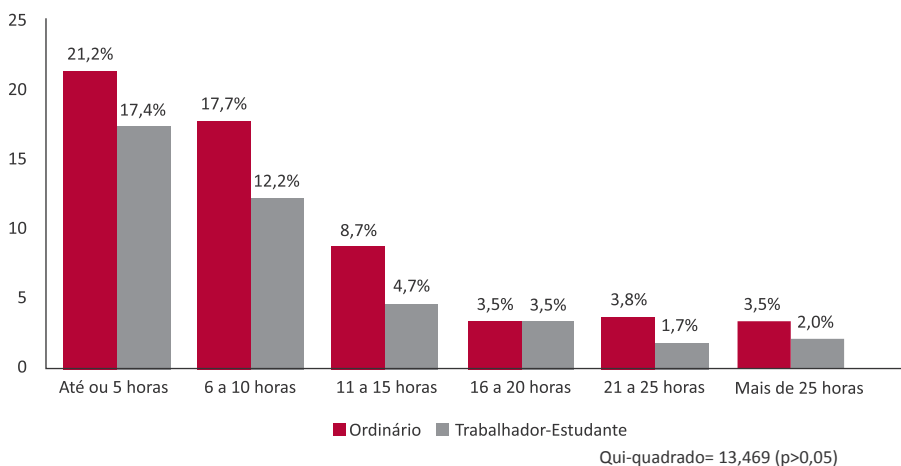


Figura 69. Comparação entre o número de horas de estudo semanal dos alunos ordinários e dos trabalhadores-estudantes

68,5% dos alunos estudam menos de 11 horas por semana. É também bastante visível, e expectável, que os alunos ordinários estudam mais horas semanalmente, do que os estudantes que também trabalham. Verificou-se que esta variável é independente do tipo de aluno.

6.4. CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

Segundo o trabalho da DGES (Martins, Mauritti e Costa, 2005: 33) a caracterização das origens sociais dos estudantes é um fator importante na determinação das condições de vida e dos recursos económicos dos mesmos, e *“um dos indicadores mais produtivos na análise dos contextos socioeconómicos dos estudantes relaciona-se, precisamente, com a condição perante o trabalho dos seus progenitores.”*

Neste contexto foi caracterizada a situação dos progenitores. Os gráficos 70 e 71 apresentam a distribuição de mães e pais dos alunos inquiridos nas respetivas situações profissionais.

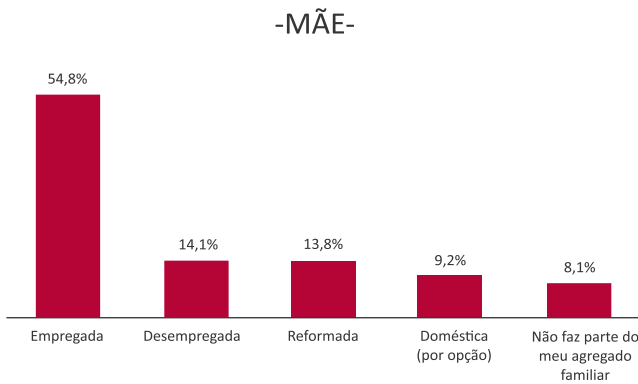


Figura 70. Situação profissional da mãe dos alunos inquiridos

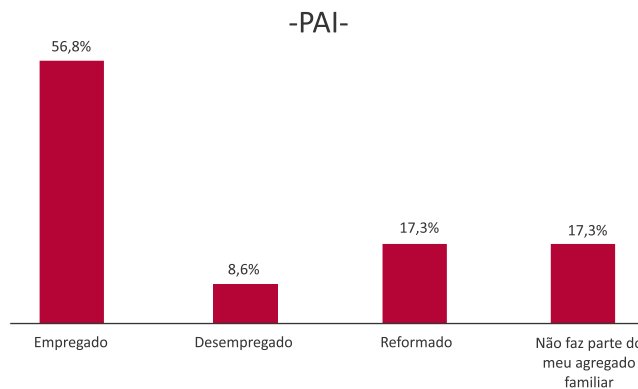


Figura 71. Situação profissional do pai dos alunos inquiridos

Dos gráficos 70 e 71 observa-se que na maioria das famílias dos estudantes pelo menos um dos progenitores está empregado, especificamente, 54,8% das mães e 56,8% dos pais. Porém, só cerca de 36,6% dos alunos é que têm ambos os progenitores a trabalhar, o que significa que em 63,4% das famílias dos estudantes inquiridos apenas um dos progenitores trabalha.

O desemprego é mais significativo na situação da mãe do que do pai (14,1% e 8,6%, respetivamente), 9,2% dos inquiridos identificaram a categoria profissional da mãe como doméstica, por opção e sem qualquer remuneração. Como existem mais pais empregados é natural que se verifique uma maior percentagem de reformados nos pais do que nas mães (aliado ao facto de que, como não é uma categoria profissional formalmente considerada, uma doméstica nunca chega à classe de reformada).

Outro facto analisado é que muitos alunos não partilham o seu agregado familiar com os pais, isto porque ou formaram o seu próprio agregado familiar, ou por serem órfão de um dos membros. Esta situação dá-se em maior número com os pais, com 17,3% e do que as mães com 8,1%.

Em seguida faz-se uma comparação entre a categoria profissional dos progenitores dos estudantes, que fazem parte do seu agregado familiar, e a população portuguesa empregada. Testou-se se a amostra obtida era ou não significativamente diferente da população portuguesa empregada no 2º semestre de 2011. A tabela 32 reporta-se às mães dos alunos enquanto a tabela 33 se reporta aos pais dos alunos.

Tabela 32. Comparação entre a situação profissional da mãe dos alunos e da população feminina portuguesa empregada

Profissões	Amostra		População portuguesa	
	Frequência	%	Frequência (em milhares)	%
Membro das Forças Armadas	-	-	3,2	0,2
Quadros sup e diríg Adm Pub e empresas	10	5,1	38,4	2,0
Espec profissões Intelectuais e Científicas	12	6,2	359,6	19,1
Téc e profissionais de nível intermédio	14	7,2	160,9	8,6
Pessoal administrativo e similares	32	16,4	252,6	13,4
Pessoal dos serviços e vendedores	37	19,0	420,1	22,4
Agricultores e trab qualif agricultura e pesca	3	1,5	18,5	1,0
Operários, artífices e trab similares	19	9,7	109,1	5,8
Operadores de inst e máq e trab de montagem	8	4,1	115,8	6,2
Trabalhadores não qualificados	48	24,6	400,0	21,3
Doméstica	12	6,2	1.878,4	100,0
Total	195	100,0	3,2	0,2

Qui-quadrado= 202,993 (p<0,05)

Fonte: Questionário aos alunos e INE (2012).

O resultado do teste Qui-quadrado mostra que existem diferenças entre as distribuições das variáveis (tabela 32). A categoria profissional das mães mais representada é a dos “Trabalhadores não qualificados” com 24,6. A categoria “Membros das Forças Armadas” não está representada.

A tabela 33 apresenta o número de pais que pertence a cada uma das categorias profissionais consideradas e também a população portuguesa masculina empregada no 2º semestre de 2011.

Tabela 33. Comparação entre a situação profissional dos pais dos alunos e da população masculina portuguesa empregada

Profissões	Amostra		População portuguesa	
	Frequência	%	Frequência (em milhares)	%
Membro das Forças Armadas	6	3,6	28,5	1,5
Quadros sup e dirig Adm Pub e empresas	11	6,5	77,0	4,0
Espec profissões Intelectuais e Científicas	7	4,2	239,8	12,4
Téc e profissionais de nível intermédio	29	17,3	223,0	11,5
Pessoal administrativo e similares	17	10,1	138,7	7,2
Pessoal dos serviços e vendedores	25	14,9	240,5	12,4
Agricultores e trab qualif agricultura e pesca	3	1,8	55,1	2,8
Operários, artífices e trab similares	20	11,9	520,1	26,9
Operadores de inst e máq e trab de montagem	18	10,7	273,1	14,1
Trabalhadores não qualificados	25	14,9	141,0	7,3
Doméstico	7	4,2	1.936,8	100,0
Total	168	100,0	28,5	1,5

Qui-quadrado= 224,977 (p<0,05)

Fonte: Questionário aos alunos e INE (2012).

Da tabela 33 constata-se que existem diferenças entre a situação profissional dos pais dos alunos amostrados e a população portuguesa.

Ao nível da amostra, a categoria profissional mais representada é a dos “Técnicos e profissionais de nível intermédio” com 17,3%, e a seguir as categorias “Trabalhadores não qualificados” e “Pessoal dos serviços e vendedores” ambos com 14,9%. A categoria menos representada é a dos “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca” com 1,8%.

Relativamente aos progenitores foi possível analisar a sua escolaridade, para os alunos cujos pais fazem parte do seu agregado familiar. A tabela 34 descreve a escolaridade de ambos os progenitores dos alunos da amostra.

Tabela 34. Caracterização da escolaridade dos progenitores dos alunos

Nível de escolaridade	Escolaridade da mãe		Escolaridade do pai	
	Frequência	%	Frequência	%
Ensino Básico 1º ciclo	98	29,6	101	33,0
Ensino Básico 2º ciclo	49	14,8	60	19,6
Ensino Básico 3º ciclo	78	23,6	59	19,3
Ensino Secundário	77	23,3	61	19,9
Licenciatura	20	6,0	16	5,2
Pós graduação	5	1,5	2	0,7
Mestrado	1	0,3	4	1,3
Doutoramento	3	0,9	3	1,0
Total	331	100,0	306	100,0

Na amostra recolhida, representada na tabela 35, há diferenças observáveis entre o nível de escolaridade completa dos pais e das mães dos alunos

($X^2=433,633$ e $p<0,05$). Há menos mães só com o ensino básico de 1º ciclo e há mais mães com o 2º e 3º ciclo do ensino básico e licenciatura, comparativamente aos pais.

Fazendo uma análise da escolaridade do agregado familiar, criou-se uma nova variável *escolaridade_agregado* que considerou apenas o nível completo mais elevado entre o pai e a mãe, ou, no caso de só um deles estar identificado, considerou esse como o nível mais elevado. De seguida, compararam-se estes valores com os registados em 2012 da população ativa portuguesa, para estudar possíveis diferenças (tabela 35).

Tabela 35. Comparação da escolaridade máxima do agregado familiar dos alunos com a escolaridade máxima da população portuguesa ativa

Nível de escolaridade	Amostra		População portuguesa	
	Frequência	%	Continente (em milhares)	%
Nenhum ^(a)	-	-	180,2	20,0%
Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclo)	202	60,3	3.055	57,5%
Ensino Secundário	92	27,5	1.190	22,4%
Ensino superior ^(b)	41	12,2	1.070	20,1%
Total	335	100,0	5.315	100,0

Qui-quadrado=13,993 ($p<0,05$)

^(a) Este nível não foi considerado no inquérito e por isso foi eliminado da população.

^(b) O nível ensino superior agregou as duas categorias consideradas no inquérito “licenciatura” e “pós-graduação”, para permitir a comparação.

Fonte: Questionário aos alunos e PORDATA
(acedido em 11/03/2013, disponível em www.pordata.pt).

A realização de um teste Qui-quadrado mostra que a amostra apresenta diferenças relativamente à população portuguesa continental. Os níveis de escolaridade que apresentam maiores diferenças são o nível do ensino secundário que está bastante sobre-representado na amostra (27,5%) e o ensino superior que está sub-representado (12,2%), quando comparados com os valores da população.

A figura 72 apresenta a distribuição da escolaridade máxima dos progenitores dos alunos pelos diferentes níveis de ensino.

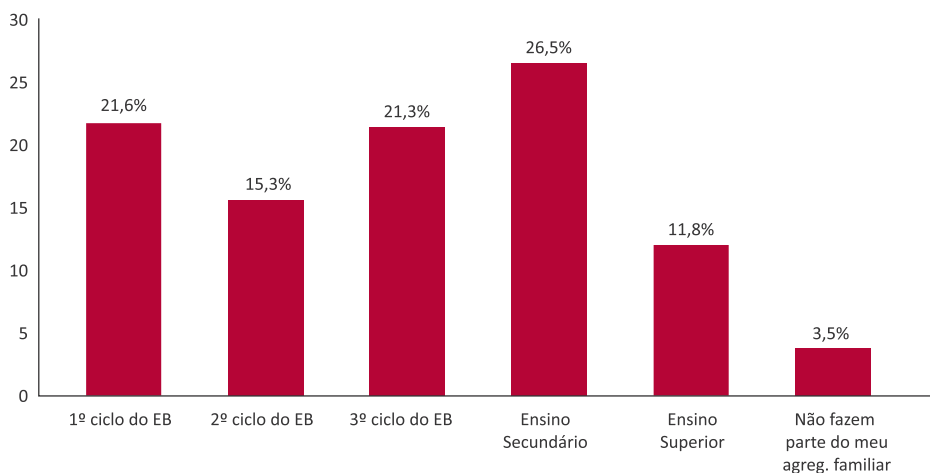


Figura 72. Escolaridade máxima do agregado familiar dos alunos inquiridos

Observa-se um aumento da percentagem de todos os níveis de escolaridade à exceção do nível “ensino básico nível 1” que diminuiu bastante. Apesar do estudo da DGES (Martins, Mauritti & Costa, 2005) apresentar o ensino superior politécnico como o que mais recruta entre as classes/estratos sociais mais baixos, com 63,0% das famílias de origem a terem apenas o ensino básico de nível 1, verifica-se que no caso do IPL esse valor não passa dos 21,6%. Ainda no referido estudo, o total do ensino básico é cerca de 81,0% dos agregados familiares, enquanto neste caso não ultrapassa os 60,0%.

Outro aspeto relevante é o rendimento líquido mensal do agregado familiar, ilustrado na figura 73.

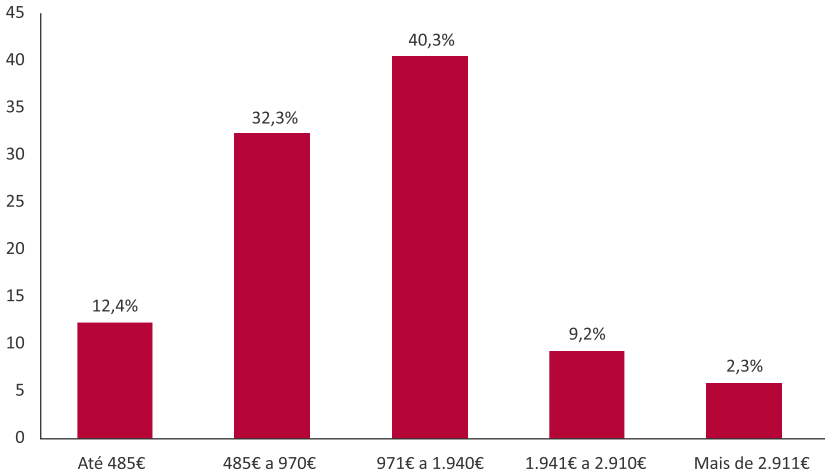


Figura 73. Caracterização do rendimento médio mensal do agregado familiar dos alunos

Na figura 73 observa-se que cerca de 44,7% dos inquiridos pertencem a famílias que auferem no máximo 970 euros por mês, ou seja, 2 salários mínimos nacionais. Contudo, 85,0% dos inquiridos pertencem a um agregado familiar que ganha menos de 1.940 euros por mês. Um outro escalão menos significativo é dos 1.941 a 2.910 euros por mês (que corresponde a 9,2% dos inquiridos) e acima desse valor há uma percentagem reduzida de estudantes (só 2,3% pertencem a uma família com rendimentos superiores a 2.911 euros por mês).

6.5. CONDIÇÕES DE VIDA

Neste ponto caracterizam-se as condições de vida dos alunos durante o período letivo. O orçamento que os estudantes têm disponível pode provir de diferentes fontes: família, apoio estatal (na forma de subsídio, empréstimo ou bolsa de estudo), apoio não estatal, rendimento próprio, ou outras fontes. O orçamento disponível da fonte “*família*” refere-se aos valores que a família de origem, ou constituída, disponibiliza mensalmente. O orçamento disponível da fonte “*apoio estatal*”, pode surgir em três formas possíveis: subsídio, quando se refere a um valor atribuído por entidades públicas ao abrigo de programas específicos (e.g subsídios de algumas câmaras municipais aos alunos do ensino superior); empréstimo, quando os alunos recorrem a empréstimos através de programas institucionais; e bolsa de estudo, quando o montante mensal é atribuído pela instituição de ensino superior²⁸.

²⁸ O pagamento da bolsa de estudo é efetuado, em dez prestações, diretamente ao estudante, através de transferência bancária para a conta por si indicada (artigo 54.º Despacho n.º 8442-A/2012, de 22 de junho de 2012)

O “*apoio não estatal*” refere-se a valores recebidos mensalmente de instituições não públicas, como instituições privadas (e.g. bancos) que atribuem bolsas escolares. O “*rendimento próprio*” refere-se ao montante recebido mensalmente fruto do próprio trabalho.

Os orçamentos disponíveis são discriminados, de seguida, em função da fonte. É de realçar que foram eliminados da análise os alunos que, nas várias fontes, colocaram o valor zero euros, dado que a sua inclusão alteraria os resultados. O primeiro orçamento descrito é o montante que a família de origem ou família constituída disponibiliza (gráfico 74).

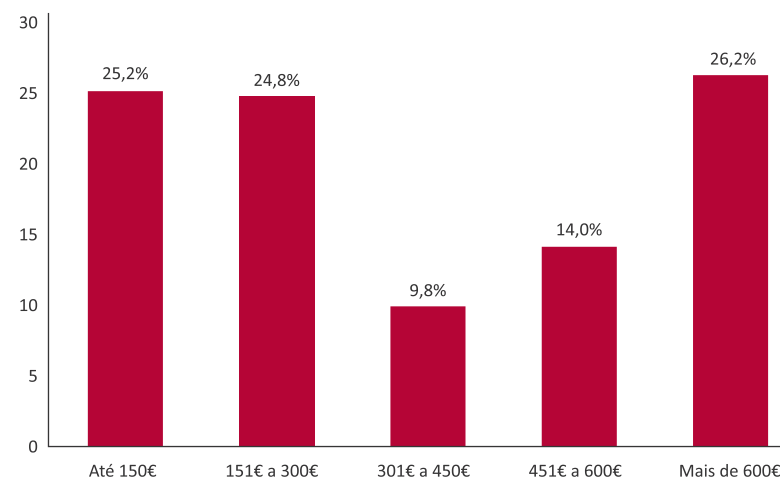


Figura 74. Distribuição do valor médio mensal disponibilizado pela família aos alunos

70

A figura 74 caracteriza a distribuição dos 214 alunos que referiram ser a família uma das fontes de financiamento. Destes alunos, a maioria (59,8%) têm menos de 451 euros disponíveis mensalmente.

A figura 75 representa o orçamento obtido mensalmente através de subsídios estatais não reembolsáveis.

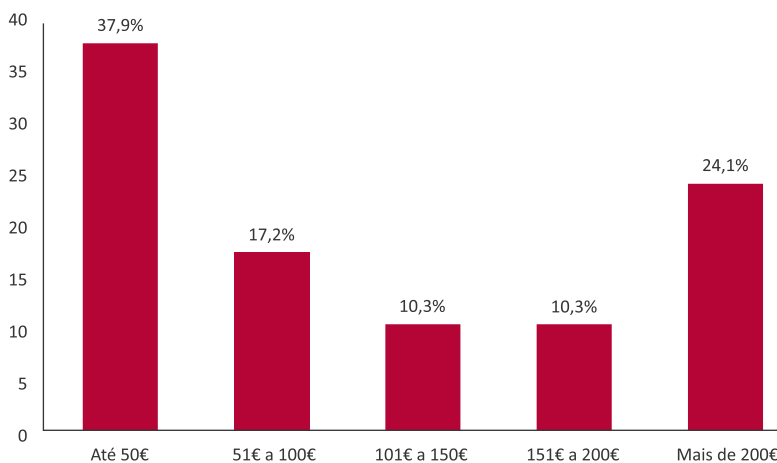


Figura 75. Distribuição do subsídio estatal não reembolsável atribuído mensalmente aos alunos

A figura 75 apresenta os 29 alunos que recebem apoio estatal na forma de subsídio não reembolsável, sendo que 37,9% destes alunos recebem menos de 51 euros mensais. Também deve ser tida em consideração a última categoria, dos alunos que recebem mais de 200 euros, representando 24,1% dos inquiridos.

Na figura 76 surge a distribuição dos alunos que recebem ajuda na forma de uma bolsa de estudo não reembolsável, nas diferentes classes de valores.

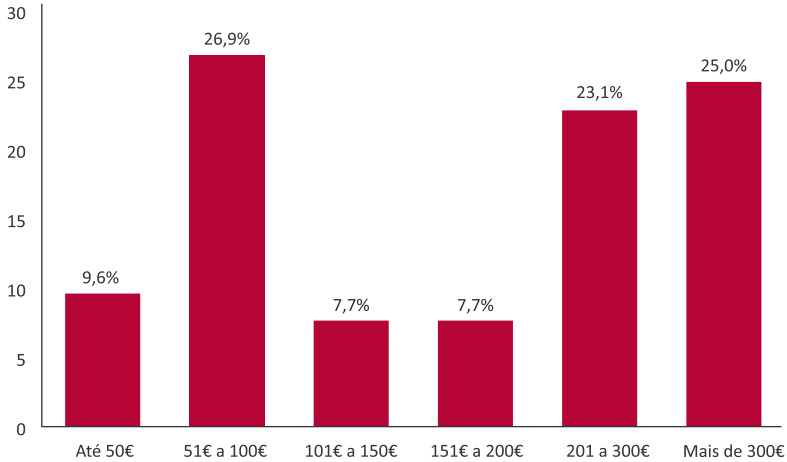


Figura 76. Caracterização da bolsa de estudo não reembolsável atribuída mensalmente aos alunos

A figura 76 mostra que, dos 52 alunos que recebem uma bolsa de estudo não reembolsável, o valor mais atribuído é no máximo de 100 euros (36,5% dos alunos). O valor médio das bolsas escolares atribuídas é de 309,8 euros.

A figura 77 apresenta a distribuição do montante disponível mensalmente que é proveniente do próprio trabalho dos alunos.

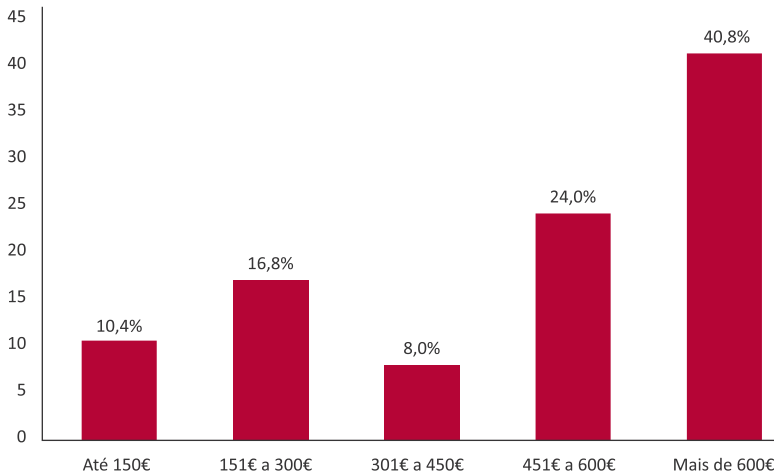


Figura 77. Caracterização do montante mensal disponível fruto do próprio trabalho dos alunos

A distribuição apresentada na figura 77 mostra que os alunos que recebem um rendimento do seu próprio trabalho têm disponível, em 40,8% dos casos, um orçamento mensal superior a 600 euros.

Houve ainda alunos a identificar outras fontes de rendimento, na sua maioria estas outras fontes são familiares ou subsídio de desemprego.

Os montantes mensais disponíveis provenientes das sete fontes identificadas estão resumidos na tabela seguinte.

Tabela 36. Resumo do orçamento disponível dos alunos por fonte de origem (em euros)

	Família	Subsídio	Empréstimo	Bolsa de estudo	Entidades não estatais	Trabalho	Outras fontes
N	215	29	5	52	5	125	11
Média	674,2	174,7	172,4	309,8	84,4	1160,4	271,9
Mediana	300,0	100,0	50,0	176,5	80,0	575,0	200,0
Percentil	25	150,0	30,5	1,0	100,0	1,0	300,0
	75	650,0	250,0	405,0	312,7	170,0	1000,0

A tabela 36 mostra que os alunos do IPL que têm o maior montante disponível são aqueles que já trabalham (com um valor médio de 1160,4 euros), seguidos dos que têm apoio proveniente da família de origem ou constituída, cujo valor médio ascende aos 674,2 euros. As outras fontes variam entre os 84,4 euros de entidades não estatais (menor orçamento) e os 309,8 euros da bolsa de estudo.

A análise seguinte afere se o orçamento disponibilizado pela família poderá variar consoante a idade dos alunos (tabela 37). Verifica-se que existe uma associação entre estas duas variáveis.

Tabela 37. Cruzamento entre o orçamento disponibilizado pela família e a idade dos alunos

Orçamento disponibilizado pela família	Idade dos alunos (em classes)						Total
	Até 20 anos	21 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 26 anos	De 27 a 30 anos	Mais de 30 anos	
Até 150 euros	26	14	8	2	2	2	54
De 151 a 300 euros	24	20	5	4	0	0	53
De 301 a 450 euros	9	7	3	1	1	0	21
De 451 a 600 euros	7	10	2	1	3	7	30
Mais de 600 euros	14	9	5	4	7	17	56
Total	80	60	23	12	13	26	214

Qui-quadrado= 224,977 (p<0,05)

Com estes dados conclui-se que são os alunos mais velhos que recebem as maiores contribuições familiares. Eventualmente, devido ao facto de

esses alunos já terem constituído família. Seria possível relacionar o valor proveniente do trabalho e a idade, mas como já foi referido, são os alunos mais velhos os que apresentam uma situação profissional remunerada. É, portanto, esperado que sejam também os mais velhos aqueles que têm um maior valor mensal disponível.

Das várias fontes que financiam os estudantes, verifica-se que a família é o principal contribuidor para o sustento da maioria dos estudantes (61,9%) durante o período letivo. No entanto, há vários alunos a serem financiados por múltiplas fontes. A situação mais comum é estarem a ser ajudados pela família e receberem bolsa de estudo, mas não se pode afirmar que existe uma associação entre estas duas variáveis.

A tabela seguinte relaciona a contribuição familiar (que se verifica ser a maior) e o tipo de alojamento durante o período letivo (tabela 38).

Tabela 38. Relação entre o montante disponibilizado pela família e o tipo de alojamento

Montante disponibilizado pela família	Tipo de alojamento						Total
	Quarto arrendado individual	Quarto arrendado partilhado	Lar/residência estudantes	Casa pais/familiares	Casa/apartamento próprio	Outro	
Até 150€	11	3	5	29	1	5	54
De 151€ a 300€	17	3	5	21	1	6	53
De 301€ a 450€	14	1	0	2	0	4	21
De 451€ a 600€	9	1	1	7	8	4	30
Mais de 600€	7	1	5	16	19	8	56
Total	58	9	16	75	29	27	214

Qui-quadrado=69,675 (p<0,05)

Verifica-se que as duas variáveis não são independentes. Com base na tabela pode-se afirmar que os alunos que estão a residir em habitação própria recebem mais da própria família, provavelmente porque a família terá um maior rendimento mensal ou os alunos já constituíram a sua família.

A avaliação das condições de bem-estar pode ser analisada na figura 78.

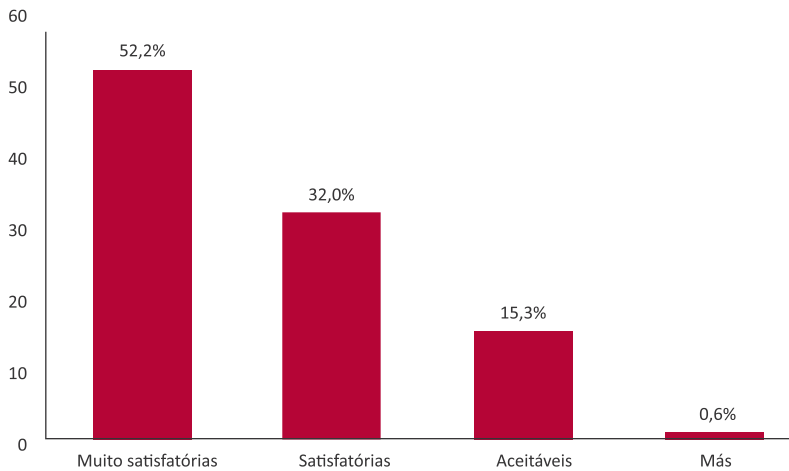


Figura 78. Condições de alojamento

Os alunos inquiridos, maioritariamente, avaliam positivamente as suas condições de alojamento, dado que 84,2% consideram as suas condições satisfatórias ou muito satisfatórias e só 0,6% consideram as suas condições más. Dos que consideram que têm condições más estão alojados em residências de estudantes e quartos arrendados individuais.

6.6 PADRÕES DE CONSUMO E PRÁTICAS SOCIAIS

Neste ponto solicitou-se aos alunos que identificassem os seus gastos mensais por categorias, que poderiam ser alojamento, alimentação, material escolar, saúde, lazer, bens pessoais, material informático, propinas e taxas e outras despesas.

Das categorias anteriormente identificadas dos gastos mensais, a primeira a ser analisada será o gasto em alojamento (gráfico 79).

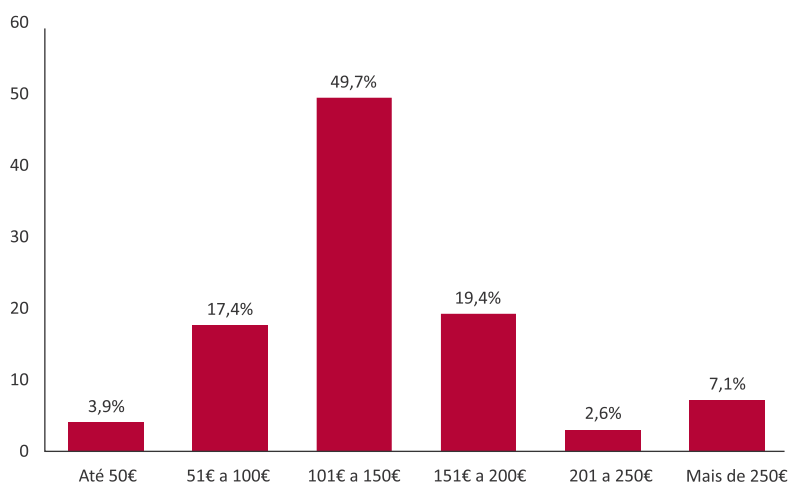


Figura 79. Valor médio mensal gasto com alojamento pelos alunos inquiridos

A maioria dos alunos (67,1%) gastam entre 51 e 150 euros.

Uma possibilidade que de seguida se analisa é se alunos selecionam o seu alojamento em função do rendimento do agregado familiar a que pertencem (tabela 39).

Tabela 39. Relação entre o montante disponibilizado pela família e o tipo de alojamento

Rendimento agregado familiar	Tipo de alojamento						Total
	Quarto arrendado individual	Quarto arrendado partilhado	Lar/residência estudantes	Casa pais/familiares	Habitação Própria	Habitação arrendada	
Até 485€	11	2	3	13	7	7	43
486€ a 970€	22	2	9	43	16	20	112
971€ a 1.940€	30	7	8	59	23	13	140
1.941€ a 2.910€	8	0	1	7	10	6	32
2.911€ a 3.880€	3	1	0	1	2	1	8
3.881€ a 4.850€	2	0	0	1	1	0	4
4.851€ a 5.820€	0	0	0	2	1	0	3
Mais de 5.820€	0	1	0	1	2	1	5
Total	76	13	21	127	62	48	347

(Não se verificam os pressupostos para realizar o teste Qui-quadrado)

Na tabela 39 apresenta-se a distribuição das frequências observadas dos escalões dos rendimentos familiares relativamente ao tipo de alojamento. A maioria dos alunos, em todas as categorias de rendimentos, preferem a “*casa dos pais/familiares*”, os que pertencem a categorias de rendimento cada vez mais elevadas preferem, como segunda opção a “*habitação própria*” ou “*habitação arrendada*”.

A próxima categoria em estudo refere-se aos gastos com a alimentação (gráfico 80).

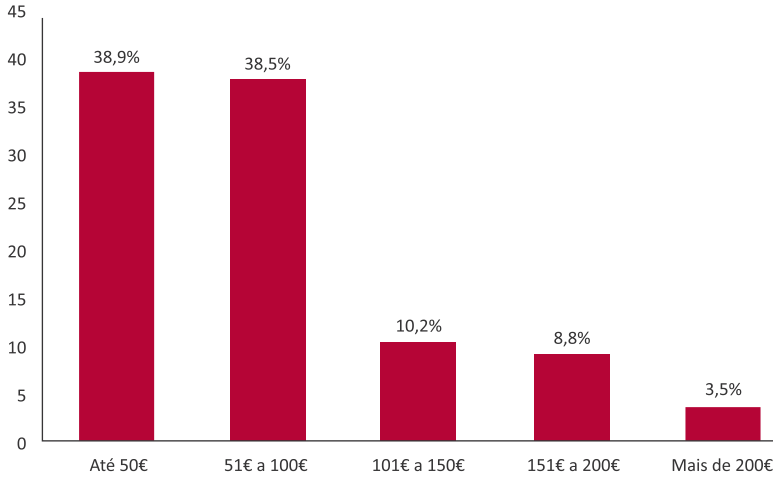


Figura 80. Valor médio mensal gasto com alimentação pelos alunos inquiridos

Na figura 80 é apresentada a distribuição dos gastos com a alimentação dos alunos. A maioria (77,4%) gastam até 100 euros por mês, sendo que 38,9% gastam até 50 euros.

A categoria de gastos analisada a seguir incide sobre os gastos com o material escolar e aparece representada na figura 81.

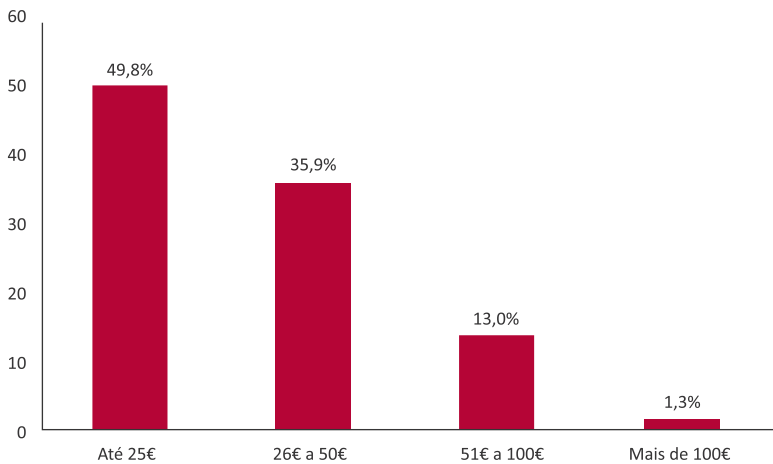


Figura 81. Valor médio mensal gasto com material escolar pelos alunos inquiridos

Nesta categoria, a maioria (quase 50%) dos alunos gastam até 25 euros por mês e 85,7% gastam até 50 euros em material escolar, mensalmente.

A figura 82 apresenta os gastos com a saúde. O facto de a maioria (65,0%) gastar até 25 euros é adequado à média de idades dos alunos.

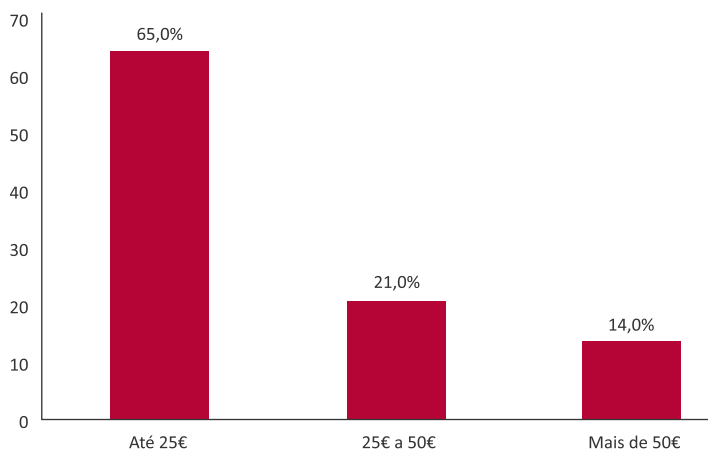


Figura 82. Valor médio mensal gasto com saúde pelos alunos inquiridos

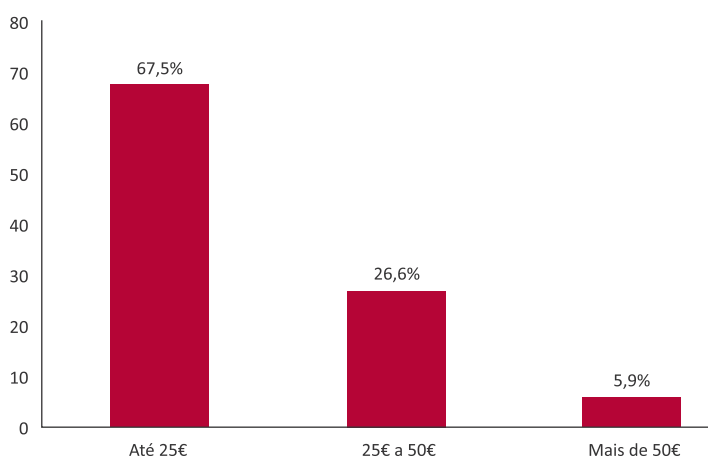


Figura 83. Valor médio mensal gasto com lazer pelos alunos inquiridos

Na figura 83 a maioria dos alunos gasta até 25 euros. Possivelmente os alunos só consideraram gastos com bilhetes de cinema, livros, etc. como era sugerido na questão, e não consideraram por exemplo saídas noturnas, bebidas alcoólicas, cafés, ou cigarros.

A figura 84 ilustra os gastos dos alunos em bens pessoais.

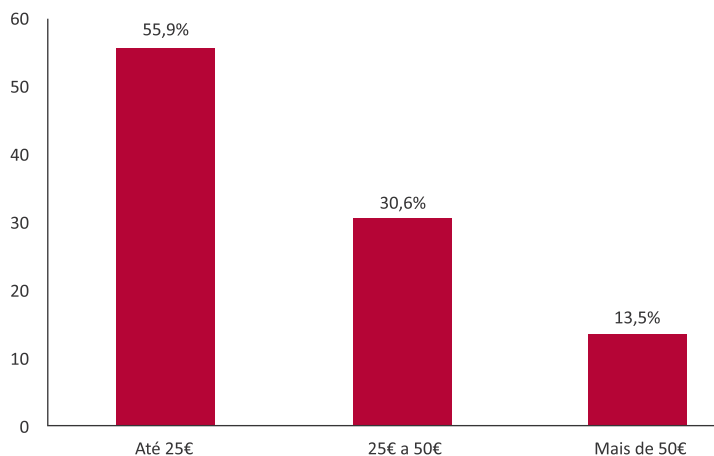


Figura 84. Valor médio mensal gasto com bens pessoais pelos alunos inquiridos

A maior parte dos alunos gastam até 25 euros mensais em bens pessoais, onde se incluem artigos de higiene, roupa, etc.

Na categoria dos gastos com material informático 93,6% dos alunos gastam até 50 euros e em propinas e taxas verifica-se que 71,7% dos alunos gastam no máximo 100 euros mensais.

Na categoria dos gastos mensais também era pedido aos alunos que estimassem o valor que a família gasta mensalmente com bens intangíveis, como por exemplo comida, bens que trazem de casa, ou bilhetes comprados pela família (gráfico 85).

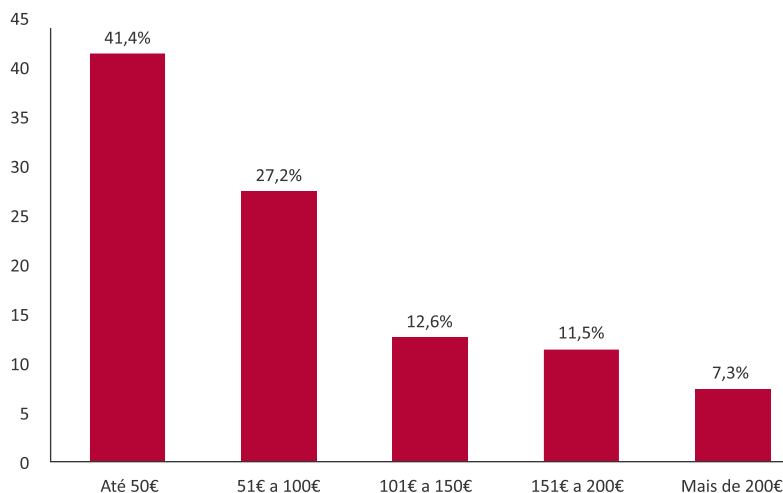


Figura 85. Valor médio mensal gasto em bens intangíveis pela família dos alunos

77

Nesta categoria, 55% dos alunos consideraram que havia um gasto familiar com esses bens, cujo valor médio mensal seria de 104,8 euros.

A tabela 40 apresenta um resumo dos gastos nas diferentes categorias e em função das várias possibilidades de alojamento. Nesta tabela foram eliminados os inquiridos que, nas diferentes opções, indicavam gasto zero euros, por se considerar que alteravam os resultados

Tabela 40. Resumo dos gastos médios mensais dos alunos por tipo de alojamento (em euros)

	Quarto individual	N (76)	Quarto partilhado	N (13)	Lar/ resid. estudantes	N (21)	Pais ou familiares	N (127)	Casa/ ap. próprio	N (63)	Casa/ Ap. arrendado	N (45)
Bens intangíveis	109,5	59	108,8	9	143,1	19	103,2	56	83,3	19	86,3	29
Alojamento	147,1	71	135,3	13	93,2	18	130,1	6	325,4	10	161,3	38
Alimentação	101,9	70	99,2	13	98,8	20	73,5	89	100,4	49	91,9	43
Material escolar	42,3	60	30,0	10	32,1	17	35,9	72	30,2	39	34,2	33
Saúde	32,0	31	51,6	6	18,8	9	37,6	28	37,2	11	22,7	17
Lazer	22,9	55	18,0	10	18,5	17	28,2	49	30,1	8	28,0	33
Bens pessoais	24,7	58	33,5	12	20,3	15	42,8	47	79,6	16	39,5	24
Mat.Informático	19,3	40	17,5	8	50,4	11	28,4	36	40,8	24	26,3	25
Propinas	124,2	70	118,3	12	178,0	20	97,9	106	351,0	54	112,0	45
Outros	70,5	20	36,6	3	49,3	6	113,4	25	121,6	13	89,0	11
Total gastos	456,4	76	454,8	13	449,6	21	225,2	127	527,2	63	425,4	45
Total gastos + Intangíveis	541,4	76	530,2	13	579,1	21	270,7	127	553,1	63	478,8	45

Os alunos também apresentam despesas com os meios de transporte. Estas despesas poderiam ser indicadas segundo duas perspetivas: aqueles que possuem transporte próprio e os que não possuem transporte próprio. Estes últimos poderiam declarar despesas na deslocação entre a residência no período letivo e a escola, e a residência no período letivo e a casa de família.

Os alunos inquiridos percorrem, na maioria (49,3%) até 5 quilómetros entre a sua residência no período letivo e a escola que frequentam.

Dos alunos inquiridos 63,7% deslocam-se em transporte próprio, 23,6% deslocam-se a pé, 10,7% andam nos transportes públicos e 2,0% indicam outra situação.

Aos alunos que não possuem transporte próprio foi solicitado que estimassem o valor gasto em deslocações entre a residência e a escola que frequentam e entre a residência e a casa de família. A primeira situação coloca 84,1% dos alunos a gastarem até 50 euros; a segunda situação, dos gastos entre a residência e a casa de família, está ilustrada na figura 86.

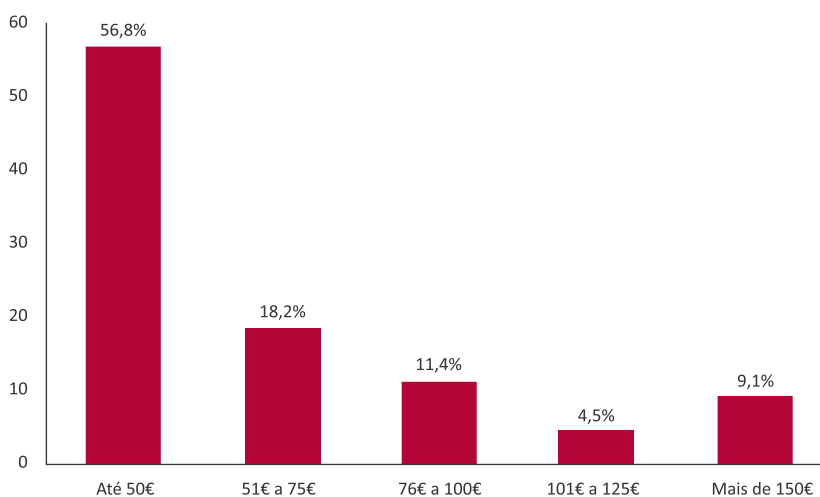


Figura 86. Gastos em deslocações entre a residência e a casa de família pelos alunos inquiridos que não possuem transporte próprio

A média dos gastos mensais dos alunos que não possuem transporte próprio com deslocações é, respetivamente, 31,8 euros (da residência à escola) e 55,5 euros (da residência à casa de família).

Dos alunos que detêm transporte próprio, 62,2% usam como transporte o automóvel e os restantes possuem mota, motorizada ou outro. Os gastos médios mensais com os transportes próprios e com outros transportes, para os alunos que detêm transporte próprio, estão nos gráficos 87 e 88, respetivamente.

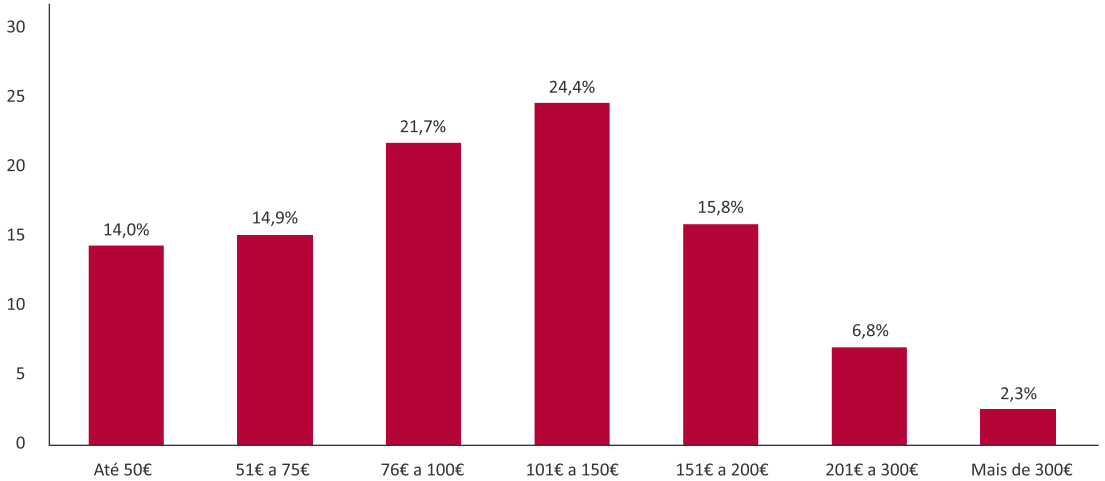


Figura 87. Gastos com a utilização do seu meio de transporte pelos alunos inquiridos que possuem transporte próprio

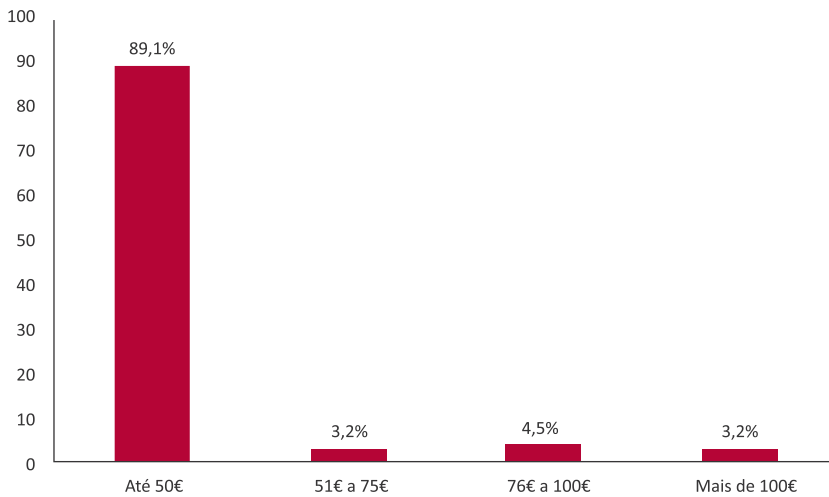


Figura 88. Gastos com a utilização de outros meios de transporte pelos alunos inquiridos que possuem transporte próprio

A média dos gastos mensais dos alunos que possuem transporte próprio é, respetivamente, 113,4 euros (gastos com o próprio transporte) e 32,7 euros (gastos com outros transportes).

O gasto médio mensal com transporte é de 136,1 euros. Assumindo que os alunos só gastam 50% na região (bilhete de ida e de regresso adquirido no respetivo ponto de partida, tal como o combustível) este valor baixa para 68,0 euros.

A tabela 41 resume os gastos médios mensais dos alunos em cada uma das categorias analisadas.

Tabela 41. Resumo dos gastos médios mensais dos alunos por categoria (em euros e em percentagem)

	Alojamento	Alimentação	Transporte	Outras despesas	Propinas e taxas	Bens pessoais	Mat. Escolar	Mat. Informático	Lazer	Saúde
N	155	283	265	78	300	170	231	141	169	100
Média	155,1	91,2	136,1	92,5	160,1	37,5	35,8	29,5	25,5	33,2
Mediana	150,0	80,0		80,0	100,0	20,0	30,0	20,0	20,0	20,0
Desvio padrão	98,4	74,0		73,9	657,9	39,3	29,5	31,5	21,8	40,8
Mínimo	1,0	10,0		1,0	20,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Máximo	863,0	700,0		350,0	1.240,0	300,0	200,0	200,0	160,0	250,0
Percentil 25	112,0	50,0		30,0	100,0	15,0	20,0	12,0	10,0	10,0
Percentil 75	160,0	100,0		105,0	110,0	50,0	50,0	30,0	30,0	50,0
% Gasto mensal	19,5%	11,4%	17,1%	11,6%	20,1%	4,7%	4,5%	3,7%	3,2%	4,2%

Na tabela anterior (tabela 41) todos os valores foram calculados eliminando os inquiridos que, nas diferentes opções, indicavam gasto zero euros, por se considerar que alteravam os resultados.

Posteriormente, foi criada uma nova variável “total gasto”, cujo valor apresentado foi calculado através da soma dos valores apresentados nas 10 categorias já referidas. Considerando o número total dos alunos inquiridos, pode-se obter a seguinte caracterização dos gastos de todos os alunos, com e sem os bens intangíveis (tabela 42).

Tabela 42. Resumo dos gastos totais médios mensais dos alunos inquiridos (em euros)

	Total dos gastos (N=319)	Total dos gastos com os bens intangíveis (N=327)
Média	412,5	463,7
Mediana	335,0	380,0
Desvio padrão	679,2	680,3
Mínimo	30,0	1,0
Máximo	11.565,0	11.565,0
Percentil 25	200,0	220,0
Percentil 75	475,0	565,0

Se forem considerados só os alunos que afirmaram que mudaram de residência para frequentar o atual curso, verifica-se que estes alunos gastam mensalmente (os 143 alunos que apresentaram valores), em média, 449,9 euros (mediana 430,0 euros). Se considerarmos os bens intangíveis e o valor médio mensal gasto por cada estudante sobe para 536,4 euros (mediana 500,0 euros).

De uma forma mais conservadora, podem-se aceitar os valores totais exibidos pelos alunos sem considerar os gastos em bens intangíveis (valor médio mensal de 379,2 euros). Esta opção é sustentada por não haver qualquer forma de saber se estes gastos foram realizados na região em análise ou na região de origem das famílias dos estudantes. Acrescentando os valores gastos em transporte (68,0 euros) obtém-se um gasto médio mensal total por estudante de 447,2 euros.

Após a análise dos gastos, foi observado como é que os alunos consideram a sua atual situação financeira.

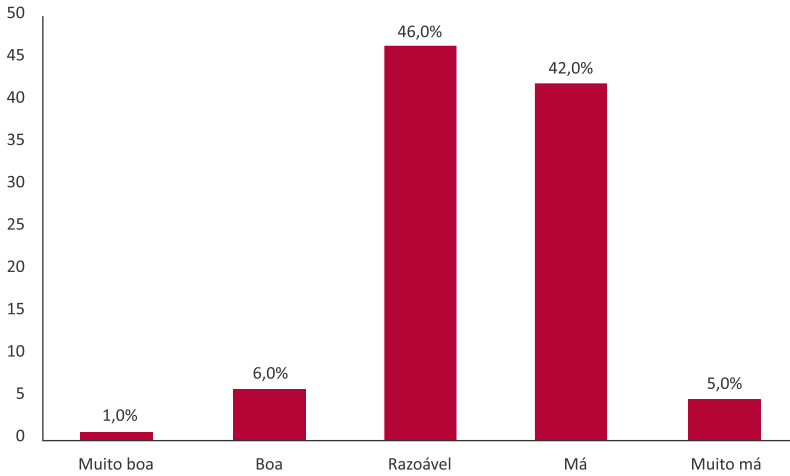


Figura 89. Avaliação da situação financeira pelos alunos inquiridos

Como a figura 89 retrata, a maioria dos alunos considera que a sua situação financeira é razoável, ou seja, conseguem fazer face às despesas (com 46% dos alunos). Verifica-se que os alunos que consideram a sua situação financeira boa são muito menos do que os que consideram a sua situação financeira má (6,0 e 42,0%, respetivamente). Nos casos extremos, a situação financeira “muito má” reúne mais alunos do que a situação financeira “muito boa” (1,0 e 5,0%, respetivamente).

A tabela 43 analisa a possível associação entre a situação financeira e diferentes variáveis.

Tabela 43. Associação entre a situação financeira e as diferentes variáveis consideradas

		Situação financeira dos alunos					Total
		Muito boa	Boa	Razoável	Má	Muito má	
Sexo	Masculino	2	15	87	77	12	193
	Feminino	3	15	84	45	7	154
Qui-quadrado=5,650 (p<0,05)							
Mudou Residência?	Sim	2	12	57	63	9	143
	Não	3	18	114	59	10	204
Qui-quadrado=10,175 (p<0,05)							
Tipo de aluno	Ordinário	4	16	101	73	7	201
	Trabalhador	1	14	69	47	12	143
Qui-quadrado=6,799 (p>0,05)							
Idade em escalas	Até 20 anos	1	11	51	31	3	97
	21 a 22 anos	1	6	43	31	3	84
	23 a 24 anos	1	2	24	10	3	40
	25 a 26 anos	1	1	6	12	4	24
	27 a 30 anos	0	4	18	14	3	39
	Mais de 30 anos	1	6	29	24	3	63
Qui-quadrado=19,894 (p>0,05)							
Rendimento disponível	Até 125 €	1	8	33	16	3	61
	De 126 a 250 €	0	3	27	17	2	49
	De 251 a 375 €	0	1	15	20	4	40
	De 376 a 500 €	1	2	30	23	5	61
	Mais de 500 €	3	16	66	46	5	136
Qui-quadrado= 18,121 (p>0,05)							

Verifica-se que a situação financeira é independente das seguintes variáveis: tipo de aluno (ordinário/trabalhador), da idade e do rendimento disponível, mas não é independente do sexo e de ter mudado de residência.

Em termos de visitas, consideraram-se só os alunos que afirmaram ter mudado de residência para frequentar o ensino superior, dado que os que já residiam na região receberiam visitas de qualquer forma e não se pode considerar este valor como relacionado com o IPL.

A análise das visitas recebidas começa pela determinação do número anual de visitas, como está retratado na figura 90.

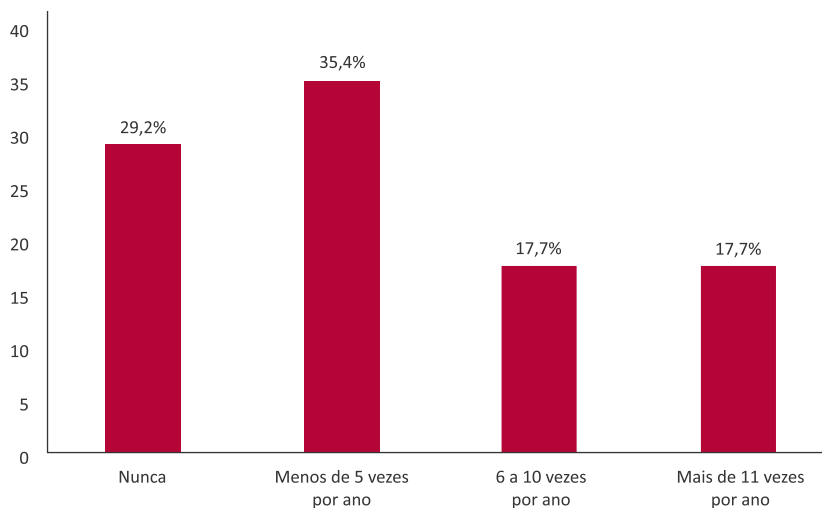


Figura 90. Frequência das visitas recebidas pelos alunos inquiridos que mudaram de residência

A figura 90 mostra que a maioria dos alunos recebe no máximo 5 visitas por ano, mas existem alunos que nunca recebem visitas (quase 30,0%). Em média cada aluno recebe 5,0 visitas por ano.

A figura 91 descreve o período de permanência de cada visita.

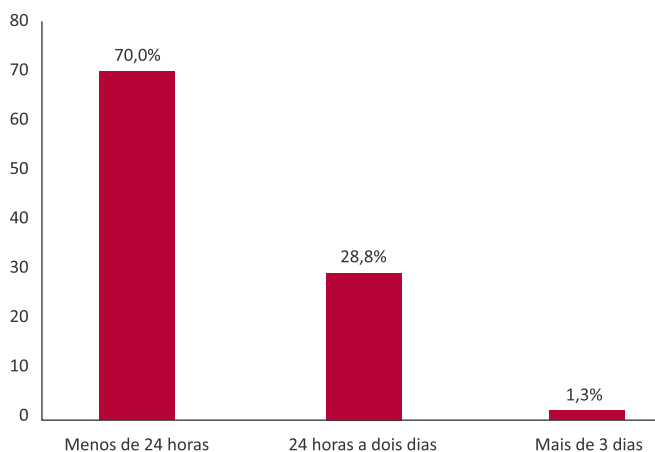


Figura 91. Duração das visitas recebidas pelos alunos inquiridos que mudaram de residência

Cada visita permanece cerca de 24 horas (em média permanecem 21 horas). De facto, contrariamente aos docentes e funcionários que vivem na região, os alunos estão deslocados com o objetivo de estudar. Geralmente, o fluxo é no sentido de serem os alunos a visitar a família e não o contrário, salvo em situações especiais como o regresso de férias, queima das fitas ou outras.

A figura 92 representa o gasto diário das visitas durante a sua estadia.

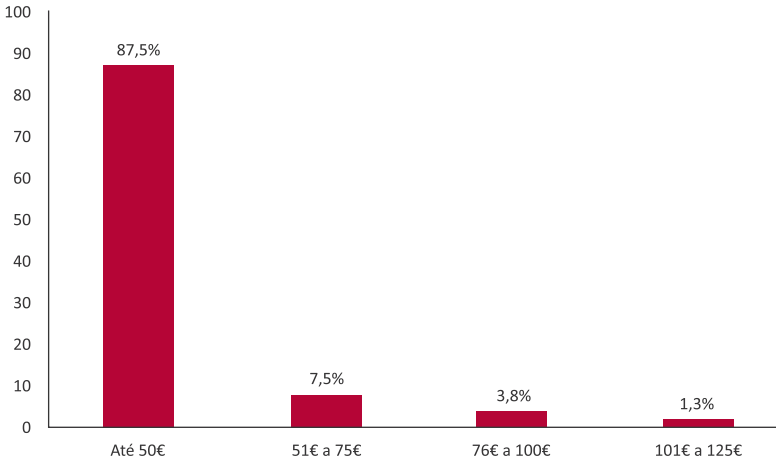


Figura 92. Gasto médio diário das visitas recebidas pelos alunos inquiridos que mudaram de residência

Como se observa na figura 92, 87,5% das visitas gastam até 50 euros e em média gastam 104,9 euros por dia.

Com os valores obtidos para o número médio de visitas anuais, tempo médio de permanência, e gasto médio diário pode-se determinar o valor médio anual com que cada aluno contribui para a região através das visitas que recebe, que é 463,9 euros.

6.7 MOBILIDADE INTERNACIONAL

Relativamente à mobilidade internacional dos estudantes verifica-se que só uma percentagem muito baixa é que frequentou alguma instituição do ensino superior no estrangeiro (só 3,2% dos inquiridos). Desses alunos 81,8% participaram no programa internacional *Erasmus/Tempus*. Os destinos da mobilidade são, preferencialmente países europeus, sendo que só um dos alunos é que escolheu outro continente.

Finalmente, pretendeu-se saber se havia vontade por parte dos alunos em permanecer na região após a conclusão da licenciatura. A tabela 44 resume as opções selecionadas.

Tabela 44. Distribuição de alunos segundo opção futura de ficar ou não região

	Frequência	%
Sim, se encontrar emprego	90	25,9
Sim, é natural e não pretende mudar de região	32	9,2
Sim, já constituiu família nesta região	23	6,6
Sim, pretende continuar a sua formação no IPL	16	4,6
Não, pretende regressar à região de onde é natural	30	8,6
Não, pretende estudar/trabalhar no estrangeiro	33	9,5
Irá para onde encontrar emprego	70	20,2
Não sabe/não responde	53	15,3
Total	347	100,0

Da análise da tabela 44 conclui-se que 46,4% dos alunos inquiridos pretendem permanecer na região após a sua formação.

6.8 SÍNTESE DA ANÁLISE AOS ALUNOS

Em síntese, pode-se caracterizar a amostra de forma resumida na tabela 45.

Tabela 45. Caracterização da amostra dos alunos

	Homens (n=154; 44,4%)	Mulheres (n=193; 55,6%)
Idade média	25,7 anos	24,3 anos
Idade média dos alunos ordinários	22,2 anos	21,8 anos
Idade média dos alunos trabalhadores	30,2 anos	28,2 anos
Número de anos de matrícula	2,2 anos	1,8 anos
Serviços, Ciências Sociais e Humanísticas	23,5%	76,5%
Ciências, Engenharias e Tecnologias	69,9%	30,1%
Saúde	25,0%	75,0%
Economia e Gestão	40,0%	60,0%
Curso de Especialização Tecnológica (CET)	23,4%	14,0%
Licenciatura	55,2%	67,9%
Mestrado+ Pós-graduação/Especialização	21,4%	18,1%
Alunos ordinários	55,9%	60,4%
Alunos trabalhadores	44,1%	39,6%
	100,0%	100,0%
Alunos oficialmente no 1º ano	41,4%	44,9%
Alunos oficialmente no 2º ano	35,1%	33,3%
Alunos oficialmente no 3º ano	20,5%	21,9%
	100,0%	100,0%
	Ordinário (n=201; 58,4%)	Trabalhador (n=143; 41,6%)
Percentagem masculina	33,7%	53,0%
Idade média	21,8 anos	34,5 anos
Número de anos de matrícula	2,2 anos	1,8 anos
Alunos oficialmente no 1º ano	41,1%	67,8%
Alunos oficialmente no 2º ano	36,5%	17,8%
Alunos oficialmente no 3º ano	22,5%	14,4%
	100,0%	100,0%

Os alunos da amostra são maioritariamente do sexo feminino (55,6%), têm uma idade média de 24,9 anos e frequentam em média há 2 anos o IPL.

Os alunos distribuem-se entre ordinários – 58,4% - e trabalhadores-estudantes – 41,6% - sendo a ESTG a escola que acolhe mais alunos trabalhadores-estudantes e que possui a média de idades mais elevada.

Dos alunos inquiridos 97,4% são de nacionalidade portuguesa,

maioritariamente originários da região Centro de Portugal, e só 2,6% referiram como sendo outra a nacionalidade.

Quase 83% são solteiros, 11,5% casados e os restantes 5,8% englobam todas as outras situações (separado, divorciado, união de facto e viúvo).

A via de acesso dos alunos inquiridos foi na maioria dos casos (61,1%) pelo contingente geral.

Os alunos provêm de agregados familiares onde pelo menos um dos progenitores está empregado, especificamente, 54,8% das mães e 56,0% dos pais. Porém só 36,6% dos alunos é que têm ambos os progenitores a trabalhar. O desemprego é mais significativo na situação da mãe do que do pai (14,1% e 8,6%, respetivamente).

O agregado familiar de 85% dos alunos auferem um rendimento líquido médio mensal máximo de 1.940 euros, mas cerca de 44,7% dos inquiridos pertencem a famílias que auferem no máximo 806 euros por mês, ou seja, dois salários mínimos nacionais.

A maioria dos alunos identifica a família como uma das fontes de financiamento, e, destes, 70,9% têm até 350 euros disponíveis mensalmente. Os alunos que beneficiam de uma bolsa de estudo recebem, em 36,5% dos casos 100 euros, e 75,0% destes alunos apoiados recebe até 300 euros (mas os restantes 24,2% usufruem de uma bolsa superior a 300 euros).

Cada aluno que mudou de residência tem um gasto total médio mensal de 450,0 euros (com 100% dos transportes o valor sobe para 508,8 euros). Este valor é distribuído pelo alojamento, propinas e taxas, transportes, alimentação, material escolar, bens pessoais, atividades de lazer e com um menor significado mensal material informático e saúde, por ordem decrescente de importância. Se se considerarem todos os alunos este valor desce para 379,2 (assumindo que este alunos não têm gastos em transportes, caso contrário o valor seria superior).

Os alunos que mudaram de residência para frequentar o IPL contribuem anualmente, sob a forma das visitas que recebem, com cerca de 464 euros para a região.

Dos alunos inquiridos 46,4% manifestaram vontade de permanecer na região após a conclusão da sua formação.

7. O IMPACTO ECONÓMICO DO IPL NA REGIÃO

Neste capítulo estima-se o impacto económico do Instituto Politécnico de Leiria na região, utilizando o modelo simplificado desenvolvido por Fernandes (2009). Recorde-se que, como inicialmente definido pelo grupo de estudo se consideraram apenas os concelhos onde estão situadas as sedes dos institutos ou onde existem escolas, no caso do IPL, Leiria, Caldas da Rainha e Peniche.

7.1 MODELO SIMPLIFICADO

A utilização deste modelo simplificado permite, de forma mais acessível e rápida que outros mais complexos, obter uma aproximação bastante precisa do impacto das IES na região onde estão localizadas e uniformizar comparações entre instituições.

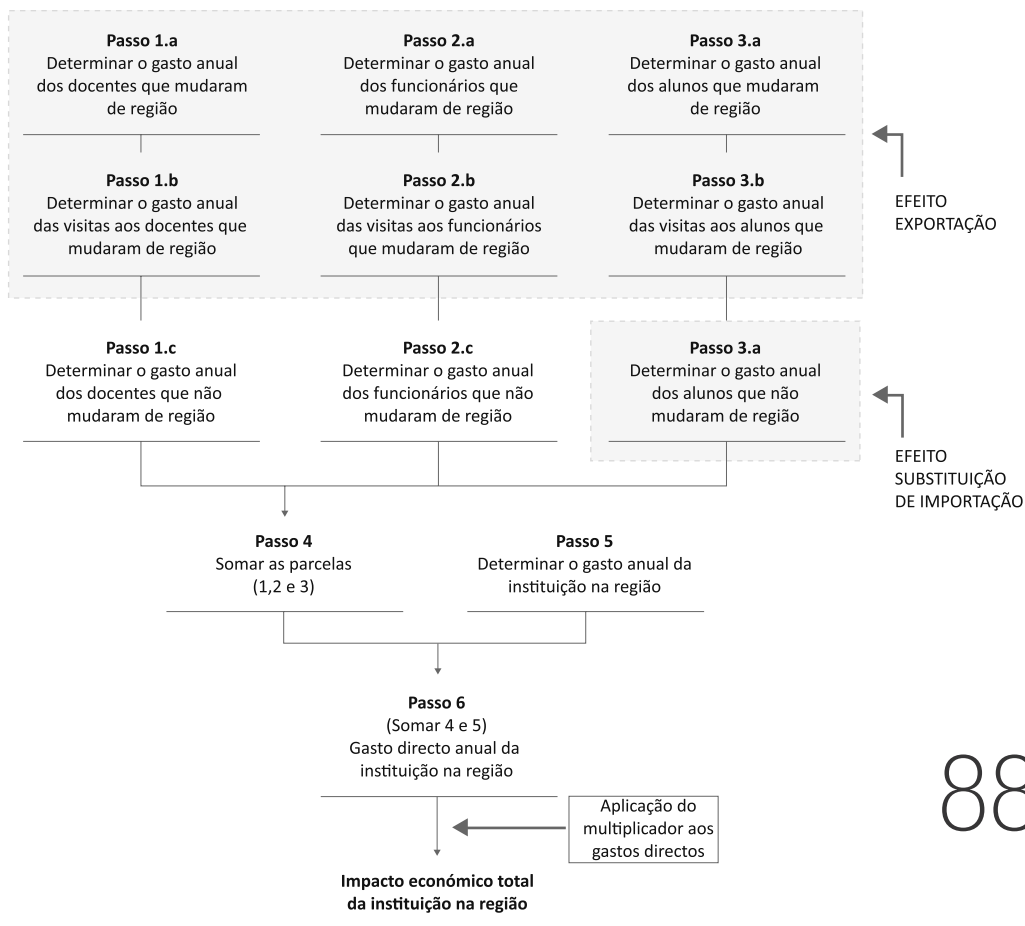
Este modelo foi baseado no ACE (American Council on Education Model) desenvolvido por Caffrey & Isaacs (1971), que apresenta algumas dificuldades de aplicação, devido ao elevado consumo de recursos e tempo e, especificamente, à realidade portuguesa devido à limitação da informação necessária, pelo que este modelo simplificado se apresenta como uma alternativa (Fernandes, 2009).

O modelo estima o impacto na região através dos gastos realizados por cada uma das seguintes quatro fontes: docentes, funcionários, alunos, e instituição. Considera ainda a existência de um gasto associado à existência da instituição que é o gasto dos visitantes associados a cada uma das fontes consideradas.

Uma das alterações consideradas e introduzidas neste modelo foi o facto de se ter optado por contabilizar exclusivamente os gastos dos estudantes que não estariam na região se não estudassem no IPL. Desta forma, consideraram-se os gastos dos alunos que mudaram de região para frequentar o IPL (efeito exportação) e os gastos dos alunos locais que teriam ido estudar para outra região, caso não existisse o IPL (efeito substituição de importação).

A figura seguinte resume o modelo utilizado.

Figura 93. Modelo simplificado para a estimação dos impactos económicos das IES



Fonte: Fernandes (2009)

Os gastos realizados pelos docentes, funcionários e alunos foram calculados a partir dos valores obtidos nos inquéritos, descritos nos capítulos anteriores.

7.2 ESTIMAÇÃO DO IMPACTO DO IPL

Esta secção descreve o impacto do IPL na região em estudo (concelhos de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche), que foi determinado através dos gastos realizados por cada uma das seguintes quatro fontes: docentes, funcionários, alunos e instituição. Os gastos dos visitantes foram incluídos nas respetivas fontes. Todos os cálculos e estimativas reportam-se ao ano de 2012.

Todos os gastos médios apresentados foram apurados com base nos questionários realizados. Contudo, o número de docentes, funcionários e alunos em cada uma das situações implicadas no modelo (mudança de residência, etc.) resulta da extrapolação da amostra para a população, pressupondo, por exemplo, que se uma determinada percentagem de inquiridos mudou de residência, o mesmo se verifica com igual proporção da população.

7.2.1 GASTOS DOS DOCENTES

Relativamente aos docentes, verificou-se, através da análise do inquérito que, dos 980 docentes, 26,8% mudaram de residência para trabalhar no IPL. Estes docentes são considerados como impacto direto da existência do IPL na região, bem como, as suas visitas.

Os gastos dos docentes que não mudaram de residência para trabalhar no IPL, mas que não residem no concelho onde trabalham foram também considerados e, por isso, os gastos de alimentação e de transporte, que têm durante os dias de trabalho, resultam exclusivamente à sua atividade profissional no IPL.

O gasto total anual dos docentes que trabalham no IPL, descrito na tabela 46, foi calculado a partir das respostas dos próprios ao inquérito realizado no âmbito deste estudo, através da seguinte expressão:

$$GA_{Doc_Leiria} = G_{Doc_mudaram} + G_{VDoc_mudaram} + G_{Doc_Nmudaram}$$

onde:

$G_{Doc_mudaram}$: Gasto anual dos docentes que mudaram de região;

$$G_{Doc_mudaram} = G_{(mensal)Doc_mudaram} * N_{Doc_mudaram} * 12$$

$G_{(mensal)Doc_mudaram}$: Gasto mensal dos docentes que mudaram a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$N_{Doc_mudaram}$: Número de docentes que mudou a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche.

$G_{VDoc_mudaram}$: Gasto anual das visitas aos docentes que mudaram de residência;

$$G_{VDoc_mudaram} = G_{(anual)VDoc_mudaram} * N_{Doc_mudaram}$$

$G_{(anual)VDoc_mudaram}$: Gasto anual das visitas aos docentes que mudaram a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$N_{Doc_mudaram}$: Número de docentes que mudou a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche.

$$G_{Doc_Nmudaram} = G_{(mensal_A)Doc_Nmudaram} * T_{mês_Leiria} + G_{(mensal_T)Doc_Nmudaram} * N_{Doc_Nmudaram} * 12$$

$G_{(mensal_A)Doc_Nmudaram}$: Gasto mensal em alimentação dos docentes que não mudaram de residência, mas não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$T_{mês_Leiria}$: Tempo médio mensal no local de trabalho em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche. Este item foi incluído visto os docentes poderem trabalhar em casa ou estarem em projetos de investigação ou formação e, nesses casos, não realizarão gastos na região de Leiria, mas nas localidades onde se encontram;

$G_{(mensal_T)Doc_Nmudaram}$: Gasto mensal em transportes dos docentes que não mudaram de residência, nem residem na região de Leiria.

$N_{Doc_Nmudaram}$: Número de docentes que não mudou de residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche, nem residem nessas localidades.

Tabela 46. Gasto anual direto dos docentes do IPL na região

Gasto anual direto dos docentes do IPL			Valor obtido
$GA_{Doc_Leiria} = G_{Doc_mudaram} + GV_{Doc_mudaram} + G_{Doc_Nmudaram}$			9.106.800,00 €
Efeito exportação	Gastos dos docentes que mudaram de região	$G_{Doc_mudaram} = G(mensal)_{Doc_mudaram} * N_{Doc_mudaram} * 12$	7.005.215,40 €
		$G(mensal)_{Doc_mudaram}$	2.219,65 €
		$N_{Doc_mudaram}$	263
	Gasto das visitas	$GV_{Doc_mudaram} = G(anual)_{VDoc_mudaram} * N_{Doc_mudaram}$	68.643,00 €
		$G(anual)_{VDoc_mudaram}$	261,00 €
		$N_{Doc_mudaram}$	263
Gastos dos docentes que não mudaram de região, mas não residem em Leiria, Peniche ou Caldas da Rainha	$G_{Doc_Nmudaram} = G(mensal_A)_{Doc_Nmudaram} * Tmês_Leiria + G(mensal_T)_{Doc_Nmudaram} * N_{Doc_Nmudaram} * 12$		2.032.941,60 €
	$G(mensal_A)_{Doc_Nmudaram}$		300,0 €
	$Tmês_Leiria$		0,5
	$G(mensal_T)_{Doc_Nmudaram}$		436,20 €
	$N_{Doc_Nmudaram}$		289

Fonte: Adaptado de Fernandes (2009). Cálculo dos autores

O impacto anual direto que os docentes, durante o ano de 2012, efetuaram nos concelhos de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche está resumido na tabela 60 e ascende aos 9 milhões de euros. Para este total contribuíram 7,0 milhões de euros dos docentes que mudaram de residência, 68,6 mil euros das suas visitas e mais de 2 milhões de euros dos que não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche, mas se deslocam para lá para trabalhar.

90

7.2.2 GASTOS DOS FUNCIONÁRIOS

Relativamente aos funcionários, observou-se na análise do inquérito que 23,6% dos 310 funcionários mudaram de residência para trabalhar no IPL. Considerou-se o gasto destes funcionários como impacto direto da existência do IPL na região. Foram também considerados os gastos dos visitantes aos funcionários que mudaram de residência.

Dos funcionários que não mudaram de residência para trabalhar no IPL, mas que não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche, consideraram-se os gastos de alimentação e de transporte pois estas despesas realizadas no concelho onde trabalham devem-se exclusivamente à sua atividade profissional no IPL.

O gasto total anual dos funcionários que trabalham no IPL, descrito na tabela 47, foi calculado a partir das respostas dos próprios ao inquérito realizado no âmbito deste estudo, através da seguinte expressão:

$$GA_{Func_Leiria} = G_{Func_mudaram} + GV_{Func_mudaram} + G_{Func_Nmudaram}$$

onde:

$G_{Func_mudaram}$: Gasto anual dos funcionários que mudaram de região;

$$G_{Func_mudaram} = G(mensal)_{Func_mudaram} * N_{Func_mudaram} * 12$$

$G(mensal)_{Func_mudaram}$: Gasto mensal dos funcionários que mudaram a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$N_{Func_mudaram}$: Número de funcionários que mudou a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche.

$G_{Func_mudaram}$: Gasto anual das visitas aos funcionários que mudaram de residência;

$$GV_{Func_mudaram} = G_{(anual)V_{Func_mudaram}} * N_{Func_mudaram}$$

$G_{(anual)V_{Func_mudaram}}$: Gasto anual das visitas aos funcionários que mudaram a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$N_{Func_mudaram}$: Número de funcionários que mudou a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche.

$$G_{Func_Nmudaram} = G_{(mensal_A)_{Func_Nmudaram}} + G_{(mensal_T)_{Func_Nmudaram}} * N_{Func_Nmudaram} * 12$$

$G_{(mensal_A)_{Func_Nmudaram}}$: Gasto mensal em alimentação dos funcionários que não mudaram de residência, nem residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$G_{(mensal_T)_{Func_Nmudaram}}$: Gasto mensal em transportes dos funcionários que não mudaram de residência, nem residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche.

$N_{Func_Nmudaram}$: Número de funcionários que não mudou de residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche, nem residem nesses concelhos.

O gasto dos funcionários, durante o ano de 2012, está resumido na tabela 47.

Tabela 47. Gasto anual direto dos funcionários do IPL na região

Gasto anual direto dos funcionários do IPL			Valor obtido
$GA_{Func_Leiria} = G_{Func_mudaram} + GV_{Func_mudaram} + G_{Func_Nmudaram}$			1.979.189,88 €
Efeito exportação	Gastos dos funcionários que mudaram de região	$G_{Func_mudaram} = G_{(mensal)_{Func_mudaram}} * N_{Func_mudaram} * 12$	1.683.411,60 €
		$G_{(mensal)_{Func_mudaram}}$	1.917,5 €
		$N_{Func_mudaram}$	73
	Gasto das visitas	$GV_{Func_mudaram} = G_{(anual)V_{Func_mudaram}} * N_{Func_mudaram}$	33.054,40 €
		$G_{(anual)V_{Func_mudaram}}$	452,80 €
		$N_{Func_mudaram}$	73
Gastos dos funcionários que não mudaram de região, mas não residem em Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche	$G_{Func_Nmudaram} = G_{(mensal_A)_{Func_Nmudaram}} + G_{(mensal_T)_{Func_Nmudaram}} * N_{Func_Nmudaram} * 12$		262.723,88 €
	$G_{(mensal_A)_{Func_Nmudaram}}$		220,0 €
	$G_{(mensal_T)_{Func_Nmudaram}}$		336,10 €
	$N_{Func_Nmudaram}$		39

Fonte: Adaptado de Fernandes (2009). Cálculo dos autores

Na tabela 44 observa-se que, durante o ano de 2012, os funcionários do IPL fizeram afluir à região aproximadamente 2 milhões de euros, sendo a quase totalidade referente aos que mudaram de concelho de residência para trabalhar no IPL.

7.2.3 GASTOS DOS ALUNOS

Relativamente aos alunos, o valor estimado compreende dois tipos de efeitos: o efeito exportação, que se refere aos gastos diretos dos alunos que vieram estudar de outras regiões para o IPL e os gastos das suas visitas, e o efeito substituição de importação, que se refere aos gastos dos alunos locais que teriam ido estudar para outras regiões, caso o IPL não existisse.

No inquérito aos alunos, referenciado anteriormente, estimou-se que 5.027 alunos (41,2%) mudaram de residência para estudar numa das escolas do IPL e dos alunos que não mudaram de residência, 6.354 (52,5%), iria estudar para uma instituição localizada fora da região, caso não tivesse ingressado no IPL.

O efeito exportação foi calculado a partir dos gastos dos alunos que mudaram para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche e das suas visitas.

O efeito substituição de importação obteve-se a partir dos gastos dos alunos da região que teriam ido estudar para fora da mesma, caso não tivessem entrado no IPL.

O gasto total anual dos alunos que estudam no IPL, descrito na tabela 49, foi calculado a partir das respostas dos próprios ao inquérito realizado no âmbito deste estudo, através da seguinte expressão:

$$GA_{\text{Alunos_Leiria}} = G_{\text{Alunos_mudaram}} + G_{\text{VALunos_mudaram}} + G_{\text{Alunos_Nmudaram}}$$

onde:

$G_{\text{Alunos_mudaram}}$: Gasto anual dos alunos que mudaram de região;

$$G_{\text{Alunos_mudaram}} = G_{(\text{mensal})\text{Alunos_mudaram}} * N_{\text{Alunos_mudaram}} * 12$$

$G_{(\text{mensal})\text{Alunos_mudaram}}$: Gasto mensal dos alunos que mudaram de residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$N_{\text{Alunos_mudaram}}$: Número de alunos que mudou a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche.

$G_{\text{VALunos_mudaram}}$: Gasto anual das visitas aos alunos que mudaram de residência;

$$G_{\text{VALunos_mudaram}} = G_{(\text{anual})\text{VALunos_mudaram}} * N_{\text{Alunos_mudaram}}$$

$G_{(\text{anual})\text{VALunos_mudaram}}$: Gasto anual das visitas aos alunos que mudaram a residência para Leiria, Caldas da Rainha ou Peniche;

$N_{\text{Alunos_mudaram}}$: Gasto anual dos alunos que não mudaram de residência, mas que teriam ido estudar para outro local se não entrassem no IPL.

$$G_{\text{Alunos_Nmudaram}} = G_{(\text{mensal})\text{Alunos_Nmudaram}} * N_{\text{Alunos_Nmudaram}} * 12$$

$G_{(\text{mensal})\text{Alunos_Nmudaram}}$: Gasto mensal dos alunos que não mudaram de residência e teriam ido estudar para outro local;

$N_{\text{Alunos_Nmudaram}}$: Número de alunos que não mudou de residência e teriam ido estudar para outro local.

O impacto dos alunos na região, durante o ano de 2012, está resumido na tabela 48, ultrapassando os 86 milhões de euros.

Tabela 48. Gasto anual direto dos alunos do IPL na região

Gasto anual direto dos alunos do IPL			Valor obtido
$GA_{\text{Alunos_Leiria}} = G_{\text{Alunos_mudaram}} + G_{\text{VALunos_mudaram}} + G_{\text{Alunos_Nmudaram}}$			86.607.131,83 €
Efeito exportação	Gastos dos alunos que mudaram de região	$G_{\text{Alunos_mudaram}} = G_{(\text{mensal})\text{Alunos_mudaram}} * N_{\text{Alunos_mudaram}} * 12$	43.438.763,89 €
		$G_{(\text{mensal})\text{Alunos_mudaram}}$	508,70 €
		$N_{\text{Alunos_mudaram}}$	7.116
	Gasto das visitas	$G_{\text{VALunos_mudaram}} = G_{(\text{anual})\text{VALunos_mudaram}} * N_{\text{Alunos_mudaram}}$	3.301.112,40 €
		$G_{(\text{anual})\text{VALunos_mudaram}}$	463,90 €
		$N_{\text{Alunos_mudaram}}$	7.116
Efeito substituição de importação	Gastos dos alunos locais que iriam estudar para outra região	$G_{\text{Alunos_Nmudaram}} = G_{(\text{mensal})\text{Alunos_Nmudaram}} * N_{\text{Alunos_Nmudaram}} * 12$	39.867.255,54 €
		$G_{(\text{mensal})\text{Alunos_Nmudaram}}$	522,90 €
		$N_{\text{Alunos_Nmudaram}}$	6.354

Como é visível na tabela 48, os alunos que não mudaram de região, mas que iriam estudar para outra região, têm mais gastos mensais do que os alunos que mudaram de região, isto deve-se ao facto de grande parte dos alunos que não mudaram de região serem trabalhadores-estudantes, este apresentam uma média de gastos mensais de 659,6€, enquanto que os alunos ordinários apresentam 460,6€ de gastos mensais.

Verifica-se que o impacto dos alunos é bastante superior ao dos docentes e funcionários pois, apesar de mensalmente gastarem um valor médio inferior, os alunos são cerca de 10 vezes mais do que o número de docentes e funcionários.

7.2.4 GASTOS DA INSTITUIÇÃO²⁹

Consideraram-se os gastos da instituição como o total gasto em bens e serviços nos concelhos onde o IPL está inserido. Assim, do total dos gastos da instituição, que em 2012 ascenderam a 6.815.930,62 euros, foram efetuados nos concelhos em estudo cerca de 48,64%, ou seja, 3.315.361,97 euros.

7.2.5 RESUMO DOS VALORES

O impacto direto do IPL em 2012, na região de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, sob a forma de gastos diretos, é de 101.008.483,69 euros (tabela 49).

93

Tabela 49. Impacto direto do IPL na região em 2012

	Valor obtido
Impacto direto total do IPL na região (1+2+3+4)	101.008.483,69 €
(1) Gasto anual dos docentes	9.106.800,0 €
(2) Gasto anual dos funcionários	1.979.189,88 €
(3) Gasto anual dos alunos	86.607.131,83 €
(4) Gasto anual da instituição	3.315.361,97 €

Fonte: Elaboração própria

Aos valores descritos na tabela 49 foi aplicado um multiplicador de 1,7, conforme modelo descrito na figura 93. Este valor foi determinado a partir da mediana dos vários multiplicadores utilizados na literatura de suporte ao presente estudo (Fernandes, 2009).

Quando se aplica o multiplicador de 1,7 aos gastos anuais obtém-se um impacto anual total do IPL na região, que corresponde ao impacto direto e indireto, no total de 171.714.422,27 euros, que corresponde, em 2012, a 5,98% do PIB dos concelhos em estudo³⁰.

Complementarmente, pretendeu apurar-se qual o retorno do investimento realizado pelo Estado no IPL. Para o efeito, considerou-se o impacto direto e indireto gerado pelo Politécnico, face ao Orçamento de Estado efetivamente

²⁹ Dados fornecidos pela Direção de Serviços Financeiros do IPL.

³⁰ Considerando um PIB de 2.872.815.943,90 € para os concelhos de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, apurado por estimativa a partir da informação disponibilizada pelo INE para as NUTS III referente a 2011 e de Ramos (1998).

recebido pelo IPL em 2012 (21.269.636,00 €³¹), concluindo-se que por cada euro investido pelo Estado no financiamento do IPL, é gerado um nível de atividade económica de 8,07 euros na região³².

Através do conceito de produtividade aparente do trabalho é possível converter o impacto económico no número de empregos gerados devido à localização do IPL nestes concelhos.

Na perspetiva otimista observam-se 6.321 empregos que resultam da presença do Politécnico em Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, correspondendo a a 6,27% da população ativa³³ destes concelhos, aplicando um multiplicador de empregos de 4,9.

7.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Com base nos cálculos anteriores, para o ano de 2012 obtiveram-se os seguintes resultados para o impacto direto:

1. Docentes: O gasto anual direto estimado para 2012, considerando 980 docentes ascendeu aos 9,1 milhões de euros repartidos por 7,0 milhões de euros dos gastos dos docentes que mudaram de região, 68 mil euros das visitas que esses docentes receberam e cerca de 2 milhões de euros dos gastos dos docentes que não mudaram de região, mas não residem no concelho onde trabalham;
2. Funcionários: O gasto anual direto estimado para 2012 é de quase 2 milhões de euros, repartidos por 1,6 milhões de euros dos gastos dos funcionários que mudaram de região, 33 mil euros das visitas que esses funcionários receberam e 260 mil euros dos gastos dos funcionários que não mudaram de região, mas não residem no concelho onde trabalham;
3. Alunos: O gasto na região ultrapassou os 86 milhões de euros, repartidos por 43,4 milhões de euros dos gastos dos alunos que mudaram de região, 3,3 milhões de euros das visitas que receberam e o total do efeito de substituição de importação, os gastos dos alunos locais que iriam estudar para outra região, ascendeu a quase 40 milhões de euros;
4. O último valor considerado foi o gasto da instituição na aquisição de bens e serviços na região que, em 2012, foi aproximadamente 3,3 milhões de euros.

Destes valores foi possível estimar o **impacto total do IPL na região onde está inserido**. Em 2012, o impacto total, englobando o impacto direto, indireto e induzido, considerando um multiplicador de 1,7, **foi de 171,7 milhões de euros**³⁴. A aplicação deste multiplicador é um dos aspetos sensíveis do modelo, dado que estes valores não existem a nível regional. Não obstante, permite avaliar o impacto segundo uma perspetiva otimista e numa perspetiva pessimista (impacto direto) pode-se considerar o multiplicador 1,0, que implicaria um impacto económico total de 101.008.483,69 euros.

Considerando que o orçamento transferido pelo estado para o IPL, referente a 2012, foi de 21,3 milhões de euros, pode-se afirmar que **por cada euro gasto pelo Estado no financiamento do IPL, gerou-se um nível de atividade económica nos concelhos de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche entre 4,75 euros** (numa perspetiva pessimista, ou seja, o impacto direto) e **8,07 euros** (numa perspetiva otimista, contabilizando o impacto direto e indireto).

³¹ Receita liquidada do OE atribuído ao IPL em 2012. Fonte: Direção de Serviços Financeiros do IPL

³² Calculado através da divisão do valor do impacto total do instituto e o valor transferido do Orçamento de Estado para o IPL, em 2012: 21,3 milhões de euros.

³³ Considerou-se a população ativa de 2011, segundo o Recenseamento da População e Habitação do INE, dada a indisponibilidade de dados para 2012

³⁴ O valor exato obtido foi 171.714.422,27 euros.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste estudo foi possível obter um conjunto de conclusões relevantes relativamente aos diferentes grupos envolvidos na amostra, que importa agora destacar.

No que respeita aos docentes, observa-se que são maioritariamente do sexo masculino, sendo a idade média na ordem dos 45,1 anos e o tempo de serviço médio de 15,2 anos no IPL. No caso dos funcionários, a maioria é do sexo feminino, com uma idade média de 40,9 anos e um tempo de serviço médio, na instituição, de 12,1 anos.

Relativamente à qualificação académica, a maioria dos docentes possui doutoramento (50,7%) e 38,% possuem, no mínimo o grau de mestre, enquanto os funcionários não docentes se distribuem, na sua grande maioria, na formação académica superior.

A composição do agregado familiar, no caso dos docentes, varia genericamente entre 1 a 4 pessoas, com 1 a 2 filhos, sendo o rendimento líquido médio mensal destes agregados de 3.668,7 euros e o gasto total médio mensal de 2.154,9 euros. No caso dos funcionários, o agregado familiar apresenta a mesma composição, variando o número de filhos entre 1 e 2.

O seu rendimento líquido médio mensal situa-se nos 2.268,9 euros, com gastos médios mensais de 1.596,2 euros. Em termos de operações bancárias, observou-se que tanto os docentes como os funcionários contraíram empréstimos bancários nas agências dos concelhos onde trabalham, poupando, cada inquirido, em média 348 e 128,8 euros por mês, respetivamente. O principal destino dos empréstimos bancários, em ambos os casos, é a aquisição de habitação própria, segue-se a compra de automóvel.

Comparando os docentes e funcionários, constata-se a diferença entre os rendimentos líquidos dos agregados familiares, mais elevados no caso dos docentes, o que se traduz numa maior disponibilidade financeira, quer para gastos mensais, quer para poupança.

Em relação aos alunos inquiridos, a maioria são do sexo feminino (55,6%), com uma idade média de 24,9 anos, frequentando em média, há 2 anos o IPL. Observou-se uma percentagem elevada de trabalhadores-estudantes (41,6%), sendo a quase totalidade dos alunos de nacionalidade portuguesa e provenientes da região Centro. Cerca de 83% dos inquiridos são solteiros, tendo acedido ao ensino superior, na sua maioria, pelo contingente geral (61,1%).

Nos seus agregados familiares, pelo menos um dos pais está empregado, sendo que apenas 36,6% dos alunos têm ambos os pais empregados. O agregado familiar de 85% dos alunos auferem um rendimento líquido médio mensal máximo de 1.940 euros, constituindo a família a principal fonte de financiamento da atividade escolar dos alunos.

O gasto médio mensal de cada aluno que mudou de residência, para estudar no IPL, é de 508,8 euros, distribuído maioritariamente por propinas e taxas, transportes, alojamento e alimentação.

Quando questionados sobre a continuidade na região após a conclusão da licenciatura, cerca de 46,4% manifestaram a intenção de permanecer.

Por fim, procurou apurar-se o impacto económico gerado pela localização do IPL nos concelhos de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, verificando-se um impacto direto e indireto superior a 171,7 milhões de euros, o que corresponde a um retorno de 8,07 euros por cada euro investido pelo Estado no financiamento do IPL e a um peso de 5,98% no PIB desses concelhos. Este impacto económico está associado à criação de 6.321 empregos, que representam 6,27% da população ativa dos concelhos em que o IPL se localiza.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA ADUANEIRA (acedido em 2013). www.portaldasfinancas.gov.pt.

BUCHANAN, D. [et al.] (1994). *The economic impact of Mississippi Valley State University on the local economy, 1992-93*. Mississippi Valley State University. ED 384 280 – HE 027 990.

CAFFREY, J. & ISAACS, H. (1971). *Estimating the impact of a college or university on the local economy*. Washington, DC: American Council on Education. ERIC ED 252100.

FERNANDES, Joana (2009). *O impacto económico das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança*, Universidade do Minho, Tese de Doutoramento

INE (2012). *Anuário Estatístico da Região Centro 2011*. Lisboa, Portugal. ISBN 978-989-25-0172-7

INE (2012). *Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011*. Lisboa, Portugal. ISBN 978-989-25-0168-0

MARTINS, S., MAURITTI, R. & COSTA, A. (2005). *Condições socioeconómicas dos estudantes do Ensino Superior em Portugal* (5ª ed.). Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DGES – Direcção-Geral do Ensino Superior. Coleção Temas e Estudos de Ação Social. Lisboa.

PORDATA (acedido em 2013). www.pordata.pt.

RAMOS, P. (1998). “Estimativas do PIB per capita para os concelhos do continente português”. *Revista de Estatística*, 3o Quadrimestre de 1998, Vol. 3, pp. 29-50.

SEYBERT, J. (2003). *The economic impact of Barton County Community College on its service area 2001-2002*. Office of Institutional Research. Johnson County Community College. 913.469.8500 #3442.

ANEXOS

ANEXO I

INQUÉRITO AOS DOCENTES

Este inquérito insere-se num projeto de investigação onde se pretende determinar o impacto económico do Instituto Politécnico no desenvolvimento da região, sendo necessário, para isso, a caracterização socioeconómica e profissional dos docentes.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do mesmo. Os dados recolhidos são **absolutamente confidenciais** e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

Existem 42 perguntas neste inquérito

1. CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL

1 Qual a sua categoria profissional? *

- Professor Coordenador Principal
- Professor Coordenador
- Professor Adjunto
- Professor Coordenador Convidado ou Equiparado
- Professor Adjunto Convidado ou Equiparado
- Assistente Convidado ou Equiparado
- Monitor
- Outro. Qual?

2 Especifique o seu vínculo laboral *

- Termo certo
- Tempo indeterminado

3 Local onde desempenha as suas funções *

- ESAD
- ESECS
- ESS
- ESTG
- ESTM
- FOR.CET
- Outro. Qual?

4 Há quantos anos trabalha no Instituto Politécnico? *

_____ anos

5 Quantos dias por semana está, em média, no Instituto Politécnico? *

- 1 dia
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias

6 Como avalia as instalações do Instituto Politécnico onde trabalha? *

- Muito satisfatórias
- Satisfatórias
- Aceitáveis
- Más
- Muito más

2. CARACTERIZAÇÃO PESSOAL E FAMILIAR

7 Sexo *

- Feminino
- Masculino

8 Idade *

_____ anos

9 Estado civil *

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Separado(a)
- Divorciado(a)
- União de facto
- Viúvo(a)

10 Habilitações académicas *

- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outro. Qual?

11 Qual o concelho de residência antes de ser docente do Instituto Politécnico de Leiria? *

12 Qual o seu concelho de residência atual? *

13 Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico? *

- Sim
- Não

14 O seu agregado familiar reside consigo? *

- Sim
- Não

15 Quantas pessoas constituem o seu agregado familiar? *

_____pessoas

16 Tem filhos? *

- Sim
- Não

17 Quantos filhos tem? * (só responde: Tem filhos_SIM)

18 Qual a idade do mais novo? * (só responde: Tem filhos_SIM)

_____ anos

19 Indique o número de filhos e o respetivo ciclo em que se encontram: *

(só responde: Tem filhos_SIM)

	Ensino Público	Ensino Privado
Infantário		
1º Ciclo		
2º Ciclo		
3º Ciclo		
Secundário		
Superior		
Outro/Não aplicável		

20 Qual o outro ciclo de ensino que o(s) seus(s) filho(s) frequenta(m)? / Porque não se aplica? *

103

3. CONDIÇÕES DE VIDA

21 Qual o tipo de alojamento durante o semestre letivo? *

- Quarto Arrendado
- Casa dos pais/familiares
- Casa/apartamento próprio
- Casa/apartamento arrendado
- Outro. Qual?

22 Qual o rendimento líquido médio mensal do seu agregado familiar *

- Até 970€
- Entre 971€ e 1 940€
- Entre 1 941€ e 2 910€
- Entre 2 911€ e 3 880€
- Entre 3 881€ e 4 850€
- Entre 4 851€ e 5 820€
- Entre 5 821€ e 6 790€
- Mais de 6791€

23 Quais os gastos médios mensais do seu agregado familiar com: *

	Euros
Alojamento (e.g. renda ou prestação de empréstimo)	
Educação dos filhos	
Alimentação	
Livros e outro material escolar	
Despesas de saúde	
Actividades de lazer (e.g. filmes, espectáculos, etc.)	
Bens pessoais (e.g. roupa, artigos de higiene, detergentes, etc.)	
Material informático e Internet	
Despesas correntes (e.g. electricidade, gás, água, TV por cabo, etc.)	
Outras despesas (excluindo transportes)	

24 Especifique que outras despesas mensais tem no seu agregado familiar *

(Só responde: Quais os gastos médios mensais do seu agregado familiar com_ Outras despesas)

25 Onde faz regularmente as suas refeições? *

	Em casa (ou traz de casa)	Na cantina da Escola	No bar da Escola	Em estabelecimentos comerciais de restauração
Peq. almoço				
Almoço				
Jantar				

104

26 Possui meio de transporte próprio? *

- Sim
 Não

27 Indique quais os gastos médios mensais com deslocações (e.g. bilhete de autocarro,táxi, comparticipação em boleias, passagem aérea, etc.) *

(Só responde: Possui meio de transporte próprio_Não)

- Até 50€
 Entre 51€ e 75€
 Entre 76€ e 100€
 Entre 101€ e 125€
 Entre 126€ e 150€
 Mais de 150€

28 Quais os meios de transporte que o seu agregado familiar possui e a respetiva quantidade? * (Só responde: Possui meio de transporte próprio_Sim)

Automóvel	
Motorizada (menos de 50 c.c.)	
Mota (mais de 50 c.c.)	
Outro	

29 Qual o outro meio de transporte que o seu agregado familiar possui? *

30 Quais os gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte (e.g. gasolina, manutenção, reparações, seguro, portagens, etc.)? *

(Só responde: Possui meio de transporte próprio_Não)

- Nenhum
- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Entre 151€ e 200€
- Entre 201€ e 300€
- Entre 301€ e 500€
- Mais de 500€

31 Quais os gastos médios mensais com deslocações em outros meios de transporte (e.g. bilhete de autocarro, táxi, comparticipação em boleias, passagem aérea, etc.)? * (Só responde: Possui meio de transporte próprio_Não)

- Nenhum
- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Mais de 150€

32 Com que frequência costuma receber visitas de familiares/amigos? *

(Só responde: Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico_SIM)

- Nunca
- Menos de 5 vezes por ano
- Entre 6 a 10 vezes por ano
- Mais de 10 vezes por ano

33 Quanto tempo, em média, permanecem as visitas? * (Só responde: Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico_SIM)

- Menos de 24 horas
- Entre 24 horas e dois dias
- Três ou mais dias

34 Quanto gastam, em média, as visitas por dia? * (Só responde: Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico_SIM)

- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Entre 151€ e 175€
- Mais de 175€

35 O seu vencimento é depositado numa dependência bancária do concelho onde trabalha? *

- Sim
- Não

36 A sua poupança é depositada numa dependência bancária do concelho onde trabalha? *

- Sim
- Não

37 Em média, qual o valor da poupança mensal do agregado familiar? *

- Até 50€
- Entre 51€ e 100€
- Entre 101€ e 250€
- Entre 251€ e 500€
- Entre 501€ e 750€
- Entre 751€ e 1000€
- Mais de 1000€

38 Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha? *

- Sim
- Não

39 Indique qual o montante inicial do empréstimo: * (Só responde: Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha_SIM)

- Até 10 000€
- Entre 10 001€ e 25 000€
- Entre 25 001€ e 50 000€
- Entre 50 001€ e 75 000€
- Entre 75 001€ e 100 000€
- Mais de 100 000€

40 Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha (casa própria, casa para arrendar, automóvel, empresa, etc.)? *

- Sim
- Não

41 Qual o valor total desse(s) investimento(s) ou aquisição no concelho onde trabalha? * (Só responde: Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha_SIM)

	Euros
Casa própria	
Casa para arrendar	
Automóvel	
Empresa	
Outro	

42 Que outro investimento ou aquisição fez no concelho onde trabalha? *

Muito obrigado(a) pela sua colaboração!

ANEXO II

INQUÉRITO AOS FUNCIONÁRIOS

Este inquérito insere-se num projeto de investigação onde se pretende determinar o impacto económico do Instituto Politécnico no desenvolvimento da região, sendo necessário, para isso, a caracterização socioeconómica e profissional dos funcionários não docentes do Instituto.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do presente questionário. Os dados recolhidos são **absolutamente confidenciais** e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

Existem 40 perguntas neste inquérito

1. CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL

1 Qual a sua categoria profissional? *

- Dirigente
- Técnico Superior
- Assistente Técnico (coordenador técnico ou assistente técnico)
- Assistente Operacional (encarregado geral operacional, encarregado operacional ou assistente operacional)
- Especialista de Informática
- Técnico de Informática
- Outro. Qual?

2 Local onde desempenha as suas funções: *

- Serviços Centrais
- Serviços de Ação Social
- ESAD - Campus 3
- ESECS - Campus 1
- ESS - Campus 2
- ESTG - Campus 2
- ESTM - Campus 4
- Campus 5
- Outro. Qual?

3 Há quantos anos trabalha no Instituto Politécnico? *

_____ anos

4 Como avalia as instalações do Instituto Politécnico onde trabalha? *

- Muito Satisfatórias
- Satisfatórias
- Aceitáveis
- Más
- Muito más

2. CARACTERIZAÇÃO PESSOAL E FAMILIAR

5 Sexo *

- Feminino
- Masculino

6 Idade *

_____ anos

7 Estado civil *

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Divorciado(a)
- União de facto
- Viúvo(a)

8 Habilitações académicas *

- Ensino Básico
- Ensino Secundário incompleto
- Ensino Secundário completo
- Bacharelato
- Licenciatura
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutoramento

9 Qual o concelho de residência antes de ser funcionário do Instituto Politécnico? *

10 Qual o concelho de residência atual? *

11 Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico? *

- Sim
- Não

12 O seu agregado familiar reside consigo? *

- Sim
- Não

13 Quantas pessoas constituem o seu agregado familiar? *

_____ pessoas

14 Tem filhos? *

- Sim
- Não

15 Quantos filhos tem * (só responde: Tem filhos_SIM)
 _____ filhos

16 Qual a idade do mais novo? * (só responde: Tem filhos_SIM)
 _____ anos

17 O número de filhos e o respetivo ciclo em que se encontram: *
 (só responde: Tem filhos_SIM)

	Ensino Público	Ensino Privado
Infantário		
1º Ciclo		
2º Ciclo		
3º Ciclo		
Secundário		
Superior		
Outro/Não aplicável		

18 Qual o outro ciclo de ensino que o(s) seus(s) filho(s) frequenta(m)? / Porque não se aplica? *

3. CONDIÇÕES DE VIDA

19 Qual o tipo de alojamento durante a semana de trabalho no Instituto? *

- Quarto arrendado
- Casa dos pais/familiares
- Casa/apartamento próprio
- Casa/apartamento arrendado
- Outro. Qual?

20 Qual o rendimento líquido médio mensal do seu agregado familiar? *

- Até 485€
- Entre 486 e 970€
- Entre 971€ e 1 940€
- Entre 1 941€ e 2 910€
- Entre 2 911€ e 3 880€
- Entre 3 881€ e 4 850€
- Entre 4 851€ e 5 820€
- Entre 5 821 e 6 970€
- Mais de 6 791€

21 Quais os gastos médios mensais do seu agregado familiar com: *

	Euros
Alojamento (e.g. renda ou prestação de empréstimo)	
Educação dos filhos	
Alimentação	
Livros e outro material escolar	
Despesas de saúde	
Actividades de lazer (e.g. filmes, espectáculos, etc.)	
Bens pessoais (e.g. roupa, artigos de higiene, detergentes, etc.)	
Material informático e Internet	
Despesas correntes (e.g. electricidade, gás, água, TV por cabo, etc.)	
Outras despesas (excluindo transportes)	

22 Especifique que outras despesas tem no seu agregado familiar. *

(Só responde: Quais os gastos médios mensais do seu agregado familiar com_ Outras despesas)

23 Onde faz regularmente as suas refeições? *

	Em casa (ou traz de casa)	Na cantina da Escola	No bar da Escola	Em estabelecimentos comerciais de restauração
Peq. almoço				
Almoço				
Jantar				

110

24 Possui meio de transporte próprio? *

- Sim
 Não

25 Indique quais os gastos médios mensais com deslocações (e.g. bilhete de autocarro, táxi, comparticipação em boleias, passagem aérea, etc.): *

(Só responde: Possui meio de transporte próprio_Não)

- Até 50€
 Entre 51€ e 75€
 Entre 76€ e 100€
 Entre 101€ e 125€
 Entre 126€ e 150€
 Mais de 150€
 Nenhum

26 Quais os meios de transporte que o seu agregado familiar possui e a respetiva quantidade: * (Só responde: Possui meio de transporte próprio_SIM)

Automóvel	
Motorizada (menos de 50 c.c.)	
Mota (mais de 50 c.c.)	
Outro	

27 Qual o outro meio de transporte que o seu agregado familiar possui? *

28 Quais os gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte (e.g. gasolina, manutenção, reparações, seguro, portagens, etc.): *

(Só responde: Possui meio de transporte próprio_SIM)

- Nenhum
- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 150€
- Entre 151€ e 200€
- Entre 201€ e 300€
- Entre 301€ e 500€
- Mais de 500€

29 Quais os gastos médios mensais com deslocações em outros meios de transporte (e.g. bilhete de autocarro, comparticipação em boleias, passagem aérea, etc.): * (Só responde: Possui meio de transporte próprio_SIM)

- Nenhum
- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Mais de 150€

30 Com que frequência costuma receber visitas de familiares/amigos? *

(Só responde: Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico_SIM)

- Nunca
- Menos de 5 vezes por ano
- Entre 6 a 10 vezes por ano
- Mais de 10 vezes por ano

31 Quanto tempo, em média, permanecem as visitas? * (Só responde: Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico_SIM)

- Menos de 24 horas
- Entre 24 horas e dois dias
- Três ou mais dias

32 Quanto gastam, em média, as visitas por dia? * (Só responde: Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico_SIM)

- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Entre 151 e 175€
- Mais de 175€

33 O seu vencimento é depositado numa dependência bancária do concelho onde trabalha? *

- Sim
 Não

34 A sua poupança é depositada numa dependência bancária do concelho onde trabalha? *

- Sim
 Não

35 Em média, qual o valor da poupança mensal do seu agregado familiar? *

- Até 50€
 Entre 51€ e 100€
 Entre 101€ e 200€
 Entre 201€ e 300€
 Entre 301€ e 400€
 Entre 401€ e 500€
 Mais de 500€

36 Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha? *

- Sim
 Não

37 Indique qual o montante inicial do empréstimo: * (Só responde: Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha_SIM)

- Até 10 000€
 Entre 10 001€ e 25 000€
 Entre 25 001€ e 50 000€
 Entre 50 001€ e 75 000€
 Entre 75 001€ e 100 000€
 Mais de 100 000€

38 Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha (casa própria, casa para arrendar, automóvel, empresa, etc)? *

- Sim
 Não

39 Qual o valor total desse(s) investimento(s) ou aquisição no concelho onde trabalha? * (Só responde: Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha_SIM)

	Euros
Casa própria	
Casa para arrendar	
Automóvel	
Empresa	
Outro	

40 Especifique que outro investimento ou aquisição fez no concelho onde trabalha. *

Muito obrigado(a) pela sua colaboração!

ANEXO III

INQUÉRITOS AOS ESTUDANTES

Este inquérito insere-se num projeto de investigação onde se pretende determinar o impacto económico do Instituto Politécnico no desenvolvimento da região, sendo necessário, para isso, a caracterização socioeconómica dos alunos.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do mesmo. Os dados recolhidos são **absolutamente confidenciais** e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

Existem 55 perguntas neste inquérito

CARACTERIZAÇÃO PESSOAL

1 Sexo *

- Feminino
 Masculino

2 Idade *

_____ anos

3 Nacionalidade *

- Portuguesa
 Outro. Qual?

4 Estado Civil *

- Solteiro(a)
 Casado(a)
 Separado(a)
 Divorciado(a)
 União de facto
 Viúvo(a)

5 Tem filhos? *

- Sim
 Não

6 Quantos filhos tem? * (Só responde: Tem filhos_SIM)

_____ filhos

7 Qual a idade do mais novo? * (Só responde: Tem filhos_SIM)

_____ anos

8 Qual o concelho de residência antes de entrar no Instituto Politécnico de Leiria? *

9 Qual o concelho de residência do seu agregado familiar? *

10 Mudou de localidade de residência para frequentar o actual curso? *

- Sim
- Não

11 Qual foi o principal motivo pelo qual reside nesta região? *

- Natural da região
- Frequência no Ensino Superior
- Motivos profissionais
- Outro. Qual?

PERCURSO ESCOLAR

12 Curso: *

13 Ano em que está matriculado *

- 1º ano
- 2º ano
- 3º ano
- 4º ano

14 Ano da 1ª matrícula *

15 Aluno: *

- Ordinário
- Trabalhador-Estudante (com Estatuto)
- Trabalhador-Estudante (sem Estatuto)
- A frequentar Unidades Curriculares (UC) isoladas

16 Escola que frequenta: *

- ESAD
- ESECS
- ESS
- ESTG
- ESTM

17 O curso onde ingressou foi a sua 1ª opção? *

- Sim
- Não

18 Qual foi a via de acesso ao Ensino Superior? *

- Contingente Geral
- CET
- Maiores de 23 anos
- Outro. Qual?

19 Se não tivesse ingressado neste Instituto Politécnico, teria ido estudar em outra instituição de ensino superior? *

- Sim
- Não

20 Porquê? * (Só responde: Se não tivesse ingressado neste Instituto Politécnico, teria ido estudar em outra instituição de ensino superior_NAO)

- Porque a formação que pretendia frequentar só existia nesta instituição
- Porque não podia deslocar-me para estudar, por dificuldades económicas
- Porque não podia deslocar-me para estudar, por motivos de trabalho
- Outro. Qual?

21 Possuía experiência de trabalho/formação profissional antes de entrar no Ensino Superior? *

- Sim
- Não

SITUAÇÃO ESCOLAR ATUAL

22 Quantas horas dedica semanalmente à frequência das aulas? *

- Até ou 5 horas
- De 6 a 10 horas
- De 11 a 15 horas
- De 16 a 20 horas
- De 21 a 25 horas
- De 26 a 30 horas
- Mais de 30 horas

23 Quantas horas dedica semanalmente ao estudo, individual ou em grupo, fora da sala de aula? *

- Até ou 5 horas
- De 6 a 10 horas
- De 11 a 15 horas
- De 16 a 20 horas
- De 21 a 25 horas
- Mais de 25 horas

24 Qual a sua situação profissional atual? * (Só responde: Aluno_TRABALHADOR-ESTUDANTE)

- Empresário (com empregados)
- Independente ou empresário (sem empregados)
- Trabalhador por conta de outrem
- Familiar não remunerado (trabalha numa empresa/estabelecimento de um familiar, sem remuneração)
- Outro. Qual? _____

25 Quantas horas trabalha semanalmente? * (Só responde: Aluno_TRABALHADOR-ESTUDANTE)

- Menos de 5 horas
- De 6 a 10 horas
- De 11 a 15 horas
- De 16 a 35 horas
- Mais de 35 horas

26 Qual a relação entre a sua atividade profissional e a área de estudo? *

(Só responde: Aluno_TRABALHADOR-ESTUDANTE)

- Completamente relacionadas
- Bastante relacionadas
- Pouco relacionadas
- Não estão de todo relacionadas

CONDIÇÕES DE VIDA

27 Qual o tipo de alojamento durante o semestre letivo? *

- Quarto arrendado individual
- Quarto arrendado partilhado
- Residência de estudantes
- Casa dos pais/familiares
- Casa/apartamento próprio
- Casa/apartamento arrendado
- Outro. Qual?

28 Como avalia as suas condições de alojamento? *

- Muito satisfatórias
- Satisfatórias
- Aceitáveis
- Más
- Muito más

29 Indique o rendimento/orçamento médio mensal à sua disposição segundo a fonte de origem: *

	Euros
Família ou companheiro/a	
Apoio financeiro estatal na forma de subsídio (não reembolsável)	
Apoio financeiro estatal na forma de empréstimo (reembolsável)	
Apoio financeiro estatal na forma de bolsa de estudo (não reembolsável)	
Apoio financeiro de entidades não estatais	
Rendimento ganho através do trabalho	
Outras fontes.	

30 Especifique quais/qual a(s) outra(s) fonte(s) de rendimento *

31 Se traz bens consumíveis de casa, como por ex. comida, bilhetes de autocarros comprados por familiares, etc., quantifique o seu valor mensal: *

_____ Euros

32 Especifique quais os gastos médios mensais que tem no local onde estuda: *

	Euros
Alojamento	
Alimentação	
Livros e outro material escolar	
Despesas de saúde	
Atividades de lazer (e.g. filmes, bares, discotecas, saídas noturnas)	
Bens pessoais (e.g. roupa, artigos de higiene, detergentes, etc.)	
Material informático e Internet	
Propinas, taxas de matrícula, taxas de exames, etc. (considere o valor anual e divida por 10)	
Outras despesas	

33 Especifique que outras despesas tem no local onde estuda. *

34 Como avalia a sua situação financeira? *

- Muito boa (Isto é, consegui poupar dinheiro)
- Boa (Isto é, não teve qualquer problema)
- Razoável (Isto é, fez face às despesas)
- Má (Isto é, teve que cortar muitas despesas)
- Muito má (Isto é, teve de recorrer a empréstimos/utilizou poupanças)

35 Onde faz regularmente as suas refeições? *

	Em casa (ou traz de casa)	Na cantina da Escola	No bar da Escola	Em estabelecimentos comerciais de restauração
Peq. almoço				
Almoço				
Jantar				

36 Qual a distância entre a atual residência e o estabelecimento de ensino? *

- <2km
- >=2 - <5km
- >=5 - <20km
- Mais de 20km

37 Qual o meio de transporte utilizado nas deslocações entre a atual residência e o estabelecimento de ensino? *

- A pé
- Transporte público
- Transporte próprio
- Outro. Qual?

38 Indique quais os gastos médios mensais com a deslocação (e.g. bilhete de autocarro, táxi, comparticipação em boleias, etc.) entre a residência no período letivo e: * (Só responde: Qual o meio de transporte utilizado nas deslocações entre a atual residência e o estabelecimento de ensino_OUTRO_TRANSPORTE PÚBLICO)

	< 50€	50€ a 75€	76€ a 100€	101€ a 125€	126€ a 150€	> 150€
Estabelecimento de ensino						
Casa de família						

39 Quais os meios de transporte que possui: * (Só responde: Qual o meio de transporte utilizado nas deslocações entre a atual residência e o estabelecimento de ensino_OUTRO_TRANSPORTE PRÓPRIO)

- Automóvel
- Motorizada (<50 c.c.)
- Mota (>50 c.c.)
- Outro. Qual?

40 Quais os gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte (e.g. gasolina, manutenção, reparações, seguro, portagens, etc.)? *

(Só responde: Qual o meio de transporte utilizado nas deslocações entre a atual residência e o estabelecimento de ensino_OUTRO_TRANSPORTE PRÓPRIO)

- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 150€
- Entre 151€ e 200€
- Entre 201€ e 300€
- Mais de 300€

41 Quais os gastos médios mensais com deslocações em outros meios de transporte (e.g. bilhete de autocarro, táxi, comparticipação em boleias, passagem aérea, etc.)? * (Só responde: Qual o meio de transporte utilizado nas deslocações entre a atual residência e o estabelecimento de ensino_OUTRO_TRANSPORTE PRÓPRIO)

- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Mais de 150€

42 Com que frequência costuma receber visitas de familiares/amigos? *

(Só responde: Mudou de residência para frequentar o atual curso_SIM)

- Nunca
- Menos de 5 vezes por ano
- Entre 6 a 10 vezes por ano
- Mais de 11 vezes por ano

43 Quanto tempo, em média, permanecem as visitas? * (Só responde: Mudou de residência para frequentar o atual curso_SIM)

- Menos de 24 horas
- Entre 24 horas e dois dias
- Mais de 3 dias

44 Quanto gastam, em média, as visitas por dia? * (Só responde: Mudou de residência para frequentar o atual curso_SIM)

- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Entre 151€ e 175€
- Mais de 175€

CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

45 Quantas pessoas constituem o seu agregado familiar? *

_____ pessoas

46 Qual a condição perante o trabalho dos seus pais? *

	Mãe	Pai
Empregado (a)		
Desempregado (a)		
Reformado (a)		
Doméstico (a) (por opção, sem ser em situação de desemprego)		
Não faz parte do meu agregado familiar (falecimento, ausência, outros motivos)		

47 Qual a categoria socioprofissional atual dos seus pais? *

(Só responde: Qual a condição perante o trabalho dos seus pais_EMPREGADO)

	Mãe	Pai
Membros das Forças Armadas (Ex. oficiais, sargentos e praças)		
Quadros Superiores e Dirigentes da Adm. Pública e de Empresas		
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (Ex. Professores e investigadores)		
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (Ex. Técnico de electrónica, Encarregado de Construção, Técnico Florestal,...)		
Pessoal Administrativo e Similares		
Pessoal dos Serviços e Vendedores		
Agricultores e Trab. Qualificados da Agricultura e Pescas		
Operários Artífices e Trabalhadores Similares		
Operadores de Instalações, Máquinas e Trab. de Montagem		
Trabalhadores Não Qualificados (Ex. profissões não qualificadas, execução de tarefas simples e de rotina)		
Doméstico(a) (Ex. tarefas domésticas sem lugar a remuneração)		
Não faz parte do meu agregado familiar (falecimento, ausência, outros motivos)		

48 Qual o nível de escolaridade (completo) dos seus pais? *

	Mãe	Pai
Ensino Básico 1º Ciclo		
Ensino Básico 2º Ciclo		
Ensino Básico 3º Ciclo		
Ensino Secundário		
Licenciatura		
Pós-Graduação		
Mestrado		
Doutoramento		
Não faz parte do meu agregado familiar (falecimento, ausência, outros motivos)		

49 Qual o rendimento ilíquido médio mensal do seu agregado familiar? *

- Até 485€
 Entre 485€ e 970€
 Entre 971€ e 1.940€
 Entre 1.941€ e 2.910€
 Entre 2.911€ e 3.880€
 Entre 3.881€ e 4.850€
 Entre 4.851€ e 5.820€
 Mais de 5.820€

120

MOBILIDADE INTERNACIONAL**50 Já frequentou alguma instituição de ensino superior no estrangeiro? ***

- Sim
 Não

51 No período de estudo no estrangeiro fazia parte de algum programa: *

(Só responde: Já frequentou alguma instituição de ensino superior no estrangeiro_SIM)

- Não
 Sim, ERASMUS/TEMPUS
 Sim, outro programa da UE
 Outro. Qual?

52 Especifique o nome do país onde permaneceu mais tempo: * (Só responde:

Já frequentou alguma instituição de ensino superior no estrangeiro_SIM)

53 Diga-nos o tempo que lá permaneceu * (Só responde: Já frequentou alguma instituição de ensino superior no estrangeiro_SIM)

_____ meses

54 Para além da bolsa de mobilidade, qual o apoio financeiro mensal que recebeu (da família ou outro): * (Só responde: Já frequentou alguma instituição de ensino superior no estrangeiro_SIM)

_____ Euros

55 Quando terminar o curso pretende residir na região onde atualmente estuda? *

- Sim, se conseguir encontrar emprego
- Sim, porque é natural e não pretende mudar de região
- Sim, porque já constituiu família nesta região
- Sim, porque pretende continuar a sua formação na instituição
- Não, porque pretende regressar à região de onde é natural
- Não, porque pretende estudar/trabalhar no estrangeiro
- Irá para onde encontrar emprego
- Não sabe/não responde

Obrigado(a) pela sua colaboração!